

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E ECONOMIA**

Simone Aparecida Fontes

**LUÍS JOAQUIM DOS SANTOS MARROCOS**  
**Memórias de um bibliotecário português nos trópicos**

Rio de Janeiro

2015

Simone Aparecida Fontes

**LUÍS JOAQUIM DOS SANTOS MARROCOS**  
**Memórias de um bibliotecário português nos trópicos**

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcello Otávio Neri de Campos Basile

Rio de Janeiro

2015

Simone Aparecida Fontes

**LUÍS JOAQUIM DOS SANTOS MARROCOS**  
**Memórias de um bibliotecário português nos trópicos**

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de licenciatura em História.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Marcello Otávio Neri de Campos Basile (Orientador) – UFRRJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mônica de Souza Nunes Martins – UFRRJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca – UNIRIO

## Agradecimentos

Esta pesquisa contribuiu para diversas mudanças em minha vida. Aprendi nas leituras bibliográficas que o historiador *é um comedor de homens*<sup>1</sup>, que busca a vida e a história para satisfazer suas fomes intelectuais; um narrador *detetivesco* na decifração de enigmas; um médico em busca de sintomas e sinais que façam sentido; e um crítico de arte, que procura o segundo plano em busca de detalhes despercebidos.<sup>2</sup>

Esse aprendizado é fruto da inspiradora orientação do professor dr. Marcello Otávio Basile, que me ajudou na escolha não só do tema deste trabalho, mas também da linha de pesquisa, tarefa árdua para um aprendiz com fome de História;

A Deus, pelo conforto espiritual nos momentos de exaustão e dúvida;

À minha filha Caroline, pelo carinho em emprestar seu ouvido nos momentos de euforia e angústia e, principalmente, pelo esforço generoso em ler algumas páginas desta pesquisa;

Ao meu filho Otávio, pelas interrupções que fazia com seus beijos e abraços, recarregando minhas energias para seguir em frente;

A todos, em especial minha mãe, que incentivaram e compreenderam a ausência e a impaciência que exige um cuidadoso trabalho.

E, claro, a Marrocos, uma paixão que me levou para outro século!

---

<sup>1</sup> BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro, 2001, p. 20. (Prefácio de Jacques Le Goff).

<sup>2</sup> Descrição do “paradigma indiciário” de Carlo Ginzburg, método bastante difundido na comunidade acadêmica. PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 64-65.

## Resumo

A sabedoria de um antigo provérbio árabe ensina que “os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais.” As profundas transformações registradas pelo bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos nas cartas trocadas com sua família durante o período de 1811 a 1821 confirmam a sabedoria dos ditos populares.

Nos primeiros anos de sua chegada ao Brasil, Marrocos não pretendia fixar moradia em terras brasileiras, mas a missão de transportar em segurança a segunda remessa dos livros da Biblioteca Real Imperial para a cidade do Rio de Janeiro transformou a vida deste imigrante português, que assim como o novo Brasil, assumia as feições de uma nova era: *a era das revoluções*.

Para além do cotidiano de um bibliotecário comum que atravessou o Atlântico por obediência ao rei e as suas ambições, as trocas epistolares permitiram conhecer o espírito da época, os costumes e a mentalidade de todos que viveram a representação sagrada da monarquia, ainda que oposições e deposições tenham triunfado com a República no Brasil.

Esta pesquisa pretende apresentar uma narrativa das trocas epistolares do bibliotecário régio e algumas considerações sobre esta prática afetiva que se desdobrou em relações de interesse em toda a sociedade europeia do século XIX. Nossa intenção, portanto, é registrar as memórias do arquivista português não apenas como fonte para comprovar teorias, mas também para investigar as motivações da cultura escrita oitocentista como fonte legítima das mudanças e transformações ocorridas em dois séculos, dois continentes e dois países: Portugal e Brasil.

**Palavras-chaves:** Real Biblioteca, d. João VI, Marrocos, epistolografia, século XIX.

## Résumé

La sagesse d'un ancien proverbe arabe enseigne que “les hommes ressemblent plus à leur temps qu’à leurs pères.” Les profonds changements enregistrés par le bibliothécaire Luís Joaquim dos Santos Marrocos dans les lettres échangées avec sa famille pendant la période 1811-1821 confirment la sagesse de dictons populaires.

Dans les premières années de son arrivée au Brésil, Marrocos n'avait pas l'intention d'habiter dans les terres brésiliennes, mais la mission d'effectuer en toute sécurité la deuxième expédition des livres de la Bibliothèque Royale à la ville de Rio de Janeiro a transformé la vie de cet immigrant portugais, que ainsi que le nouveau Brèsil, a assumé les caractéristiques d'une nouvelle ère: l'ère des révolutions.

Au-delà de la vie quotidienne d'un bibliothécaire commun qui a traversé l'Atlantique par l'obéissance au roi et à ses ambitions, les échanges épistolaires ont permis de connaître l'esprit de l'époque, les coutumes et la mentalité de tous ceux qui ont vécu la représentation sacrée de la monarchie, même si les oppositions et les dépositions ont triomphé avec la République au Brésil.

Cette recherche vise à présenter une description de les échanges épistolaires du bibliothécaire royal et quelques réflexions sur cette pratique affective qui se sont déroulés dans les relations d'intérêt dans la société européenne du XIX<sup>e</sup> siècle. Notre intention est, donc, d'enregistrer les souvenirs de archiviste portugais non seulement comme une source de prouver les théories, mais aussi d'enquêter sur les motivations de la culture écrite du XIX<sup>e</sup> siècle comme une source légitime des changements et des transformations en deux siècles, deux continents et deux pays: Portugal et Brésil.

**Mots-clés:** Bibliothèque Royale, d . Jean VI, le Marrocos, épistolographie, XIX<sup>e</sup> siècle.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>08</b>
<b>2. CAPÍTULO I – CARTAS DE SI.....</b>	<b>12</b>
2.1. “Desenferrujando a língua” .....	12
2.2. Desconstruindo mitos .....	23
2.3. O cotidiano da cidade .....	34
2.4. Brasil, terra de promessa .....	41
2.5. O “Fico” de Marrocos.....	54
<b>3. CAPÍTULO II – CARTAS POLÍTICAS .....</b>	<b>60</b>
3.1. A guerra peninsular .....	60
3.2. O enraizamento da nova metrópole .....	65
3.3. O empobrecimento da mãe-pátria.....	71
3.4. Brasil coroad.....	73
3.5. Momentos decisivos .....	80
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: o anônimo mais famoso da História .....</b>	<b>82</b>
<b>5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>89</b>

## Introdução

A sabedoria de um velho provérbio árabe ensina que “os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais.”<sup>3</sup> As profundas transformações registradas pelo bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos nas cartas trocadas com sua família durante o período de 1811 a 1821 confirmam a sabedoria dos ditos populares. Nos primeiros anos de sua chegada ao Brasil, Marrocos não pretendia fixar moradia em terras brasileiras, mas a missão de transportar em segurança a segunda remessa dos livros da Biblioteca Real para a cidade do Rio de Janeiro transformou a vida deste imigrante português, que assim como o novo Brasil, assumia as feições de uma nova era: a era das revoluções.<sup>4</sup>

O grande interesse dos pesquisadores por fontes primárias de caráter biográfico data da década de 1970, quando os documentos privados passaram a ocupar um espaço privilegiado no campo historiográfico, transformando a narrativa austera dos documentos ortodoxos em uma fecunda revalorização dos indivíduos em suas ações políticas, sociais e culturais. Esses novos olhares contemplaram o protagonismo de vozes silenciadas pela historiografia tradicional, como Luís Joaquim dos Santos Marrocos, observador oculto do período mais conturbado e transformador de nossa história brasileira. Suas cartas representam o importante papel histórico que cada sujeito, mesmo anônimo, escreve de si e da sociedade em que vive.

Considerando a vasta literatura em torno da regência e reinado de d. João, em uma quantidade e variedade que ultrapassaria os limites e os propósitos desta pesquisa, destacamos neste trabalho, autores que também utilizaram as cartas do bibliotecário como fonte ou objeto de estudo. Ilustres autores, como: Adriana Angelita da Conceição, Alexandre Mansur Barata, Ana Cristina Bartolomeu de Araújo, Camila Borges da Silva, Francisca Lúcia Nogueira de Azevedo, José Monterroso Teixeira, Juliana Gessuelli Meirelles, Laurentino Gomes, Lilia Moritz Schwarcz, Lúcia Maria Bastos Pereira Neves, Manuel de Oliveira Lima, Maria Beatriz Nizza da Silva, Maria Odila Leite da Silva Dias, Patrick Wilcken, entre outros historiadores, jornalistas e cientistas sociais.

---

<sup>3</sup> BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro, 2001, p. 7. (Apresentação à edição brasileira, Lilia Schwarcz).

<sup>4</sup> Ideia proposta por R. R. Palmer (1959), para o sentimento de desconforto com velhas formas de estratificação social no final do século XVIII, que se desdobrou em novas demandas de igualdade na história da “civilização atlântica.” A independência dos Estados Unidos da América e a Revolução Francesa representam os momentos mais emblemáticos dessa era. SCHULTZ, Kirsten. **A era das revoluções e a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro (1790-1821)**. Rio de Janeiro, 2006, p.126.



Além das produções acadêmicas, as cartas do bibliotecário também estão presentes em publicações de revistas e até em um romance histórico *rocambolesco*, *O guardião de livros*, escrito por Cristina Norton, uma argentina, naturalizada portuguesa, que se encantou por nosso anti-herói e sua saga no Rio de Janeiro. Obras unidas em torno das transformações que marcaram o Brasil, desde a chegada da família real até o seu regresso para Portugal.

Graças ao esquecimento ou voluntária intenção paterna, que guardou as correspondências do filho nas gavetas da Real Biblioteca da Ajuda, o epistolário de Santos Marrocos, composto por 206 missivas endereçadas à família e amigos, foi publicado em 1939, nos *Anais da Biblioteca do Rio de Janeiro*, em homenagem às comemorações dos 200 anos da partida da família real portuguesa para o Brasil. Em 2008, a equipe de mestres da Biblioteca Nacional de Portugal editou nova e moderna publicação, visando preencher as lacunas da edição brasileira, a qual adotamos neste trabalho.

Para melhor leitura e análise do epistolário de Santos Marrocos, entrelaçamos as memórias do arquivista com seu contemporâneo, Luís Gonçalves dos Santos, o padre Perereca, buscando as semelhanças e diferenças entre o público e o privado de quem viveu as incertezas e as esperanças dos fatos em tempo real com a memória seletiva e mediada pelo presente retórico de quem escreveu a história. Para confrontar a narrativa do missivista, além do memorialista, consultamos, ainda, alguns periódicos, revistas, gravuras e uma respeitável historiografia luso-brasileira.

Pioneiro no uso dos arquivos pessoais, o renomado historiador Manuel de Oliveira Lima incorporou ao clássico *D. João VI no Brasil*, publicado em 1908, uma perspectiva inovadora ao considerar relevante o testemunho de inúmeros cronistas, como Santos Marrocos, nos estudos sobre a historiografia brasileira. Maria Odila Leite da Silva Dias é outra referência obrigatória. Em *A interiorização da metrópole*, a autora recorre às cartas do bibliotecário para comprovar o enraizamento do estado português no Centro-Sul, a centralidade política do império e a integração nacional do vasto território brasileiro.<sup>5</sup>

Para entender as relações afetivas e sociais de Santos Marrocos, consultamos as historiadoras Lilia Schwarcz e Adriana Angelita da Conceição que analisaram o comportamento hostil do bibliotecário nos primeiros anos de sua estadia no Rio de Janeiro. Em *A longa viagem da Biblioteca dos Reis*, Lilia Schwarcz acusa Marrocos de mal humorado,

---

<sup>5</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole**. In: MOTTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

pois está constantemente lastimando, praguejando ou excomungando a terra.<sup>6</sup> Angelita da Conceição, ao contrário, questiona em *Um bibliotecário de coração melancólico: Luís Joaquim dos Santos Marrocos e a prática de escrita de cartas* se seria apenas mau humor ou uma profunda melancolia, associado a um quadro de profunda depressão: “*Rogo a Vossa Mercê se não esqueça de me escrever, mesmo até para me aliviar a melancolia, em que vivo continuamente.*” (MARROCOS, 1812: 105). A autora defende o estudo das sensibilidades como preocupações historiográficas e identifica o comportamento melancólico do arquivista sob o viés sociocultural de não pertencimento à nova sede do governo português.<sup>7</sup>

No círculo privilegiado de nosso missivista, as cartas revelam sua pluralidade temática, permitindo um amplo e diversificado debate historiográfico em diferentes territórios enunciativos. Assim, apoiamos nossa pesquisa em três eixos referenciais: a ilusão biográfica, a ilusão de verdade e a ilusão da oralidade. No primeiro capítulo, descrevemos em **Cartas de si**, todo o processo de alteridade e adaptação do bibliotecário no Rio de Janeiro, entrelaçando às mudanças do próprio país. “Desenferrujando a língua” ou “desconstruindo mitos”, buscamos um relato não linear como forma de narrar a vida, por entender que a correspondência privada constitui um espaço de troca de informações, cujos temas desordenados e inconclusos podem ou não ser retomados, sem qualquer hierarquização.<sup>8</sup>

Nesse percurso híbrido entre a escrita de si e a dos outros, recorremos aos conceitos de normatividade do amor e de *habitus*, abordados por Pedro Cardim e Jurandir Malerba, para entender as relações de interdependência e a mentalidade da época; analisamos a pintura *Família pobre em sua casa*, do artista francês Jean-Baptiste Debret, para relativizar os discursos eurocêntricos dos viajantes estrangeiros em relação ao trabalho doméstico, realizado por brancos pobres; problematizamos o relato do arquivista sobre o levante de escravos na Bahia, para discutir com Emília Viotti, Nizza da Silva, Hebe Mattos, José Roberto Goés, Manolo Florentino, Robert Slenes, Sheila Faria, entre outros, a questão das comunidades escravas; confrontamos o imaginário anedótico e nefasto que a maioria dos cronistas contemporâneos atribuía à Carlota Joaquina com as situações normais do cotidiano da rainha

---

<sup>6</sup> SCHWARCZ, Lília M. **A longa viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

<sup>7</sup> CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. **Um bibliotecário de coração melancólico: Luís Joaquim dos Santos Marrocos e a prática de escrita de cartas**. VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar. Universidade Federal do Piauí, 2012. p. 6.

<sup>8</sup> O sociólogo francês Pierre Bordieu critica o relato coerente e lógico de narrar a vida como existência dotada de sentido e direção. BORDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (org.). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 185-191.

no debate entre Nizza da Silva e Francisca Lúcia de Azevedo; e concluindo a narrativa biográfica e histórica do arquivista, incorporamos o exame crítico de Alexandre Mansur Barata, Lúcia Maria Pereira Neves, João José Reis, entre outros, acerca da relação dos movimentos contestatórios com a política antimaçônica, dos inconciliáveis limites entre o absolutismo ilustrado e as sombrias *Luzes* do reformismo ibérico e das práticas e representações que regeram o modo de ser, de pensar, de viver e de morrer no mundo luso-brasileiro.

No segundo capítulo, apresentamos em **Cartas políticas** os acontecimentos, contado por quem viveu as incertezas e as esperanças de seu tempo, em diálogo com a história mediada pelo desfecho já conhecido. Mais do que contar uma história, o testemunho de Marrocos permitiu a revisão dos principais temas de nossa historiografia: o projeto de império, a transferência da corte, a interiorização da metrópole, as tensões internas e externas, o enraizamento dos reinóis no Centro-Sul, o empobrecimento da mãe-pátria, a instável reconciliação entre brasileiros e franceses e os momentos decisivos que marcaram a história de Brasil e Portugal.

Apresentamos, portanto, uma análise ambiciosa das memórias do bibliotecário português, não apenas como fonte para comprovar teorias, mas também para investigar as motivações da cultura escrita como forma de apreensão sensível das representações plurais da sociedade oitocentista no Brasil. Ao final, tecemos algumas considerações acerca das regras de civilidade e da ilusão da oralidade, presentes no universo epistolar de nosso missivista. Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, o anônimo mais famoso da história!

- I -

**Cartas de si**

**“Desenferrujando a língua”**

Luís Joaquim dos Santos Marrocos nasceu em Lisboa, em 17 de julho de 1781, filho do professor de filosofia e bibliotecário régio Francisco José dos Santos Marrocos e Bernarda Maria de Sena; junto com Bernardina Maria da Conceição, sua irmã, formavam uma típica família de fiéis súditos da Coroa portuguesa. Embora faltem documentos que comprovem sua conclusão acadêmica na Universidade de Coimbra, Santos Marrocos possuía uma refinada erudição literária e apreciável estilo epistolar.

Em 1807, os Santos Marrocos, os serventes Feliciano José Joaquim de Oliveira e José Lopes Saraiva participaram dos preparativos que antecederam a partida da família real e sua corte para a colônia americana, antes que as tropas napoleônicas invadissem Portugal. O tumultuado embarque, em 27 de novembro do mesmo ano, modificou os planos de transportar toda a Coleção Régia, o Infantado e os Manuscritos da Coroa para o Brasil.

Diante da invasão francesa iminente, os 60 mil volumes, permaneceram no cais de Belém, em razão do espaço ocupado pelos milhares de exilados que se amontoavam nos navios, retornando à livraria real até cumprir seu destino, em três etapas: a primeira expedição partiu, em sigilo, acompanhada pelo servente José Joaquim de Oliveira, em 1810; a segunda atravessou o oceano ao lado do nosso bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos; e a última remessa com José Lopes Saraiva, ambas em 1811. Graças ao cuidadoso trabalho de Marrocos e seus companheiros, esse admirável número de obras raras manteve-se a salvo das intempéries e da fúria implacável dos inimigos franceses até retomarem seu curso, rumo ao Novo Mundo.

Segundo Lilia Schwarcz, o fato de a biblioteca viajar logo em seguida ao monarca e servir de moeda de troca para a independência brasileira torna inaceitável a teoria do esquecimento, assim como a velha “ladainha” de alguns historiadores em “contar a história de um monarca que escapou às pressas de seu reino, sem planejamento nenhum.” A disputa

bibliográfica entre Portugal e Brasil evidencia, portanto, a importância capital desse tesouro de papel no processo de emancipação política da nova nação brasileira.<sup>9</sup>

Nas cartas, o arquivista confirma o “alvitre amadurecido” um século antes pelo estadista d. Luís da Cunha, manifestando total descrédito pelo projeto de um novo império no Brasil: “*Podia o Senhor Dom Luís da Cunha, se fosse vivo, jactar-se da sua combinação Política sobre o estabelecimento da nossa Monarquia no centro do Brasil; porque puerilmente errou.*” (MARROCOS, 1812: 160). Após uma década, essa aversão inicial deu lugar a uma “inversão” de valores na vida do arquivista e no futuro do país.

Para os autores que defendem o êxodo da família real como um plano político tramado com décadas de antecedência, tais imprevistos não diminuem a grandeza do empreendimento em transplantar todo o império português para a colônia portuguesa. Para Oliveira Lima, não há dúvida de que o embarque foi apressado pela invasão francesa, mas não improvisado, “de outra forma não se explica que tivesse havido tempo, numa terra clássica da imprevidência e morosidade, para depois do anúncio da entrada das tropas francesas no território nacional, embarcar uma corte inteira, com suas alfaias, baixelas, quadros, livros e jóias”.<sup>10</sup>

Patrick Wilcken, em “Império à Deriva”, conta que d. João saiu em segredo de Mafra para o Palácio da Ajuda, parcialmente construído junto ao cais, onde os navios abasteciam em ritmo acelerado<sup>11</sup>; José Monterroso Teixeira afirma que o príncipe regente teve tempo para pensar e para preparar o transporte cuidadoso de peças valiosas que hoje fazem parte dos nossos tesouros nacionais. Ana Cristina Bartolomeu de Araújo classifica como “paródicas e burlescas” as ideias distorcidas que sustentam a fuga injustificável da família real, admitindo que, embora pusilânime em retardar sua decisão, d. João dissimulava uma partida tomada no limiar da tensão que se espalhava em todo o reino.<sup>12</sup> De fato, a jornada épica se transformou

<sup>9</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da Biblioteca dos Reis...**, *op. cit.*, 2002. p. 30.

<sup>10</sup> LIMA, Manuel de Oliveira. **D. João VI no Brasil (1808-1821)**. Volume I. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1908. p. 49.

<sup>11</sup> WILCKEN, Patrick. **Império à deriva: a corte portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010. p. 39.

<sup>12</sup> COELHO, Alexandra Prado. **A fuga da corte**. Lisboa: Revista Público, 2007. Disponível em: <http://www.publico.pt/temas/jornal/a-fuga-da-corte-238138#/comments>. Acesso em 20.05.12. Para saber mais, consultar: ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de. **As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais**. In: MATTOSO, José (dir). **História de Portugal**, vol V, O Liberalismo (1807-1890). Luis Reis Torgal e João Lourenço Roque (coord.). Lisboa: Ed. Estampa, 2002.

em caos, "os que estavam prestes a ser abandonados aos invasores franceses olhavam, incrédulos."<sup>13</sup>

O espetáculo inédito do primeiro soberano europeu a cruzar o Atlântico deixou a população com uma sensação de orfandade política e profunda melancolia irreparáveis. Sentimentos que reabriram velhas feridas, provocadas pela ausência do rei, imagem tão valorizada no imaginário do Antigo Regime. Mais de duzentos anos depois, a situação de Portugal em 1807 voltava a assemelhar-se ao trágico desaparecimento de d. Sebastião, na batalha de Alcácer-Quibir, em 1578, explica Lúcia Neves.<sup>14</sup>

Se de um lado, o império português foi preservado, por outro, o direito de soberania foi ameaçado, na medida em que a longa estadia desgastava a figura do monarca aos olhos de muitos, que perdiam a esperança de um breve retorno, como constata o arquivista:

A respeito da nossa ida para Lisboa, vem a ser uma má questão como a Seita dos Sebastianistas: dizes que aí se está preparando o Palácio da Ajuda, para a Família Real, quando para aí for. Também te digo que aqui se está preparando o Palácio de São Cristovão, e aumentando-se com mais de metade, para nele vir a assistir para o futuro em tempo de Verão toda a Família Real. (MARROCOS, 1815:282).

Para os Santos Marrocos, a realidade era apaziguada pela fidelidade ao rei. O pai, Francisco José, natural da Freguesia de Lanhelas, Concelho de Caminha, era figura de estatuto intelectual assinalável. Professor régio de Filosofia Racional e Moral na capital nos anos de setecentos e autor de "Memória sobre o estado actual dos Estudos Menores" (1799) e "Mappa alphabetico das povoações de Portugal" (1811), obras essenciais para o conhecimento do sistema de ensino público em Portugal.

Nomeado ajudante da Real Biblioteca da Ajuda, função que lhe serviu para empregar seu filho primogênito, em 1801, pai e filho respondiam pela tradução de obras estrangeiras, pela catalogação e guarda de livros e documentos raros. Infelizmente, não se conhecem os seus retratos, mas seus nomes ficaram imortalizados graças ao esquecimento ou voluntária intenção paterna, que guardou as correspondências do filho nas gavetas da Real Biblioteca da Ajuda.

<sup>13</sup> WILCKEN, Patrick. **Império à deriva...**, *op. cit.*, 2010. p. 44.

<sup>14</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. **Portugal durante a ausência do rei**. São Paulo: USP, n. 79, set/ nov, 2008. p. 17.

Aos trinta anos, Marrocos recebe a honrosa missão de atravessar o Atlântico com a segunda remessa do acervo real, em março de 1811. Mal sabia que esta aventura representaria grandes e definitivas transformações em sua vida pública e privada. A julgar pela jornada perigosa e turbulenta da esquadra portuguesa, a viagem do bibliotecário não poderia ser diferente. Atravessando severos perigos, o arquivista escreve ao pai, ainda em alto mar, que das 550 pessoas a bordo, poucas não sucumbiram aos enjôos e outras moléstias, causados não só pelas oscilações marítimas, mas também pelo apodrecimento da água e comida. Após três longos e tenebrosos meses a bordo da Fragata Princesa Carlota, Marrocos desembarca em 17 de junho de 1811 na cidade do Rio de Janeiro.

A Real Livraria foi instalada no Hospital da Ordem Terceira do Carmo, no andar superior reservado à enfermaria. Em 19 de novembro de 1811, José Lopes Saraiva desembarca com a última remessa de livros, contendo 87 caixotes. No início do ano de 1813, Marrocos informa ao pai que os enfermos foram transferidos para o prédio *O Parto*, para melhor acomodar a coleção real. A transposição deste tesouro imperial, cultivado ao longo das dinastias bragantinas, destinava-se a ilustrar a corte e um seletivo grupo de leitores, simbolizando a erudição do mundo civilizado no Novo Mundo.

Neste privilegiado circuito epistolar, o bibliotecário traçou uma teia de sociabilidades que percorreu os bastidores do público e do privado. Dele faziam parte a corte real, políticos, clero, escravos e pessoas comuns que, de algum modo, participavam do cotidiano do bibliotecário. Marrocos sentia-se, pois, à vontade para “*desenferrujar a língua*” quando escrevia ao pai, declarando estar “*em gostosa conversação*” com ele. E, de fato, não economizava palavras para expressar seus pensamentos, opiniões, insatisfações e anseios, sempre praguejando contra a cidade de ares infernais e costumes pérfidos dos habitantes do Rio de Janeiro.

Nos primeiros anos de sua chegada ao Brasil, o arquivista não pretendia fixar longa moradia em terras brasileiras. Talvez, como a maioria dos imigrantes que acompanharam d. João, esperava o fim de um “inverno napoleônico” para retornar à pátria lusitana. Escandalizado com o país, dizia “*julgo que até dormindo praguejo contra ele*” e que antes de sua partida não se esqueceria de “*limpar as botas à borda do Cais, para não levar o mínimo vestígio da terra,*” bem ao estilo atribuído à sua amada rainha Carlota Joaquina. (MARROCOS, 1812:88; 160; 233).

Assim, a língua afiada do arquivista cortava sem piedade as reputações alheias, registrando as banalidades e os grandes acontecimentos, as intrigas políticas e a conduta

social de gente miúda e graúda, enfim, querelas de toda sorte, desde os mais baixos até os mais altos escalões da política joanina.

No cotidiano da corte, a vaidade dos reinóis incitava pequenos conflitos, que transformava em inimigos antigos aliados ou vice-versa. O ressentimento de Marrocos com seu protetor e amigo visconde de Vila Nova da Rainha não fica esclarecido nas cartas, mas sugere que o visconde o preteriu em favor de outros afilhados:

Desde que fui nomeado Oficial de Secretaria, ainda não recebi coisa alguma dos meus Ordenados da Livraria, cujo Emprego todavia continuo a exercer, por Ordem de Sua Excelência, apesar de que o Visconde tem feito grande força para me esbulhar dele, encaixando no meu lugar os seus afilhados, que com outros têm sido imensos os pretendentes, reputando o Emprego vago. (MARROCOS, 1819:435).

Outros conflitos envolviam tendências partidárias que vigoravam desde Lisboa. O conde de Linhares, dom Rodrigo Domingos de Sousa Coutinho, abertamente anglófilo, e o conde da Barca, Antônio de Araújo Azevedo, simpatizante da política francesa, ilustram as diferentes facções que gravitavam ao redor do rei. Barca foi chamado ao Brasil por ocasião da morte do conde de Galveias, em 1814:

Sua Alteza Real houve por bem nomear António de Araújo de Azevedo para Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Ultramarinos e da Marinha e Encarregado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra interinamente. É este um facto, que tem dado que falar a uns; e calar a outros. (MARROCOS, 1814:243).

O comentário de Santos Marrocos indica que a nomeação rendeu uma situação embaraçosa para o ministro, abrindo discussões quanto às habilidades políticas de d. João. Na esfera da graça régia, o rei desempenhava um papel central no controle estratégico de forças antagônicas, ora aproveitando-se das próprias contendidas, ora estimulando-as em favor do equilíbrio do poder monárquico. Esse jogo político, comandado por um rei injustamente acusado de apático e inseguro, neutralizava as alianças contra o poder real.<sup>15</sup>

Entretanto, as relações de poder assentadas em laços afetivos também exerciam grande influência na vida comunitária. Mais sólidos do que momentos de conflitos, o “poder dos

---

<sup>15</sup> MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio: civilização e poder às vésperas da independência (1808-1821)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 292.



afetos” mantinha a ordem e a coesão interna do reino. O caráter sagrado da realeza, que no Brasil assumiu também traços paternais, era um desses mecanismos de dominação “pacífica”, capazes de atuar no extenso domínio português apenas pela força eufemizadora dos padrões morais da época.

Segundo Cardim, esta normatividade do amor e da amizade representava a face “menos visível” da cultura política do Antigo Regime e, por isso, pouco privilegiada por boa parte da historiografia oitocentista. Para o autor, a ordem amorosa da política portuguesa se revestia de uma notável relevância constitucional, gerando vínculos afetivos duradouros que desempenhavam um poder unitivo, capaz de forjar um sistema de crenças, normas e comportamentos ao longo de vários séculos.<sup>16</sup>

Este conceito mais alargado de poder permite compreender a dialética herdada de quinhentos e de seiscentos, ainda existente nas formas de controle, constrangimentos, consentimentos, condenações e remissões que permeavam os espaços semânticos da sociedade oitocentista, bem distantes da racionalidade atual. Nas cartas de Santos Marrocos, inúmeras referências à amizade, à benevolência, à caridade, à clemência coexistiam com os conflitos, as traições, os julgamentos e as execuções. Esses elementos fragmentadores eram equilibrados por sentimentos de pertença e crenças fomentadoras da coesão social.

Na obra *A corte no exílio*, o historiador Jurandir Malerba descreve a crença na representação sagrada do rei como relações de poder, compartilhada por d. João e seus súditos, atores sinceros na “teocracia absolutista”.<sup>17</sup> O autor recorre aos conceitos de Johan Huizinga e Pierre Bordieu para discutir a mentalidade da época. Enquanto Huizinga considera este sistema de crenças e práticas sobrenaturais como manifestações legítimas de credulidades; Bordieu fundamenta-se no conceito de *habitus*, isto é, a capacidade criadora dos indivíduos em gerar práticas regulares que orientem a conduta individual e coletiva.<sup>18</sup>

No entanto, este comportamento, embora duradouro, não era imutável. Comparando as correspondências de Santos Marrocos com as crônicas do padre Perereca, podemos perceber a mesma reverência. Porém, a relativa privacidade do missivista permitia comentários

---

<sup>16</sup> CARDIM, Pedro. **O Poder dos Afectos – Ordem Amorosa e Dinâmica Política no Portugal do Antigo Regime**. (Dissertação de doutoramento). Universidade Nova de Lisboa, 2000. p. 37.

<sup>17</sup> Metáfora teatral postulada pelo cientista social Georges Balandier (1982) para investigar os elementos dramáticos nas relações de poder que regulavam as sociedades de corte. (MALERBA, 2000. p. 32).

<sup>18</sup> MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio...**, *op. cit.*, 2000. p. 32-33.

maliciosos, enquanto o religioso abusava da retórica para descrever a vida íntima e pervertida da corte joanina.

Bem ao estilo português, Marrocos comenta sobre os excessos conjugais entre dom Pedro Carlos e a princesa Maria Teresa: “O Senhor Infante dom Pedro Carlos tem passado muito doente, creio que por excesso de seu exercício conjugal, e por isso fizeram separar os Cônjuges, estando também a senhora dona Maria Teresa doente e já 2<sup>a</sup>. vez Mãe.” (MARROCOS, 1812:118).

Já em relação aos fidalgos, sua linguagem é ainda menos lisonjeira: o conde das Galveias possuía “*um vício antigo e porco de se meter com brejeiros e sevandijas*” (MARROCOS, 1812, p. 127);<sup>19</sup> monsenhor Miranda “*é traste e peralvilho, que vive a proteger as P... do Comboio do Porto, suas vizinhas*”;<sup>20</sup> o músico Marcos Portugal é “*todo empoado e emproado, como quem está governando o Mundo*”. (MARROCOS, 1813:218). Em relação à cidade do Rio de Janeiro, vista de longe apresentava uma beleza exuberante e paradisíaca, mas de perto era “*a pior do Mundo; a gente é indigníssima, soberba, vaidosa, libertina; os animais são feios, venenosos, e muitos; enfim eu crismei a terra, chamando-lhe terra de sevandijas*”, descreve o arquivista. (MARROCOS, 1812:17).

A esperança de um Novo Mundo conflitava com a difícil adaptação que vivia Marrocos e todos os europeus. Schwarcz (2006) o acusa de mal-humorado, pois está constantemente lastimando, praguejando ou excomungando a terra. “*Abominável terra, país infernal, sítio de degredo; [o clima] é mais pestífero do que o de Cacheu, Caconda, Moçambique, [a gente] desprezível, [as raparigas] o mesmo que ser o Diabo em carne*” são algumas expressões utilizadas pelo bibliotecário para traduzir o desconforto e as moléstias que “*neste País são mais activas do que em Portugal.*” (MARROCOS, 1812: 104-107; 341). Para a autora, a formação religiosa, o caráter queixoso e minucioso nos detalhes eram características típicas da profissão de bibliotecário.

---

<sup>19</sup> Na interpretação de Laurentino Gomes (2007:81), o arquivista faz uma crítica velada às aventuras homossexuais do ministro dos negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, d. João de Almeida de Melo e Castro, com vagabundos da zona portuária do Rio de Janeiro. Em *Insultos Impressos*, Isabel Lustosa escreve que d. Pedro I, sempre sob pseudônimos, publicava violentos artigos no *Espelho*, insinuando que Luís Augusto May, editor do *Malagueta*, devia sua trajetória nos cargos públicos no Rio de Janeiro ao relacionamento amoroso que mantinha com o conde das Galveias. LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 37.

<sup>20</sup> Pedro Machado de Miranda Malheiros, da Mesa de Consciência e Ordens e chanceler-mor do Reino, sofreu sérias acusações de despótico e perdulário do dinheiro público no Correio Braziliense. (MARROCOS, 1812:151).

Angelita da Conceição, no entanto, questiona, em *Um bibliotecário de coração melancólico: Luís Joaquim dos Santos Marrocos e a prática de escrita de cartas*, se A seria apenas mau humor ou uma profunda melancolia, associada a um quadro de depressão: “Rogo a Vossa Mercê se não esqueça de me escrever, mesmo até para me aliviar a melancolia, em que vivo continuamente.” (MARROCOS, 1812:105). A autora defende o estudo das sensibilidades como preocupações historiográficas e identifica no comportamento melancólico do arquivista o sentimento de não pertencimento à nova sede. A linguagem escrita traduz, portanto, os anseios e os sentimentos partilhados nos dois lados do Atlântico.<sup>21</sup>

Em outras ocasiões, Marrocos exulta o “amor benevolente” do monarca para com seus infieis e insurgentes súditos. O 2º. conde da Ega, Aires José Maria de Saldanha de Albuquerque Coutinho Matos e Noronha, condenado à morte de barrote por trair a Coroa portuguesa ao aliar-se a França, foi absolvido, em 1823. (MARROCOS, 1819:434). Silvestre Pinheiro Ferreira<sup>22</sup> também recebeu o perdão real, após sua “*desobediência ultrajante às ordens de Sua Alteza Real*” para ser negociador das desordens entre Buenos Aires e Montevidéu. (MARROCOS, 1812:144). Joaquim José de Azevedo, o barão do Rio Seco, e Bento Maria Targini, o barão de São Lourenço já faziam parte do universo anedótico popular por conta das acusações de furto aos cofres reais. Entre os muitos pasquins que denunciavam a corrupção com humor, Marrocos envia ao pai: “*Furta Azevedo no Paço, Targini rouba no Erário; e o Povo aflito carrega Pesada cruz ao Calvário.*”<sup>23</sup> (MARROCOS, 1812:111).

Nessa complexa rede de sociabilidades, o ajudante da Biblioteca Real articulava os “afetos políticos” que levaria ao reconhecimento de seu trabalho como copista. A transcrição do manuscrito “Da Fábrica do que falece à Cidade de Lisboa”, de Francisco de Holanda, feito a pedido do príncipe d. João, mereceu o elogio público da Academia Real das Ciências de Lisboa e de dom Fernando José de Portugal e Castro, o 2º. marquês de Aguiar. (MARROCOS, 1814:251). Curiosamente, as traduções de diversas obras feitas por Marrocos não foram publicadas, embora sejam visíveis seus ganhos simbólicos.

---

<sup>21</sup> CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. **Um bibliotecário de coração melancólico: Luís Joaquim dos Santos Marrocos e a prática de escrita de cartas**. VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar. Universidade Federal do Piauí, 2012.

<sup>22</sup> Silvestre Pinheiro Ferreira, professor de filosofia com vasta obra de projeção no Brasil entre o período de 1810 a 1821. (MARROCOS, 1812:144).

<sup>23</sup> Os violentos *papelinhos*, panfletos políticos que circulavam nos dois lados do Atlântico, estão reunidos em *Às Armas, Cidadão!*, trabalho de fôlego dos historiadores Lúcia Maria Bastos e Marcello Otávio Basile, organizado por José Murilo de Carvalho, contendo 32 documentos em seu formato original. CARVALHO, José Murilo de (org.); BASILE, Marcello Otávio; NEVES, Lúcia M. P. B. **Às Armas, Cidadão!** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.

Passados três anos desde que dom João e sua corte chegaram ao Brasil, as transformações se faziam sentir no fluxo intenso de embarcações que ancoravam nos portos da colônia. A separação dos pais era aplacada pela entrada e saída dos navios que levavam e traziam notícias dos dois continentes. Marrocos selou um pacto com o pai de não perder qualquer oportunidade de transporte das cartas, por isso utilizava três vias postais diferentes: o correio geral e o saco da Secretaria de Estado permitiam um controle relativo das remessas, por meio de pagamentos antecipados que desobrigava o pai das despesas; já os portadores particulares facilitavam o envio de grandes volumes, como: livros, papéis, dinheiro, café, quina, entre outras mercadorias que, embora burlassem o controle alfandegário, estavam sujeitas a constantes atrasos e extravios.

A vinda da família real alterou não só a rotina da cidade do Rio de Janeiro, mas também trouxe mais vivacidade à corte, conhecida como apática e decadente. A necessidade de ritualizar todo um aparato simbólico estruturava uma monarquia fragilizada na tentativa de conservação do seu poder real. A cada ano festejava-se o dia 7 de março, data do desembarque da família bragantina; assim como aniversários, batizados e casamentos reais; aclamação do príncipe regente e a chegada da arquiduquesa dona Leopoldina; conquistas militares ou derrotas dos inimigos. Esse intenso calendário cívico era festejado com girândolas luminosas, fogos de artifícios, chuvas de flores, queimas de incensos, salvas de palmas e artilharias. Brasileiros e portugueses representavam seus papéis neste espetacular teatro de corte.

O encontro da elite migrada com a elite fluminense deflagrou um conjunto de transformações sociais e políticas no país. A concessão de graças honoríficas contemplou a lealdade daqueles que desfrutavam da intimidade e da confiança do rei.<sup>24</sup> A expectativa em cada aniversário real, nascimentos, casamentos, vitórias militares ou qualquer outro motivo animava a esperança do arquivista em receber honrarias ou promoções:

O dia 17 deste mês está determinado para o Baptismo do Neto [Dom Sebastião de Bourbon e Bragança<sup>25</sup>] de Sua Alteza Real, para cuja ocasião estão delineadas muitas funções de todas as classes, e muitos Despachos; e espero que Sua Alteza Real se lembre de mim com alguma nova mercê, não obstante o meu silêncio a esse respeito. (MARROCOS, 1811:91;99).

<sup>24</sup> MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio...**, *op. cit.*, 2000. p. 216.

<sup>25</sup> Dom Sebastião de Bourbon e Bragança, filho da princesa dona Maria Teresa e de dom Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, foi o primeiro “régio brasileiro” nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 4 de novembro de 1811.

Marrocos conhecia as dificuldades do processo e a importância das redes de interdependência que guiavam os homens da corte. As querelas de toda sorte, às vezes embaraçavam seus intentos, que, mesmo com padrinhos poderosos, não escapou das intrigas do Paço:

A grande intriga, que há, entre o Conde de Aguiar, e o Visconde de Vila Nova da Rainha, sobre jurisdição e governo da Biblioteca, tem embaraçado a cobrança de novo aumento de Ordenados, que já estava arbitrado: quando os Grandes brigam, padecem os pequenos. (MARROCOS, 1812:111).

Dom Fernando José de Portugal e Francisco José Rufino de Sousa Lobato eram figuras importantes da comitiva real que chegou ao Brasil. O primeiro representava a nobreza de toga que ocupou importantes cargos na administração desde o século XVIII. Dentre as várias funções e honras, dom Fernando recebeu o título de marquês e conde de Aguiar e a função de presidente do Real Erário e ministro-secretário de Estado dos negócios do Brasil; o segundo, visconde de Vila Nova da Rainha, era um dos homens mais leais ao príncipe regente e por isso foi premiado com vários cargos e títulos honoríficos. Malerba aponta que os boatos de uma relação um tanto suspeita entre o rei e seu vassalo seriam maledicências daqueles que acusavam o governo de ser uma “gerontocracia”, ou seja, um “governo de velhos”. (MALERBA, 2000:269).

Chegando ao Rio de Janeiro, Marrocos inicia seu trabalho na Livraria Régia, ao lado de padre Dâmaso, frei Gregório José Viegas e outros funcionários, que no seu julgamento possuíam habilidades para uma biblioteca fradesca. Todos, segundo ele, abismados com sua competência, que, aliás, se destaca com o pedido de cópias dos estatutos da Biblioteca de Espanha e do Sistema de Classificação Bibliográfica da Biblioteca Pública feito ao pai.

Recebe de José Joaquim de Azevedo, tesoureiro da Casa Real e futuro barão do Rio Seco, adiantamento para as despesas do primeiro semestre no valor de 200 mil réis em metal. Mais tarde, enviará para o pai alguns papéis de valor que começam a circular com a criação da Casa da Moeda e do Banco do Brasil.

A Real Livraria foi instalada no Hospital da Ordem Terceira do Carmo, no andar superior reservado à enfermaria. Em 19 de novembro de 1811, José Lopes Saraiva desembarca com a última remessa de livros contendo 87 caixotes. No início do ano de 1813, Marrocos informa ao pai que os enfermos foram transferidos para o prédio *O Parto*, para

melhor acomodar a Coleção Real. D. João autoriza reformas no prédio e concede “*a cada mês 1000\$000 réis, afora o mais extraordinário, que for preciso.*” Largando mão de sua rabugice costumeira, o arquivista declara:

Confesso que ficará uma Casa mui linda, e mui bem arranjados os Livros: Abriram-se já os últimos 67 Caixões de Livros que ainda existiam fechados, e tive grande satisfação de ver louvado o bom acondicionamento deles nos ditos Caixões. (MARROCOS, 1813:170).

Retomando as semelhanças entre o padre Perereca e o bibliotecário, ambos demonstram grande satisfação na organização da instituição, destinada a ilustrar a corte e um seleto grupo de leitores:

Esta Real Biblioteca tem chegado a ser a primeira, e a mais insigne, que existe no Novo Mundo, não só pelo copioso número de livros de todas as ciências, e artes, impressos nas línguas antigas, e modernas, cujo número, passa de sessenta mil volumes, mas também pela preciosa coleção de estampas, mapas, manuscritos, e outras ricas, e singulares coisas, que muito a enriquecem, e que cada vez mais se aumentam, mediante a munificência de Sua Alteza Real (...) e zelosa administração dos seus bibliotecários, que cada dia adquirem novos livros. (SANTOS, tomo I, 1825:328).

Em substituição a frei Francisco Antônio de Arrábida e por intermédio do visconde de Vila Nova da Rainha, Marrocos se aproximou do Príncipe Regente com a incumbência de organizar e catalogar os valiosos Manuscritos da Coroa, que por ordem de Sua Alteza passaram a ocupar a Sala Nova do Despacho do Real Gabinete, por cima do seu quarto. Orgulhoso deste cargo de confiança, o bibliotecário se afasta da rotina da livraria e se aproxima de d. João e dos grandes cortesãos. Marrocos tem a satisfação de frequentar os aposentos de Sua Majestade e “*beijar-lhe a Mão todos os dias, quando se levanta da cama, pelas 7 horas da manhã*” (MARROCOS, 1811:84). O acesso ao Paço alimentou-lhe o sonho de tentar fortuna, aproveitando-se das pessoas influentes, ainda que para isso tivesse que suportar “*esta terra de sevandijas.*” (MARROCOS, 1812. p.117).

A nobre função de cuidar dos Manuscritos da Coroa, documentos de grande relevância por reunir notícias históricas e memórias relativas à política internacional do presente e passado português, envaideceu Marrocos de tal sorte que seu tratamento com os outros funcionários da biblioteca e até com os prefeitos da livraria, o oratoriano padre Joaquim Dâmaso e frei Gregório José Viegas, a quem apelidou de “Borra”, tornou-se aviltante: “*a*

*respeito de José Lopes (...) eu aqui lhe lancei um freio tal, que não pode, nem abrir a boca, assim como fiz a Joaquim; e assim brincando, acho-me feito Pai de famílias e Reformador de vidas e costumes alheios.*” (MARROCOS, 1811:99).

O dito Joaquim, que, nas palavras de Santos Marrocos, era “*o maior valimento para o Conde Aguiar*”<sup>26</sup>, e o *totum continens*<sup>27</sup> de grandes Senhores e Senhoras do Paço”, recebeu de d. João VI a tarefa de defender seus direitos junto à Livraria Real. No documento, escrito antes de sua partida para Portugal em 1821, o rei deixava “*a Sua biblioteca e Seu filho*” aos cuidados do religioso, comenta a historiadora e antropóloga Schwarcz (2002).

Descontente em permanecer no Brasil, Dâmaso apresenta uma carta contendo a avaliação da Real Biblioteca: “*Quem à vista disto poderá dar uma ajustada avaliação? Quanto à mim, a soma de dois milhões é pequena*”.<sup>28</sup> No acerto final, a biblioteca, acumulada ao longo dos treze anos no Brasil em 80 mil volumes, foi vendida por 800 contos de réis; apenas os Manuscritos partiram para Lisboa. O oratoriano tinha razão, o valor simbólico dos livros era incalculável. Mas, na política imperial tudo tinha seu preço, e Marrocos sabia disso: “*Com arte e com engano, se passa meio ano. Com engano e com arte, se passa a outra parte.*” (MARROCOS, 1812:103).

### **Desconstruindo mitos**

Numa sociedade de costumes coloniais, a compra de um escravo era tão ou mais necessária quanto o conforto de um lar. Considerando-se inábil para as tarefas domésticas, Marrocos desembolsa mais de 93 mil réis na compra de um escravo para as tarefas domésticas. Se para um português livre, que vem trabalhar a terra na esperança de dias melhores, era uma desonra realizar trabalhos domésticos, imagine para um bibliotecário régio. (MARROCOS, 1811:82).

O tratamento dispensado ao escravo denotava a contradição desta sociedade. De um lado, a indecência da escravidão mitigada pela aparência paternal na relação senhor e escravo, permitindo infames castigos e maus tratos; por outro lado, a dependência dos proprietários em

<sup>26</sup> 1º. conde de Aguiar, dom Fernando José Portugal e Castro.

<sup>27</sup> Indivíduo que tem muitas aptidões.

<sup>28</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da Biblioteca dos Reis...*, op. cit., 2002. p. 432.

busca de prosperidade no Novo Mundo resultava no aumento da população escrava e consequente medo de rebeliões. Em tais circunstâncias, essas práticas coloniais minavam o processo de metropolização do Brasil.

Schultz comenta que o intendente Viana atribuía o aumento da população negra à dificuldade em achar brancos para a execução de tarefas. Os novos proprietários aproveitavam-se das ofertas de obras públicas e outros serviços na cidade para alugar seus escravos.<sup>29</sup> Diversos jornais da época publicavam anúncios de aluguel ou troca de escravos, como mostra o Diário do Rio de Janeiro: “Quem tiver algum escravo para alugar poderá ir a rua dos Inválidos, passando a Capella de Santo Antonio dos Pobres, lado esquerdo o primeiro sobrado, para se ajustar com quem o quer alugar.” Esse lucrativo negócio brutalizou os ideais paternos e alterou o equilíbrio moral e social da cidade.<sup>30</sup>

No Brasil, toda pessoa com alguma projeção social tinha negros cativos. Esta dependência do trabalho escravo é descrita por Antonil (1982) como “as mãos e os pés” da sociedade brasileira, principalmente nas áreas rurais. Nas cidades, especialmente no Rio de Janeiro, a vinda da Corte alterou o cotidiano das famílias fluminenses, tornando ainda mais difícil a vida dos homens livres e pobres que disputavam as oportunidades de trabalho com portugueses e estrangeiros.

Assim como o nosso missivista, a maioria dos imigrantes portugueses não era nobre, nem rica, porém não dispensava o trabalho de um escravo para os serviços da casa. O arquivista também encarna essa autoridade paternal quando se refere ao escravo como “*meu moleque*”, “*meu preto*”, batizando-o com o nome de Manuel Luís Cabinda e tecendo comentários “simpáticos” acerca de suas qualidades: “*É muito meu amigo e eu não sou menos dele. É muito habilidoso, e tem muito tino. Serve à mesa muito bem. Tem muito cuidado no asseio do meu vestido e calçados, escovando-o sempre.*” (MARROCOS, 1812:122).

Marrocos expressa o desejo de educá-lo na fé e sem pancadas, mas não dispensa “*uma dúzia de palmatoadas por teimoso, [para] quebrar-lhe o vício*”. A hierarquia entre os escravos da casa permitia o controle e a ordem durante a ausência do proprietário: “*O meu Preto é muito manso, e tem-me muito respeito, e mais ainda do meu Cozinheiro, a quem dei a liberdade de o castigar, quando fosse preciso*”. (MARROCOS, 1811:89).

---

<sup>29</sup> SCHULTZ, Kirsten. **Versalhes Tropical: império, monarquia e a Corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 190.

<sup>30</sup> Diário do Rio de Janeiro (1821-1858). Domingo, 10 de junho de 1821, n. 10 (PR\_SPR\_00005\_094170). Rio de Janeiro: Typographia do Diário. Proprietário N. L. Vianna.



Em relação a esta “estranha” afetividade entre o escravo fiel e o senhor benevolente, Emilia Viotti afirma que sempre existiu, de norte a sul do país.<sup>31</sup> Mito forjado por uma sociedade escravista que, em defesa de um sistema de dominação e exploração do homem pelo homem, arbitrava sobre a vida e a morte dos escravos. A suavidade da escravidão encontrava limites no medo dos brancos e no ressentimento dos negros.

As múltiplas feições da sociedade brasileira provocavam um enfraquecimento natural de algumas tradições culturais, forjadas por uma historiografia etnocêntrica que atribuía uma visão negativa ao trabalho doméstico, associado à condição inferior do escravo. Essa leitura etnocêntrica de alguns viajantes estrangeiros descrevia os códigos culturais locais e o significado de “ser negro” no Brasil, reforçando o estereótipo animalizado do escravo “burro de carga”, conforme escreve o capitão austríaco Joseph Hörmeyer: “O costume do país proíbe [...] aos homens de carregar qualquer pacote, mesmo um livro, na rua; para isso existem os negros.”<sup>32</sup> A mesma perspectiva etnocêntrica que difundia a imagem de promiscuidade sexual e instabilidade familiar dos escravos, conforme denuncia Slenes (1999).

As imagens registradas na pena de viajantes britânicos, franceses e austríacos do século XIX revelam a relação de poder presente no contato com as populações colonizadas, reforçados por discursos euroimperiais nas representações sobre o “outro”. Mesmo quando se contradizem ou divergem entre si, esses viajantes possuem um eixo comum: a oposição hierárquica entre os valores dominantes da civilização europeia e os da civilização dominada.

Se existem momentos raros em que a retórica superior do civilizado é rompida, é na denúncia da escravidão, do comércio ilícito e dos maus tratos. Porém, mesmo que este olhar humanista de alguns viajantes europeus tenha permitido ver o “outro” como um ser digno de algum respeito, ainda assim era sempre na condição de vítima.

É importante considerar para quem os viajantes escreviam. No século XIX, seus relatos serviam para informar e entreter um leitor europeu ávido por conhecer os modos e os costumes exóticos de um povo desconhecido. Como observa Edward Said, o vocabulário da cultura eurocêntrica oitocentista estava repleto de palavras e conceitos, tais como: “raças servis”, “povos subordinados”, “menos avançados”, entre outras.<sup>33</sup>

---

<sup>31</sup> COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república...**, *op. cit.*, 1999. p. 289.

<sup>32</sup> ZUBARAN, Maria Angélica. **O eurocentrismo do testemunho: relatos de viagem no Rio Grande do Sul do século XIX.** Porto Alegre, 1999. p. 24.

<sup>33</sup> ZUBARAN, Maria Angélica. **O eurocentrismo do testemunho...**, *op. cit.*, 1999. p. 20.

No imaginário europeu, o “outro nativo” é sempre infantilizado e inferiorizado, o que justificava a dominação e os discursos pedagógicos e disciplinadores. Segundo Silva Hunold Lara, os castigos corporais visavam tanto à afirmação da dominação senhorial quanto ao aprendizado da submissão escrava. Assim, a imagem paternal da escravidão acentuava na relação senhor/escravo a suposta inferioridade dos negros, que, retratados como escravos-crianças, eram dependentes da proteção e da correção exemplar de seus senhores-pais.<sup>34</sup>

No entanto, o estereótipo do escravo indolente e preguiçoso contradiz com a ociosidade dos senhores sustentados pelo sistema de ganho nas cidades. Nesse ponto, percebemos no comportamento de Santos Marrocos a ambiguidade entre o europeu dominador e dependente. A suspeita de que seu moleque estivesse com bexigas, nome popular para a varíola, expõe o falso padrão de fidalguia do mundo luso-brasileiro:

Tenho sentido estes golpes quanto não posso expressar, não só pelas minhas circunstâncias de falta de precisão e exercitar serviços domésticos, para que sou inábil, a benefício do mesmo moleque, e aceitar os obséquios dos Vizinhos oferecendo-me os seus escravos para o que de fora eu precisar. (MARROCOS, 1814:255).

Em outra ocasião, Marrocos descreve as qualidades de sua mulher à irmã Bernardina, declarando que “*apesar de em casa de sua Mãe haver uma imensidade de escravas para o serviço, eram as filhas obrigadas por Semanas a regerem este mesmo serviço*”; educação familiar que, segundo o arquivista, a transformou em um modelo de virtudes melhor que muitas portuguesas. (MARROCOS, 1814:273).

Na carta, Marrocos faz questão de frisar que a família de Ana possuía “*uma imensidade de escravas para o serviço*”, o que denota certa preocupação em esclarecer à irmã que sua mulher era moça de família abastada e de boa ascendência. Ainda que o serviço doméstico estivesse associado à condição inferior do escravo, a necessidade em preservar a “mercadoria” obrigou o arquivista a exercitar serviços para os quais se considerava “inábil”, a benefício do moleque Cabinda. Ana, por outro lado, era obrigada a exercer tais serviços, conforme exigia o aprendizado das futuras esposas.

---

<sup>34</sup> LARA, Silvia Hunold. **O castigo exemplar dos escravos no Brasil colonial**. In: Ribeiro, Renato Janine (org.). *Recordar Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 233-234.

As pinturas históricas, que privilegiavam a observação como método, podem reforçar o testemunho do arquivista. A gravura “Família pobre em sua casa”, realizada pelo artista francês Jean-Baptiste Debret, retrata um dia comum na vida de uma família pobre que sobrevive graças ao trabalho de uma escrava. O olhar crítico do sociólogo Anderson Trevisan recupera o ambiente político do artista, ex-jacobino e bonapartista, para analisar o peso do trabalho escravo que contrariava as noções de progresso e regeneração no Brasil do século XIX.<sup>35</sup>

Graças às legendas do artista francês, em seu livro *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, podemos afirmar que se trata de uma família rica em processo de falência: “O desenho representa o interior da casa de uma velha viúva desafortunada, abandonada sozinha com sua filha e uma velha escrava.”<sup>36</sup> Debret disciplina nosso olhar segundo sua analogia entre o pitoresco cotidiano de uma família pobre e a falácia de uma sociedade hierarquicamente decadente. A descrição que explica a escolha do artista em retratar o momento do regresso da escrava pressupõe uma crítica velada à estúpida superioridade dos brancos economicamente dependentes do trabalho escravo: “Escolhi o momento de retorno da escrava, que entrega a sua jovem senhora a sobra do ganho de sua jornada, do qual ela retirou a compra de algumas bananas para a refeição simples de todos os habitantes da casa”.<sup>37</sup>

As cartas de Santos Marrocos e as pinturas de Debret, portanto, revelam aspectos do cotidiano que relativizam os discursos dos viajantes em relação ao trabalho doméstico. Considerando o contexto miserável das famílias de brancos pobres, na prática, não existia diferenças entre brancos e negros. Contudo, os aspectos retóricos não diminuem a incontestável importância dos relatos de viajantes na formação das identidades, construídas a partir do encontro de culturas desconhecidas. Segundo Peter Burke, trata-se de documentos preciosos que revelam tanto a percepção da distância cultural como a tentativa em traduzir a cultura do “diferente” em algo familiar.<sup>38</sup>

<sup>35</sup> TREVISAN, Anderson Ricardo. **A pintura da vida prosaica: pobreza e escravidão nas aquarelas de Debret**. Revista online do Grupo de Pesquisa e Estudos em Cinema e Literatura. UNESP, v.3, 2006. p. 196-213.

<sup>36</sup> **Do original:** “Le dessin représente l’intérieur de l’habitation d’une vieille veuve infortunée, restée seule avec sa fille et une vieille négresse”. DEBRET, J. B. **Voyage pittoresque et historique au Brésil ou Séjour d’un artiste français au Brésil**. Tomo II. Paris: Firmin Didot Frères, Imprimeurs de l’Institut de France, 1835. p. 107. (Trad. nossa).

<sup>37</sup> **Do original:** “J’ai choisi le moment du retour de la négresse, qui rend à sa jeune maîtresse le reste du gain de sa journée, sur lequel elle a prélevé l’achat de quelques bananes pour le souper frugal de toutes les habitantes de la maison.” DEBRET, J. B. **Voyage pittoresque et historique...**, *op. cit.*, T. II, 1835. p. 107. (Trad. nossa).

<sup>38</sup> ZUBARAN, Maria Angélica. **O eurocentrismo do testemunho...**, *op. cit.*, 1999. p. 18.

A violência da cidade é tema presente nas cartas de Santos Marrocos. Ele conta que os constantes recrutamentos serviam tanto para aumentar os regimentos nas fronteiras quanto para conter os muitos criminosos oriundos de Minas Gerais e outras terras. Pretos que frequentemente envenenavam e matavam seus senhores ou violentavam as mulheres eram punidos com enforcamento, ato que recebia o total apoio da população, conforme declara o arquivista: “o terror é muito necessário para esta canalha, aliás, está tudo perdido.” (MARROCOS, 1811:88).

Indignado, o bibliotecário diz que o descaramento era tanto que até avançavam em pessoas distintas e conhecidas, como o próprio chefe de polícia, José Maria Dantas Pereira, que recebeu duas bofetadas por trazer pouco dinheiro; mulheres sofriam insultos e às vezes eram até degoladas nas ruas. O intendente de polícia mandou armar *aguazis*, paisanos que ajudavam na ronda. Presos ou sentenciados à morte, os bandidos continuavam ameaçando aqueles que saíam depois das 8 horas da noite. (MARROCOS, 1813:221).

O levante de escravos era, sem dúvida, a violência mais temida pela população branca. As insurreições setecentistas nas províncias de Minas Gerais (1788-89), Rio de Janeiro (1794) e Bahia (1798) ainda não tinham sido esquecidas, quando, em 1814, uma rebelião de negros baianos atingiu sérias proporções. A *onda negra* arrastou um profundo *medo branco*, ecoando em outras províncias. Armados com facões, lanças e instrumentos de pesca de baleias, gritavam: “*morra branco, morra mulato e viva o senhor conde dos Arcos*”.<sup>39</sup> Santos Marrocos descreve a repercussão desses *funestos acontecimentos* na cidade:

Pelo Paquete da Baía soubemos de um grande tumulto de Negros, que ali houvera ultimamente, e que causou grande susto em toda a Cidade: eles mataram muitos brancos, e alguns eram Negociantes; alguns soldados também foram mortos, assim como outros Negros, que não queriam associar-se ao tumulto. (MARROCOS, 1814:249).

A historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva comenta esse mesmo levante de negros em *Vida privada e cotidiano no Brasil*. A autora relata que cidadãos do comércio criticavam a pouca energia do conde dos Arcos, d. Marcos de Noronha Brito; enquanto o arcebispo Francisco defendia a atuação do governador. Nizza da Silva indaga se o levante teria sido de

---

<sup>39</sup> SILVA, M. B. Nizza da. **Vida privada e cotidiano no Brasil: na época de D. Maria I e D. João VI**. Lisboa: Ed. Estampa, 1993. p. 314.

escravos ou de forros e conclui: “de qualquer modo, parece ter havido uma solidariedade tribal entre negros e alguns escravos que trabalhavam nas armações de pesca e na fazenda.”<sup>40</sup>

Marrocos engrossa o lado das críticas: “*A muita liberdade, que o Governador lhes tem dado, e pouco caso que faz das suas desordens, julgando-os incapazes de empresas grandes, produziram talvez esta explosão, que há-de ficar em lembrança.*” (MARROCOS, 1814:249). Na carta que escreve ao pai em 15 de março de 1814, o arquivista informa que a imensa variedade de nações africanas são inimigas entre si, sendo por isso bastante variadas as senzalas no Rio de Janeiro, ao contrário da Bahia:

Na Baía por uma inclinação natural dos habitantes entram só Negros da Costa da Mina, e mui poucos de alguma outra Nação, sendo por esse motivo todos eles Patrícios, companheiros e amigos; e em qualquer desordem, ou tumulto, todos são unânimes, como neste se acharam, e só mataram os que não eram seus Patrícios. (MARROCOS, 1814:249).

Os comentários de Santos Marrocos e Nizza da Silva sobre o levante de escravos na Bahia permitem discutir a questão sobre as comunidades escravas no Brasil. Nizza da Silva sugere que as diferenças entre escravos e forros na Bahia seriam minimizadas por uma “solidariedade tribal” nos momentos de conflito, enquanto nosso missivista acredita que o estado de guerra era oriundo da multiplicidade étnica existente nas senzalas. De um lado, a solidariedade, como forma de resistência ao cativo, gerava a formação de famílias e parentelas; do outro, a rivalidade, como mecanismo de desagregação, fomentava antigas hostilidades e disputas por uma vida material próxima dos pobres livres. Essa disputa por mobilidade social criava hierarquias entre os próprios escravos, como podemos constatar na carta em que Marrocos relata a autoridade que concede a seu cozinheiro para castigar o moleque Cabinda: “*O meu Preto é muito manso, e tem-me muito respeito, e mais ainda do meu Cozinheiro, a quem dei a liberdade de o castigar, quando fosse preciso*”. (MARROCOS, 1811:89).

Dessa tensão entre guerra e paz, surge o debate entre os autores. Emília Viotti explica que, nas zonas rurais, os negros do campo se dividiam por rivalidades e antipatias dos parceiros da Casa Grande e, nas cidades, por nações: os minas, os cassangues, os moçambiques ou os congos. Às antigas hierarquias somavam-se a superioridade de ofício e a

---

<sup>40</sup> SILVA, M. B. Nizza da. **Vida privada e cotidiano no Brasil...**, *op. cit.*, 1993. p. 313-315.

posição dentro do regime senhorial que, embora não evitassem fugas, crimes e insurreições, compunham um dos mecanismos de repressão bastante eficazes no controle do cativo.<sup>41</sup> Hebe Mattos concorda que a cultura ocidental dominante influenciava as hierarquias sociais dentro e fora das senzalas, principalmente entre africanos ladinos e crioulos, provocando mais dissensão que coesão.<sup>42</sup> Manolo Florentino e José Roberto Goés introduzem a ideia de uma correlação de forças entre as rivalidades histórico-étnicas e o processo de crioulição. Se de um lado, a guerra comprometia a sistematização do trabalho, do outro, a paz completa ameaçaria a segurança dos senhores. Do equilíbrio entre guerra e paz dependeria o bom funcionamento do sistema, concluem os autores.<sup>43</sup> Slenes, por outro lado, defende que a herança cultural africana e a experiência em cativo formariam novos laços de parentesco dentro das comunidades escravas. Segundo o autor, a consciência de sua condição como cativo no Brasil unia todos os escravos em uma só linguagem: a “gramática do espaço” em comum.<sup>44</sup> Sheila Faria estabelece um consenso ao considerar que há certa unanimidade entre os historiadores na questão da presença de comunidades e da formação de identidades em grupos de parentela, baseadas no matrimônio, nos laços consanguíneos, no nascimento dos filhos e nas relações de compadrio. No entanto, a autora questiona o conceito de comunidades, ainda sem definição entre os pesquisadores.<sup>45</sup>

Longe de esgotar esse assunto, as memórias de Santos Marrocos e as inúmeras pesquisas historiográficas sobre a formação de comunidades escravas no Brasil acabam por relativizar as afinidades e as rivalidades entre os escravos, elementos, aliás, presentes na vida comunitária de brancos ou negros, livres ou escravos, “civilizados” ou não.

Dentre os preciosos patrimônios da sociedade colonial, as mulheres representavam um valioso tesouro social guardado a sete chaves. Essa rotina familiar ibérica, marcada pela influência dos costumes mouros, foi transplantada para as colônias, principalmente na elite rural brasileira.

---

<sup>41</sup> COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república...**, *op. cit.*, 1999. p. 296.

<sup>42</sup> FARIA, Sheila de Castro. **Identidade e comunidade escrava: um ensaio**. Rio de Janeiro: UFF/ Revista Tempo, vol. 11, núm. 22, 2007. p. 144-145.

<sup>43</sup> FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

<sup>44</sup> SLENES, Robert W. **Esperanças e recordações: condições de cativo, cultura centro-africana e estratégias familiares**. In: *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 147.

<sup>45</sup> FARIA, Sheila de Castro. **Identidade e comunidade escrava**, *op. cit.*, 2007. p. 144-145.

Se, de um lado, a reclusão das mulheres era uma forma de proteger a honra e a fortuna da família longe da corrupção do mundo, do outro, o isolamento feminino refletia a condição de colônia e “passou a ser um dos critérios burgueses para julgar o progresso ou o atraso dos costumes nos diferentes aglomerados urbanos europeus.”<sup>46</sup> Invasão de privacidade foi o estratégico argumento do intendente Vianna no édito de remoção das rótulas, traços arquitetônicos descritos por moradores e visitantes como sombrios e insalubres, uma das medidas de europeização do Novo Mundo.

Diversos viajantes acostumados à exibição feminina na Europa comentam que o recolhimento e a ignorância das moças e senhoras de classes altas e médias eram perniciosos costumes que deformavam a educação e a silhueta feminina. Emília Viotti observa que viver na cidade não alterava profundamente a segregação feminina, embora a sociabilidade em teatros e bailes na corte fluminense tenha ampliado pouco a pouco sua liberdade. Nas zonas rurais, porém, ainda imperava uma severa disciplina patriarcal, cuja escravidão condenava as mulheres à ociosidade e ao envelhecimento precoce.<sup>47</sup>

Estudos de gênero voltados à revisão do papel da mulher na sociedade brasileira privilegiam mais as famílias escravas que as mulheres brancas reclusas, permanecendo o imaginário que as famílias “de bem” fazem delas, ressalta Malerba.<sup>48</sup> A livre circulação das mulheres pertencentes às camadas inferiores instigava o preconceito masculino, frequentemente estampado nas cartas que Marrocos endereçava principalmente à irmã Bernardina: “*Chegou o tempo dos maiores calores, que me fazem vestir no dia 3 e 4 camisas, e todas as bisbilhoteiras destas cariocas não se tiram das gamelas a banharem-se a miúdo, para apagarem as chamas, em que ardem.*” (MARROCOS, 1814:271). Século hipócrita que vigiava a nudez, mas espiava pelos buracos da fechadura<sup>49</sup>, o bibliotecário criticava o comportamento libertino das mulheres do Rio de Janeiro, pagando sua língua mais tarde ao se deixar seduzir por uma delas.

Chamamos atenção para o uso frequente da expressão “carioca” no discurso de Santos Marrocos, levando-se em conta que este termo somente se consagra no final da Regência, passando a coexistir com o termo “fluminense”. Há, ainda, outras ocorrências muito

<sup>46</sup> LAHUERTA, Flora Medeiros. **Pelas ruas, janelas e pela praça: transformando o Rio de Janeiro colonial em capital do Império português**. São Paulo: USP, 2009. p. 6.

<sup>47</sup> COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república...**, *op. cit.*, 1999. p. 244.

<sup>48</sup> MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio...**, *op. cit.*, 2000. p. 150.

<sup>49</sup> DEL PRIORE, Mary. **Conversas e histórias de mulher**. São Paulo: Planeta, 2013. p. 63-64.

interessantes que ilustram a forma pejorativa do arquivista ao debochar do modo de falar dos cariocas: “*Minha riquinha Bernardinha do meu Coração. Como a Sorte me obrigou a ser di cá, já vai o Senhor di lá. Leve o Diabo semelhante língua; pois um País, onde reina a moleza e a preguiça, até no falar há sono!*” (MARROCOS, 1812: 104. Grifo do editor).

À mana Bernardina, o arquivista dirá que mandou às favas mil lisboetas por uma brasileira “*que só tem o único defeito de ser Carioca.*” Nos últimos anos, mesmo convencido a permanecer no Brasil, Marrocos não abandona antigos preconceitos. Na carta ao pai, comenta: “*suas netas vão crescendo consideravelmente: Maria Teresa, diz que não quer ser Carioca, e que quer ir a Lisboa ver o Avô.*” (MARROCOS, 1820:497).

Além da violência moral, a “má conduta” da mulher permitia ao marido aplicar correções de maus tratos e até reclusão em casas de recolhimento. Em alguns casos de violência máxima, a defesa da honra levava o marido que se julgasse traído a assassinar a adúltera, recebendo a tolerância da lei pelo “delito desculpável movido pela paixão e arrebatamento com que foi cometido”.<sup>50</sup>

Outro mito desconstruído nas cartas de Marrocos é a imagem nefasta de Carlota Joaquina. A descrição de uma rainha generosa e de uma mãe atenciosa contradiz com a figura caricata e perversa da rainha. O episódio que envolveu o servente responsável pela última remessa dos livros reais e sua mulher, acusada de adultério, serve para ilustrar a condição feminina sempre sujeita às depreciações de uma sociedade patriarcal dominante.

Após alguns meses de confinamento, a mulher recorreu judicialmente por sua inocência, sendo restituída à liberdade. Marrocos relata que dona Carlota acolheu a pobre mulher e duas filhas no Paço Imperial. “*Admire Vossa Mercê como se mudam as Cenas,* escreve Marrocos. Após sofrer todos os insultos e humilhações, padecer numa casa de reclusão longe das filhas, a mulher do servente despertou a compaixão da princesa dona Carlota, que, ao saber de toda a história, mandou buscá-la com as crianças, vestiu-as magnificamente e matriculou as meninas no colégio, pagando 36 mil réis por mês. (MARROCOS, 1812:156).

Nizza da Silva (1993:115) informa que as punições rigorosas para adultério previstas nas Ordenações Filipinas abrandaram no final do período colonial. Na prática, o marido traído simplesmente separava-se da mulher, principalmente nas camadas populares.<sup>51</sup> A “defesa da

<sup>50</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida privada e cotidiano no Brasil...**, *op. cit.*, 1993. p. 115.

<sup>51</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida privada e cotidiano no Brasil...**, *op. cit.*, 1993. p. 117.



honra” estava mais presente nas camadas superiores da sociedade. O desfecho do caso da mulher do servente confirma o exposto: “*a mulher de José Lopes Saraiva, logo que saiu do Recolhimento de Taipu, ficou legalmente divorciada do marido em presença do Bispo, e Vigário Geral*”. (MARROCOS, 1813:222).

A sorte nada generosa com o marido reservou-lhe os piores castigos. Preso por ordem da princesa Carlota Joaquina ao se envolver em briga com o filho de certa criada, que o deixou cego de um olho, o servente morreu em 1817, numa expedição militar em Pernambuco, após beber um copo de ponche no botequim, conta o arquivista. (MARROCOS, 1814:252).

A autora comenta que é mais fácil conhecer as relações conjugais em situações de conflito do que em períodos normais da vida do casal. Trata-se de um dilema para o historiador; ou se debruça sobre as obras normativas, em geral regulamentadas pela Igreja; ou tenta delinear o comportamento normal a partir das situações anormais de conflito.

A própria imagem controvertida do casal real inspirou diversas desconfianças quanto à fidelidade e idoneidade da rainha. Oliveira Lima afirma que d. João “não tinha grande certeza da paternidade dos últimos filhos”.<sup>52</sup> Mas, a atitude de dona Carlota em amparar a mulher do servente e suas filhas comprova a afirmação da historiadora Nizza da Silva, afinal a história rende mais nos conflitos do que nas situações normais do cotidiano.

Perseguida por sua independência inaceitável para as mulheres da época, Carlota Joaquina tornou-se alvo das políticas liberais que temiam sua apaixonada e corajosa defesa ao absolutismo monárquico em vias de extinção. E a princesa pagou o preço por suas atitudes transgressoras, carregando uma longa lista de desonras: infiel, imoral, ambiciosa, perversa, vingativa, ridicularizada em seus atributos físicos e em seu modo de vestir, avalia Francisca Lúcia de Azevedo.<sup>53</sup>

A descrição preconceituosa de Madame Junot, esposa do general que comandou as tropas francesas na invasão a Portugal, ao se referir a família de Bragança como “um concurso monstro de fealdades em que cabiam os primeiros prêmios ao príncipe regente e a

---

<sup>52</sup> GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007. p. 183.

<sup>53</sup> AZEVEDO, Francisca Lúcia Nogueira. **A outra face da princesa**. Rio de Janeiro: RHBN: Dossiê Carlota Joaquina, ano 8, nº 96, setembro, 2013. p. 16-34.

Dona Carlota” e do *quixotesco*<sup>54</sup> historiador Oliveira Lima, ao definir a rainha como “o maior estorvo da vida de Dom João VI”,<sup>55</sup> refletem o imaginário anedótico construído ao longo da história por quase todos os intelectuais da época e reproduzido pelos historiadores progressistas que ao menosprezarem o lado humano e maternal da rainha, apenas realçavam o conservadorismo (i) moral, próprio da época.

### O cotidiano da cidade

A presença da monarquia portuguesa, a abertura dos portos aos estrangeiros, o aumento do tráfico de escravos e a atração que a corte exercia sobre as outras províncias causaram grande explosão demográfica na cidade do Rio de Janeiro. O comerciante inglês John Lucock, que desembarcou na cidade três meses depois da família real, estimou a população do Rio de Janeiro em 60 mil habitantes.<sup>56</sup>

Para atender esse contingente de pessoas que se instalou no Brasil de um dia para o outro, o Príncipe Regente transplantou todo um aparato burocrático para suprir as carências da nova sede da monarquia portuguesa. O processo de “inversão da metrópole” transformou a cidade do Rio de Janeiro em sede da administração pública e palco central da emancipação política do Brasil, graças à ação reformista de homens<sup>57</sup> como o conde de Linhares, d. Rodrigo de Sousa Coutinho, incansável nos primeiros quatro anos da administração joanina, afirma Oliveira Lima: “Da maior parte das transformações a que anda associado no Brasil o nome de D. João VI e com que ficou assinalada a transferência da corte portuguesa, não é temerário dizer que foi Linhares o inspirador”.<sup>58</sup>

<sup>54</sup> Nomeado por Gilberto Freyre na obra *Oliveira Lima: D. Quixote Gordo* (1970), como um bom historiador e diplomata rebelde, envolvido em vários conflitos com o Barão do Rio Branco em sua gestão como ministro das Relações Exteriores à frente do Itamaraty entre os anos de 1902-1912. Para mais informações, consultar: *Oliveira Lima e a Construção da Nacionalidade*, da historiadora Teresa Malatian, professora da Universidade Estadual Paulista (Unesp), tese de pós-doutorado, apresentada em 1999 e publicada pela Edusc/Fapesp, 2001.

<sup>55</sup> LIMA, Manuel de Oliveira. **D. João VI no Brasil...** Vol. I, *op. cit.*, 1908. p. 261.

<sup>56</sup> GOMES, Laurentino. **1808...**, *op. cit.*, 2007. p. 155.

<sup>57</sup> Três dias após a sua chegada ao Rio de Janeiro, d. João nomeou novo ministério: d. Fernando José Portugal, marquês e conde de Aguiar para negócios do reino; d. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares para negócios do Estrangeiro e da Guerra; d. José Rodrigues de Sá e Meneses, visconde e conde de Anadia para negócios da Marinha e Ultramar, todos pertencentes à facção anglófila em Portugal. O maior opositor francófilo, Antônio de Araújo Azevedo, o conde da Barca, foi responsável pelo transporte dos primeiros equipamentos tipográficos e pela vinda da Missão Francesa em 1816. VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. **Administração joanina no Brasil (1808-1821): O processo de criação de um Estado independente.** In: *Anais do Seminário Internacional: D. João VI um rei aclamado na América*. Rio de Janeiro, 1999. p. 353.

<sup>58</sup> LIMA, Manuel de Oliveira. **D. João VI no Brasil...** Vol. I, *op. cit.*, 1908. p. 200.

Retomando a crítica de a administração joanina ser uma gerontocracia, na qual os ministros escolhidos por d. João envelheciam, adoeciam e morriam em seus cargos, Marrocos, na função de secretário particular do monarca português, descreve as confidências que teria ouvido do próprio rei sobre o estado de saúde de seus governantes:

Sua Alteza Real na 3ª. Feira de manhã disse à minha vista que ele [Antônio de Araújo] já não podia assinar, e que a sua letra de agora pela sua miudeza não parece ser feita pela mesma mão de algum dia: até hoje está um pouco melhor, mas não são melhoras de esperanças. O Marquês de Aguiar já tem enterrado três Secretários de Estados, Anadia, Linhares e Galveias, e parece-me que está abrindo a sepultura para o quarto. (MARROCOS, 1815:291).

Essa atitude cautelosa e demasiadamente lenta de d. João recebia dicotômicas opiniões da imprensa e políticos da época, que ora o acusavam de emperrar a máquina administrativa com ministérios vitalícios, ora exaltavam as medidas urbanísticas e institucionais que geraram períodos férteis para o desenvolvimento do país. “O saldo, no entanto, é sempre muito positivo para as medidas administrativas de D. João, que quando retornou a Portugal, em 1821, deixou aqui um Estado independente”, conclui Teixeira Vinhosa.<sup>59</sup>

No rol dos críticos estava o insatisfeito bibliotecário, que *até dormindo praguejava contra o Brasil*. A falta de infraestrutura, as precárias condições de higiene, o clima úmido dos trópicos, a alimentação e os hábitos da população são queixas constantes nas correspondências de Santos Marrocos: “*confesso que esta terra e gente estão cobertos de maldições dos Europeus por seus péssimos modos em insolências, ladroeiras, e mil outras patifarias*”. (MARROCOS, 1812:145).

O intenso desembarque de negros africanos, transportados por meses nos porões dos navios em condições subumanas de higiene, contribuía para o alastramento de graves moléstias e para o empobrecimento moral da miscigenada sociedade brasileira. Marrocos aponta este problema como o responsável pelas contínuas epidemias:

Reflecta-se na qualidade da terra; porque havendo nela sempre uma contínua epidemia de moléstias pelos vapores crassos e corruptos do terreno, e humores pestíferos da negraria e escravatura, que aqui chega da Costa de Leste, contando-se cada ano desembarcarem neste porto 22 000 pretos para cima. (MARROCOS, 1811:85).

---

<sup>59</sup> VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. *Administração joanina no Brasil...*, op. cit., 1999. p. 348.

A iniciativa do marquês de Lavradio, vice-rei da cidade entre 1769 e 1779, de transferir o mercado de escravos da rua Direita para a praia do Valongo, é um exemplo do antigo problema que esse comércio trazia muito antes da chegada da corte.

Este lucrativo comércio de seres humanos era uma batalha árdua que não seria vencida com a chegada da corte, ao contrário, o trabalho escravo reforçaria ainda mais os elementos de enraizamento da metrópole, pois como salientou Manchester “nem o ministério nem o povo do Brasil queriam destronar o deus econômico, a escravidão, ou cortar a fonte da qual o deus se alimentava.”<sup>60</sup>

Numa cidade populosa como o Rio de Janeiro, a redução de médicos e recursos hospitalares proliferava atividades de curiosos e sangradores que normalmente atendiam ao escalão inferior da sociedade. Já a família real e sua corte recebiam os cuidados de quatro *Manuéis*<sup>61</sup>, médicos-cirurgiões que acompanharam a comitiva real:

O Senhor Infante Dom Miguel já se acha melhor do desastre, que lhe sucedeu na mão direita, rebentando-lhe uma bomba, na véspera de São João, e que quase lhe despedaçou. Foi geral o susto, que isto causou, assim como a admiração, pelo grande valor, que teve, sofrendo em silêncio as cruéis dores procedidas da operação cirúrgica, que se seguiu àquele desastre; arranjando e pondo em seu lugar as partes deslocadas: e finalmente tem sido muito feliz a cura, que vai em progresso. (MARROCOS, 1818:404).

Marrocos, assumidamente hipocondríaco, sofria de fortes dores de cabeça e dolorosas hemorróidas, cujas características psicológicas lhe conferiam um péssimo humor e fácil irritabilidade.<sup>62</sup> A aspereza do clima, os hábitos alimentares e a falta de recursos médicos aumentavam seus malefícios, provocando novas moléstias que o faziam padecer terrivelmente, a ponto de afastá-lo do trabalho por dias ou semanas. A mais grave, uma hemiplegia, causou uma paralisia parcial que resultou em diversas quedas, perda da visão e do ouvido esquerdo. O arquivista relata sua má sorte, descrevendo como a medicina no século XIX recomendava o tratamento da doença:

<sup>60</sup> VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. **Administração joanina no Brasil...**, *op. cit.*, 1999. p. 114.

<sup>61</sup> Santos Marrocos nomeia os quatro médicos que assistiam os ricos fidalgos, chamados: Físico-Mor Manuel Vieira; Manuel Luís Álvares de Carvalho, Manuel Bernardes e outro Manuel que desconhece. Elogia o primeiro por ser médico e filósofo. (MARROCOS, 1815:293).

<sup>62</sup> CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. **Um bibliotecário de coração melancólico...**, *op. cit.*, Piauí, 2012.

No 1º dia de Março tive uma vertigem, que me fez cair na rua, e fiquei como morto, e com a queda ferido no braço esquerdo; continuando estas, ainda que nem sempre tão grandes: e por último tenho sofrido três sangrias, de cada vez com seis sanguessugas, e custando-me cada uma destas a 960 réis (...) além dos banhos de mar, aplicaram-se-me sanguessugas no lugar das hemorróidas por duas vezes, e agora torno aos banhos e choques elétricos ao ouvido. (MARROCOS, 1817:357-359).

Embora Marrocos pecasse por seus exageros quando choramingava as demoras da família em responder suas cartas, em se tratando das “moléstias americanas”: erisipelas, inflamações nos olhos, ataque de lombrigas, acessos de bile, disenteria, elefantíase e a mortífera varíola, conhecida na época por bexigas, o arquivista tinha razão, as epidemias não poupavam nobres, nem plebeus.

O próprio rei, vítima de enfermidades como hemorróidas e erisipela, por recomendações médicas, banhava-se na Baía da Guanabara e procurava respirar os ares do campo, para evitar maiores prejuízos à saúde, escreve o arquivista:

Aqui são tantas as epidemias, que Sua Alteza Real se viu obrigado a retirar-se para a Sua Chácara de São Cristovão, donde manda perguntar cada dia à Cidade quantas pessoas morrem, o que é sempre em grande número. (MARROCOS, 1812:113).

A chegada da família real contribuiu para um acelerado crescimento em áreas de botânica, medicina, farmácia e para o surgimento de inúmeras instituições científicas, a Escola Médica-Cirúrgica na Bahia e a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica no Rio de Janeiro, em 1808; a Academia Real Militar no Rio de Janeiro, em 1810; o Real Horto, em 1812, entre outras. O jovem farmacêutico Ezequiel Corrêa dos Santos, que mais tarde se tornaria um *exaltado* líder político<sup>63</sup>, assim caracterizou o cenário científico e cultural pós 1808:

Com a vinda de D. João VI para o Brasil, apareceram alguns melhores farmacêuticos; os portos se franquearam aos sábios e aos livros estrangeiros; o conhecimento das línguas estranhas começou a vulgarizar-se; alguns estabelecimentos científicos se criaram, e a Farmácia começou a melhorar, posto que vagarosamente. (FONSECA, 1999:134).

---

<sup>63</sup> Para o estudo aprofundado sobre a militância política do líder *exaltado* Ezequiel Corrêa dos Santos, consultar: BASILE, Marcello Otávio. *Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na corte imperial*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

Contudo, essas transformações não apresentaram imediatos resultados no cotidiano da população, ainda fortemente arraigados à cultura natural do país, como podemos verificar no pavoroso inventário de instrumentos cirúrgicos utilizados pelos médicos da época: um serrote grande, um serrote pequeno, uma chave de dentes, duas facas retas, duas tenazes, uma unha de águia, dois torniquetes, uma chave inglesa e uma tesoura grande, além de cascas de animais, dentes de javali, lixa de lagarto e outras bizarrices que levariam qualquer bruxa para a fogueira.<sup>64</sup>

Os enterros dentro das igrejas é outro aspecto social que recebia a reprovação do médico e conselheiro do rei Manuel Vieira da Silva. Segundo ele, este antigo hábito propagava diversas doenças, em razão do calor atmosférico e do estreitamento das ruas. Autor do primeiro Tratado de Medicina no Brasil, Vieira da Silva recomendava a criação de cemitérios fora do centro da cidade, “onde sejam enterrados os ricos e os pobres, estabelecendo-se aí aquelas diferenças necessárias a conservar as diferenças sociais”.<sup>65</sup> Marrocos descreve esta prática, atemorizado com a mortandade de patrícios na cidade: “*as Igrejas continuamente estão dando sinais de defunto; e há pouco soube que só na Igreja da Misericórdia desta Cidade se enterraram no ano de 1811 para cima de 300 pessoas, naturais de Lisboa!*” (MARROCOS, 1812:107).

É possível que esse ambiente endêmico da cidade somado às dificuldades de aposentos para acomodar tanta gente tenham favorecido a acomodação de d. João em residências mais afastadas do Centro, como a Real Quinta da Boa Vista e a Fazenda de Santa Cruz, ofertas, aliás, que inauguraram a relação de vassalagem entre a corte e famílias abastadas fluminenses durante a permanência da monarquia portuguesa no Brasil.

Nizza da Silva demonstra que o espaço urbano foi se delineando a partir desse espraiamento da aristocracia pelos subúrbios do Rio de Janeiro (Catete, Botafogo, Lagoa Rodrigo de Freitas, estrada de São Cristóvão); os comerciantes, artesãos e empregados públicos concentravam-se no Centro e a gente mais miserável morava para os lados do Saco do Alferes, Catumbi e Mataporcos, aglomeradas entre os morros e o mar. Essa escolha definiu a direção da expansão da cidade, conduzida pelo intendente de polícia Paulo Fernandes Viana,

---

<sup>64</sup> GOMES, Laurentino. **1808...**, *op. cit.*, 2007. p. 165.

<sup>65</sup> GOMES, Laurentino. **1808...**, *op. cit.*, 2007. p. 235-236.

responsável pela promoção do “bem comum” e do “bem público” dos residentes da “Versalhes Tropical”, conclui Kirsten Schultz.<sup>66</sup>

O projeto “civilizatório” imaginado nos gabinetes do alto governo português era bem diferente da realidade urbana que Viana se deparou entre 1808 a 1821. A interpretação romântica de Gonçalves dos Santos, o padre Perereca, para a recepção da família real contrasta com as declarações de Marrocos:

Elias Antônio Lopes, respeitável negociante desta praça do Rio de Janeiro, havia construído, não longe da cidade, no sítio de S. Cristovão uma grande casa de campo; e como este honrado, e leal vassalo visse que Sua Alteza Real não tinha uma quinta, onde descansasse das fadigas do governo [...] levado dos generosos sentimentos de afeto, e amor para com a real pessoa de seu príncipe, tomou a resolução de ofertar a Sua Alteza Real a sua casa, e quinta a ela anexa.<sup>67</sup>

Aqui se está esperando a Nau São Sebastião carregada de gente e trem, e eu lamento a todos eles, pois nem Casas hão-de-ter, onde se recolham. Se aí houvesse uma verdadeira ideia da qualidade desta terra, estou seguro que ninguém apareceria aqui. (MARROCOS, 1812:109).

A historiadora americana Kirsten Schultz defende que atos de vassalagem, como a doação da Real Quinta da Boa Vista feita pelo rico comerciante Elias Antônio Lopes, não eram suportados financeiramente por todos. O encanto da realeza não deteve a grave crise de habitação, gerada pela crescente população residente e imigrante.

A própria Real Biblioteca dividiu por um bom tempo as alas do Hospital da Ordem Terceira com os enfermos, onde os bibliotecários conviviam com o cheiro de remédios e até ossos espalhados pela casa. A falta de moradias suficientes, a desordem crescente nas ruas, a arquitetura colonial e os hábitos perniciosos da cidade pareciam ser mais administráveis que abandonar o uso da mão-de-obra escrava, observa Schultz.

A propósito de casas, Marrocos escreve que era *artigo de suma dificuldade*. Mas, disso o bibliotecário não tem do que se queixar, *nobres e magníficas casas na Rua das Violas*<sup>68</sup>, em companhia de um Oficial da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, sua esposa e um clérigo;

<sup>66</sup> SCHULTZ, Kirsten. **Versalhes Tropical: império, monarquia e a Corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 160.

<sup>67</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos (padre Perereca). **Memórias para Servir à História do Reino do Brasil**. Tomo I. Lisboa: Imprensa Régia, 1825. p. 196.

<sup>68</sup> Atual rua Teófilo Otoni, Rio de Janeiro.

pagas pela Fazenda Real serão por algum tempo seu endereço residencial até mudar-se para a Rua da Alfândega, n. 31, pagando aluguel de 9\$600 réis. (MARROCOS, 1813:201).

No Paço, Marrocos se ocupava em elaborar uma memória literária e crítica dos Manuscritos. O sistema de classificação enviado pelo pai para o arranjo dos livros serviria para listar e classificar alfabeticamente os documentos da Coroa na secção de política. No exercício de arquivista real, Marrocos assumia para si a ideia de vários projetos de beneficiamento às bibliotecas do Rio e Salvador que sutilmente sugeria ao Príncipe Regente: *“Com bem custo consegui dar-se para esta Biblioteca Propina da Imprensa Régia de tudo quanto se tem aqui impresso, e houver de imprimir-se, o que tenho por um passo muito vantajoso, a benefício desta Casa.”* (MARROCOS, 1811:99).

A Real Biblioteca do Rio de Janeiro lucraria além das propinas, doação de um ou mais livros de cada edição impressa em oficinas tipográficas de Portugal e do Brasil, também com os acervos incorporados após a morte de ilustres vassalos como frei José Mariano da Conceição Vellozo<sup>69</sup>, o arquiteto José da Costa e Silva, o conde da Barca, Antônio Araújo Azevedo, o marquês de Marialva, Tomás Antônio de Vilanova Portugal, o marquês de Belas, Francisco Borja Garção Stockler e tantos outros que ajudaram a aumentar o volume de obras, não para o acesso público, mas para ostentar a erudição da realeza portuguesa aos visitantes estrangeiros.

Para a Biblioteca Pública de Salvador, criada no ano de sua chegada em 1811, Marrocos principiava que Sua Alteza Real autorizasse o envio de livros dobrados da Biblioteca da Coroa. Ele enumera três utilidades essenciais deste projeto:

A 1<sup>a</sup>. conservarem-se na Baía os Livros, o que aqui é impossível; porque não cabendo na Biblioteca, por força hão-de existir perpetuamente nos caixotes (...) a 2<sup>a</sup>. a utilidade e aproveitamento do Público (...) a 3<sup>a</sup>. é uma generosa gratificação de Sua Alteza Real ao bom agasalho e alegria dos Baienses na chegada de Sua Alteza Real àquele porto, e ao admirável oferecimento e diligências vivas para que ali se estabelecesse a Corte do Brasil, distinguindo-se sobremaneira em Donativos e outros obséquios singulares. (MARROCOS, 1811:99-100).

---

<sup>69</sup> Santos Marrocos faz referência à coleção do religioso, estimada em 2500 volumes entre outras coisas de espólio, que por Ordem de Sua Alteza Real, serviu para pagamento do muito que furtou à Fazenda Real. (MARROCOS, 1811:93).



Em 1818, Marrocos comunica ao pai que “seu projeto” para melhor aparelhar a Biblioteca Pública da Bahia tinha sido aprovado:

Veio a verificar o meu projeto lembrado a princípio; pois Sua Majestade Ordenou que dos Livros dobrados da Sua Real Biblioteca se fizesse fornecimento de um exemplar de cada Obra para a Biblioteca Pública da Baía (...). Já para lá foram 20 Caixotes, que somente compreendem o ramo de Teologia. (MARROCOS, 1818:404).

Não resta dúvida que, como bom e fiel bibliotecário, Marrocos se preocupava com a precária conservação dos livros mas, se ele possuía autoridade moral e intelectual para se fazer notar aos olhos do monarca e influenciá-lo em decisões importantes como essas ou se apenas tentava entusiasmar o pai com seus avanços no Novo Mundo, são indagações que nos levam analisar com cuidado os arquivos privados, afinal nosso missivista não esconde suas artimanhas epistolares, como veremos mais adiante.

O fato é que o bibliotecário não deixou a família em Lisboa, para sujeitar-se aos perigos da travessia e aos incômodos de uma terra estranha, em vão. A oportunidade de promissores negócios no Rio de Janeiro mudaria em breve seus planos de retorno a Portugal. À vista destas considerações, o próprio Marrocos declara: “*vivo na esperança de vir a ser algum dia mais do que sou.*” (MARROCOS, 1811:84).

### **Brasil, terra de promessa**

No centro da crise, o bibliotecário experimentava sentimentos confusos de repulsa à terra e atração pelas inúmeras oportunidades que ela oferecia. O monopólio da edição régia e a importação de papéis eram os principais fatores de elevação do alto custo dos impressos no Rio de Janeiro, denuncia Santos Marrocos. Atento, o arquivista fornece a seus correspondentes em Lisboa informações para atrair impressores famosos, como Simão Tadeu Ferreira: “*Tem-me por isso lembrado que faria aqui negócio Simão Tadeu, se fizesse aqui estabelecer seu Irmão Alexandre com um bom Prelo, pelos preços cômodos daí, ou pouca diferença, só para deitar por terra este ladrão da Impressão Régia*”. (MARROCOS, 1811:93).

Desse modo, pai e filho ingressam no mundo editorial agenciando a distribuição dos impressos da obra “Retratos, e elogios dos varões e donas que illustraram a nação portugueza

em virtudes, letras, armas, e artes, assim nacionaes, como estranhos, tanto antigos, como modernos.” Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1817. (MARROCOS, 1918:390). Em 1817, as subscrições para o anúncio na Gazeta do Rio de Janeiro contou com a ajuda de padre Dâmaso na divulgação da referida obra no Pará.

Agentes não especializados neste ramo de negócio impulsionaram o comércio de livros e às vésperas da independência proliferaram por todo o país.<sup>70</sup> A concorrência exercida por livreiros franceses estabelecidos desde 1799, bem sucedidos na importação e distribuição de livros, estampas e folhetos, atraiu Santos Marrocos e seus editores, porém sem êxito:

A respeito do tratante João Roberto Bourgeois, para quem eu trouxe Carta de Simão Tadeu Ferreira (...) me replicou que comigo não tinha negócios algum (...) e posso assegurar a Vossa Mercê, para dizer a Simão Tadeu, que ele é um desavergonhado, e tem outro a pé, que é o Gazeteiro, Paulo Martín, Franceses e traidores nos ossos! (MARROCOS, 1812:119).

Em 1814, Marrocos informa ao pai a morte repentina do livreiro francês Bourgeois, com quem Simão Tadeu estabeleceu negócios diretamente. (MARROCOS, 1814:250). O atraso das remessas e a burocracia alfandegária causaram o desinteresse dos leitores:

Os Subscritores da Obra dos Varões Ilustres têm desanimado inteiramente, por verem a falta de remessa na continuação de seus folhetos, há quase um ano: ninguém quer subscrever mais, e os poucos, que subscreveram, murmuram deste esquecimento, dando motivo àqueles a negar-se, deprimindo seus Editores. (MARROCOS, 1819:417).

A falta de experiência e trato com o público pode ter contribuído para o malogro dos negócios. O livro não atraiu mercado, mas rendeu 302\$630 réis.<sup>71</sup> Desiludido, Marrocos envia o resultado da venda do produto para a Sociedade Philopatrica, homens de letras patrocinadores da obra em Lisboa:

---

<sup>70</sup> Ana Cristina de Araújo cita as pesquisas de Márcia Abreu em *Os caminhos dos livros*, em que a autora aponta “que 41,5 por cento da importação de livros estava a cargo do setor livreiro enquanto a maioria, 58,5 por cento, era expedida e comercializada no Rio de Janeiro por iniciativa de particulares e agentes não especializados.” Cf. ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de. **Uma longa despedida: cartas familiares de Luís Joaquim dos Santos Marrocos**. In: *Cartas do Rio de Janeiro 1811-1821: Luís Joaquim dos Santos Marrocos*. Lisboa: BNP, 2008. p. 31. Para saber mais, consultar: ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. Campinas: Mercado de Letras, FAPESP, 2003.

<sup>71</sup> Prestação final de contas das despesas e receitas referentes às remessas recebidas por Santos Marrocos da Obra dos Varões Ilustres Portugueses. (MARROCOS, 1820:483).

Eu fiz ao princípio melhor idéia desta empresa, mas enganei-me; porque com este primeiro passo conheci que pouco se tem vendido, e até muitos dos que subscreveram, não quiseram a Obra, quando souberam do seu preço, pois é certo que tudo o que passa de 480 ou 800 réis é dificultoso achar quem queira despende por este modo, excepto quando se toma o trabalho de andar pelas casas de casa um, pedindo como esmola de concorrer para a subscrição, o que não é para mim, que não tenho tempo nem jeito. (MARROCOS, 1819:453).

Por fim, o bibliotecário reconhece seu amadorismo na avaliação das preferências de leitura do público: *“vejo finalmente com bem mágoa que aqui reina maior paixão pelo Livro de 40 folhas, ou por estes Periódicos de novidades.”* (MARROCOS, 1818:390) e desmotivado pelo desinteresse dos leitores e insucesso das vendas encerra formalmente o negócio por carta, pedindo o *“descargo das remessas, que daqui se forem verificando; pois é de toda a razão que se vá diminuindo a minha responsabilidade, em que nunca gostei de viver.”* (MARROCOS, 1819:453).

As frustradas tentativas de Marrocos no mundo dos negócios ilustram como a complexa rede de interdependências favorecia os agentes experientes, fechando as portas para novos aventureiros no mercado. Prejuízos financeiros e desavenças familiares encerraram as esperanças do arquivista. O jeito era continuar pleiteando uma promoção nos postos públicos do governo, para tentar minimizar o sofrimento e o estado de penúria em que vivia sua família em Lisboa.

Os esquemas de favorecimentos e apadrinhamentos ramificavam-se em toda a sociedade de corte num complexo jogo de solidariedade ou hostilidade mútua. No Rio de Janeiro, o bibliotecário intermediava os despachos de seus compatriotas, articulando meios para alcançar suas pretensões na corte joanina:

Remeto a Vossa Mercê as Listas dos Despachos do dia 13 do corrente, cujas Graças ainda não chegam a nenhum de nós, nem há aparências disso: pois a luta vigorosa, em que entrei há perto de 4 anos, ainda continua; e não sei como tenho tido jeito para sustentá-la com tanto vigor, sem enfraquecer: **algum dia Vossa Mercê será ciente de toda a minha história política neste país, que não é para escrever-se.** (MARROCOS, 1815:288. Grifo nosso).

Os requerimentos seguiam junto com uma espécie de currículo, onde o requerente apresentava suas credenciais, expunha suas circunstâncias e ofertava avultada quantia para

merecer a graça solicitada. E, quanto mais recebia as benesses reais, mais ascendia a outras, escreve Malerba.<sup>72</sup>

Um exemplo dos descaminhos que tais negócios atraíam *gente graúda* do Velho Reino envolveu um sujeito que Santos Marrocos chamou de “*o Procurador de todo o Brasil.*” O interesse particular em ajudar sua família, fez o bibliotecário contratar os serviços desse agente para a pretensão de um negociante do Porto, António Francisco Monteiro Guimarães. Marrocos recomenda ao pai que “*da soma, que o dito Negociante para aqui remeter em segurança, queira Vossa Mercê aproveitar-se naquilo que julgar digno; e o restante, que vier, será entregue ao dito agente,*” cujo serviço exigiu 100 moedas de prêmio. (MARROCOS, 1813:209). Contudo, os melindres deste tráfico de influência que, ora sofria as vilezas de charlatões, ora despesas irrecuperáveis, desgastaram pai e filho:

É moléstia quase geral dos que vivem em Lisboa julgarem que os residentes nesta Corte têm sem falha as propriedades seguintes: isto é, riqueza, valimento, e tempo para tratar dos negócios alheios: pois enganam-se; porque se há algum Canalzinho, reserva-se este para os negócios próprios e de casa, quando seja ocasião disso. (MARROCOS, 1813:230).

O dito de dom Francisco de Almeida, citado por Santos Marrocos, sintetiza o extraordinário número de requerimentos que saía naquela época com idênticas pretensões: “*nunca vira casa com tantos varredores, e tão mal varrida.*” (MARROCOS, 1819:460).

A história política que Luís Joaquim dos Santos Marrocos construiu neste país, sem jamais imaginar que algum dia seria escrita, revela as várias oportunidades que o astuto bibliotecário soube aproveitar no Rio de Janeiro. Alguns negócios bem sucedidos, outros nem tanto, o conduziria em breve a tão sonhada promoção nos quadros administrativos do governo joanino.

A venda de livros; mediações de testamentos e despachos; estampas de invictos militares, como o duque da Victória<sup>73</sup> “*que ensinou ao mundo a derrotar exércitos invencíveis,*”<sup>74</sup> ofertadas à corte como pequenos mimos; traduções de obras francesas a pedido do rei, como o “Tratado da Polícia de Saúde, terrestre e marítima, ou Higiene Militar e

<sup>72</sup> MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio...**, *op. cit.*, 2000. p. 277.

<sup>73</sup> Sir Arthur Wellesley, duque de Wellington, que derrotou as tropas francesas na Batalha de Victória em 21 de junho de 1813, expulsando José Bonaparte, irmão de Napoleão Bonaparte. (MARROCOS, 1813:218).

<sup>74</sup> (MARROCOS, 1814:241).

Naval”, extraídos das obras de Medicina Legal e Higiene Pública do *Dr. Foderé*,<sup>75</sup> revisão da cópia manuscrita do *Traité d’Hygiène appliquée à la Therapeutique, de Barbier* e o extenso dicionário de termos brasílicos coletados na Corografia Brasílica do padre Manuel Aires do Casal, amigo particular do padre Joaquim Dâmaso, são alguns exemplos das atividades extras que o bibliotecário procurava tirar partido.

O curioso é que, exceto a obra que mereceu o elogio do secretário da Academia de Ciências da época, José Bonifácio de Andrada e Silva, nenhuma outra produção mencionada por Santos Marrocos alcançou consagração pública. O enorme apreço por sua família e o incansável desejo de vencer neste país alcançariam, ainda, mercês do Hábito de Cristo para pai e filho e um matrimônio com uma carioca que lhe custariam severas críticas de toda a família.

Livre dos incômodos que padecia com antigas moléstias, agravadas pelo clima e pelos nauseantes “*quitutes de carne seca com feijão negro e farinha-de-pau amassados com os dedos,*” Santos Marrocos sentia-se mais à vontade para experimentar uma nova vida. A providencial ajuda de padre Teixeira, confidente da duquesa de Cadaval,<sup>76</sup> operou milagres em seu estado de espírito. Os estranhos remédios que o padre receitou para as hemorróidas e ataques de cabeça causaram-lhe tanto alívio que chamou de “*nova metamorfose.*”<sup>77</sup>

Depois de afirmar ao pai que “*ninguém está mais longe da América, quanto a costumes e modo de pensar* e à Bernardina, que para casar só se fosse por “*grandíssimo interesse, ou por bestial cegueira,*” o arquivista muda de opinião: “*Depois de chegar à idade de 32 anos e meio, e de haver adoptado o sistema da vida celibatária, vim para esta Corte, e mudando de Clima, mudei também de resolução.*” É certo que esta nova metamorfose causou enorme espanto em sua família, principalmente porque Santos Marrocos declara a intenção de contrair matrimônio com uma mulher, “*que apesar de ser Brasileira, é melhor que muitas Portuguesas.*” O silêncio reprovador já contava onze navios sem resposta. (MARROCOS, 1813:236; 238).

---

<sup>75</sup> Monsieur François Emmanuel Foderé (1764-1835), médico e botânico francês. Pioneiro em medicina legal, saúde pública e epidemiologia. (MARROCOS, 1816:318).

<sup>76</sup> Marie Madeleine de Montmorency-Luxembourg, irmã do embaixador francês duque de Luxembourg. (MARROCOS, 1813:208; 1816:345).

<sup>77</sup> Padre Teixeira prescreve para as hemorróidas: “um frango inteiro sufocado, com o sangue, penas e tudo, posto ao lume em uma panela a cozer com meia canada de água: depois de cozido e bem delido, coar a dita água, quando estiver em porção de um quartilho; espremer o mesmo frango num pano forte; e dividindo a dita água ou caldo em duas porções iguais para dois dias, se tomará uma ajuda com uma porção morna, juntando-se-lhe uma colher de sopa de açúcar refinado, e outra dita de banha de flor de laranja.” (MARROCOS, 1813:223-225).

Cumprindo a promessa de escrever em todos os navios, o arquivista exige do pai uma explicação, rogando não ser por falta de saúde ou amizade, ainda mais na “*presente época dos acontecimentos políticos e militares, cujas notícias todos os que aqui vivemos, ansiosamente esperamos,*” que justifique “*um esquecimento tal, que é só praticável entre dois inimigos*” (MARROCOS, 1814:207-210; 267-275).

À mana Bernardina, o arquivista conta que mandou às favas mil lisboetas por uma brasileira “*que só tem o único defeito de ser Carioca.*” Luís Joaquim dos Santos Marrocos casou em 22 de setembro de 1814 com Ana Maria de Santiago Sousa, 22 anos, filha do rico comerciante português José de Sousa Murça e da brasileira Francisca das Chagas de Santa Teresa. Moça de família abastada e boa ascendência, o pai era conhecido e respeitado por grandes personagens da cidade e a parentela da mãe possuía militares, médicos, o secretário de governo da Bahia, o ouvidor de Mato Grosso e outros negociantes da praça, a maioria portando hábitos de Cristo. (MARROCOS, 1814:278-279). Em carta despachada depois do casamento, o bibliotecário agradecia à providência divina o patrocínio de uma vida mais confortável:

Vou a concluir que me fez Deus o benefício de neste ponto me restituir o meu sossego; pois vivo em paz, em abundância, e com aquelas comodidades, de que tanto precisava, com uma boa casa bem arranjada de tudo, e com escravos, e outras conveniências, sem a menor despesa minha. (MARROCOS, 1814: 279).

No Rio de Janeiro, a família Santos Marrocos crescia e prosperava. O casal teve três filhos: o menino Luís Francisco do Nascimento Marrocos, nascido em 08 de dezembro de 1816, que faleceu vítima do “*mal de sete dias*”, nome dado para a infecção de umbigo na época; as meninas Maria Teresa de Sousa Marrocos e Maria Luísa de Assunção Marrocos, nascidas em 7 de março de 1818 e 13 de agosto de 1819. (MARROCOS, 1816:344; 1818:379; 1819:441).

Na carta que responde às acusações de “*interesseiro como Santo Antônio,*” feitas por sua irmã Bernardina, não fica claro se ela se refere ao casamento ou às cartas recebidas com um pedido implícito de apoio e intercessão. Em outra carta, Santos Marrocos afirma “*não têm cabimento os teus reparos, de eu não participar o meu casamento, senão depois de ele feito; acrescentando que foi feito de noite e às escuras, como se o Povo fosse surdo e cego.*” Irritado, sustenta o argumento de ter participado o ato quase um ano antes e “*se não*

*receberam as minhas Cartas, ou querem fingir que as não receberam, para me mortificarem, não tenho forças para abrandar pedras.*” (MARROCOS, 1815:282; 316).

Laurentino Gomes (2007:348) argumenta que Santos Marrocos tinha motivos para casar às pressas. O autor sustenta que uma gravidez inesperada, quando ainda estava noivo, seria a chave para as hostilidades da família. Porém, essas animosidades cessaram com o passar do tempo, de tal modo que Ana participa da troca de correspondências entre o marido e sua família em Lisboa. A reconciliação, no entanto, não viria antes das violentas palavras do patriarca Francisco José. Um ano depois de consumado o casamento, o pai nega ter recebido carta de participação e acusa Santos Marrocos de lhe faltar ao respeito como um “*africano rombo, ou estúpido e grosseiro Galeziano,*” considerando seu comportamento “*vil e incivil.*” (MARROCOS, 1815:311-315).

O filho, por sua vez, indaga “*se a perda de uma Carta pode servir de prova para se negar a sua existência?*” Afinal, cada missivista é responsável por suas cartas até o momento em que as lança no correio, não sendo possível evitar o extravio por diversas causas. Ao ser questionado por que não repetiu a notícia em cartas posteriores, o arquivista argumenta ser esta uma regra epistolar praticada por todos, preservando dos olhares curiosos de outrem os assuntos de confidência e segredo e, portanto, separados dos triviais e domésticos.

Após o difícil diálogo repleto de zangas, ressentimentos e incompreensões recíprocas, Santos Marrocos anuncia ao pai que “*Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor foi Servido por Decreto de 3 do presente mês Fazer-lhe Mercê do Hábito da Ordem de Cristo*” e, como filho muito agradecido, “*tive a honra de beijar a Benéfica Mão de Sua Alteza Real.*” (MARROCOS, 1815:301).

Francisco José, no entanto, se declara “*violentado e constrangido a usar da Insígnia,*” dado o ultrajante estado de abandono e pobreza em que se encontrava todo o povo lusitano. O filho tenta em vão persuadir o pai, mas os sinais de felicidade e grandeza ostentados pela nova sede do império revoltavam aqueles que, assim como o senhor Francisco, viveram os horrores da guerra, da fome e da carestia; e ainda sofriam com soldos atrasados e comércio desvitalizado. (MARROCOS, 1816:334).

O período de comemorações iniciado com a elevação do Brasil a Reino Unido prosseguiu com pompa e circunstância na discutível contratação de renomados artistas parisienses pensionados pelo governo para a implantação de uma escola de artes no Rio de Janeiro. O processo civilizatório mediado pelo *afrancesado* conde da Barca contou com a

vinda de artistas franceses, como Grandjean de Montigny, Jean-Baptiste Debret, Nicola Antoine-Taunay, entre outros, coordenados pelo ex-secretário do Instituto de Belas Artes da França Joachim Lebreton, em 1816. Discussões historiográficas dividem opiniões quanto ao caráter oficial dessa “missão francesa”, composta basicamente por artistas bonapartistas decadentes e disponíveis para novos horizontes.<sup>78</sup>

Com efeito, o relato de Santos Marrocos parece não atribuir tanta importância ao evento, escrevendo à margem uma simples nota para a presença deles na corte do Rio de Janeiro: “*Está-se edificando um grande Palácio para a Duquesa de Cadaval aqui no Sítio das Laranjeiras. Ela e seus filhos lançaram as primeiras pedras nos alicerces. O Arquiteto é Francês, e afirmam-me que todos os Mestres também o são.*” (MARROCOS, 1816:346). Enquanto padre Perereca escreve com mais reverência: “EIRei Nosso Senhor recebêo a todos com benignidade, e mandou que fossem aposentados e, tractados à custa da sua Real Fazenda,” com o objetivo de ressaltar as virtudes do monarca em receber com “benignidade” artistas mercenários que ajudaram a glorificar o antigo império napoleônico.<sup>79</sup>

A intenção civilizatória de d. João, no entanto, era mais política que altruísta. Segundo Oliveira Lima, o mecenato dos intelectuais seria mais um projeto premeditado do governo para modernizar o império e recuperar sua posição entre as nações europeias. Alianças matrimoniais com Espanha e Áustria e a coroação do rei em terras americanas transformariam o novo estado em lugar legítimo do império português; nem a morte da rainha Maria I, suntuosamente chorada pela corte durante um ano de luto, nem o breve e contido hiato da revolta pernambucana atrapalhariam o ousado projeto de transformar os trópicos numa *Europa possível*.<sup>80</sup>

Alertado pelos ingleses e pelos governadores do reino, d. João não parecia se preocupar com as repercussões que tais mudanças causavam em Portugal. Se o objetivo era impressionar seus pares na Europa e recuperar o prestígio da monarquia portuguesa, para os

<sup>78</sup> As contradições e os paradoxos sobre a Missão Artística no Brasil foram muito bem investigados pela historiadora e antropóloga Lilia Moritz Schwarcz em *O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na Corte de D. João*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>79</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos (padre Perereca). **Memórias para Servir à História do Reino do Brasil**. Tomo II. Lisboa: Imprensa Régia, 1825. p. 71.

<sup>80</sup> Trata-se da discussão historiográfica sobre um antigo “*projeto político de império luso-brasileiro*” inspirado em estudos de Maria Odila da Silva Dias e Kenneth Maxwell. Projeto que corresponde à construção de uma corte nos trópicos antes mesmo da transferência efetiva da monarquia portuguesa para o Brasil em 1808. *A fundação de uma Europa possível* é tema de pesquisa do Prof. Afonso Carlos Marques dos Santos apresentado nos Anais do Museu Histórico Nacional em 1999. SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. **A fundação de uma Europa possível**. In: *Anais do Seminário Internacional: D. João VI um rei aclamado na América*. Rio de Janeiro, 1999. p. 9-17.



portugueses eram motivos suficientes para explodir em revolução, primeiro no nordeste brasileiro, depois na velha metrópole.

No início de 1816, a expectativa geral em torno da grave enfermidade da rainha d. Maria I e da sagração oficial de d. João como rei do Brasil, Portugal e Algarves foi registrada por padre Perereca: “era necessário que Sua Magestade, carregada de annos, opprimida de moléstias, cumulada de virtudes, e merecimentos, entregasse ao seu Augusto Filho, e Herdeiro a Corôa terrena, para em lugar della receber outra de gloria eterna”.<sup>81</sup>

Em 20 de março, pouco depois do 81º aniversário, morre a primeira rainha a pisar em solo brasileiro. As exéquias envolveram do beija-mão até o luto de um ano, decretado pelo futuro rei, que “*na maior desolação possível de mágoa e de saudade: perdeu o comer, e ainda persiste em contínuo pranto*”; por essa razão, “*não houve um mês de nojo, que Ele [d. João] desejava, mas só 8 dias.*” (MARROCOS, 1816:330).

A elaboração de novos estatutos para a Biblioteca Real e as diligências do cargo de confiança não permitiram que Marrocos participasse das honras fúnebres à rainha, mas não o impediu de tecer comentários a respeito dos ritos funerários, que, aliás, duravam tradicionalmente trinta dias, chamado o mês de nojo:

No dia 21 saiu o Bando do Senado, publicando a luto geral por espaço de um ano, seis meses rigoroso, e seis aliviado: e no dia 27 se praticou a Cerimônia pública do Quebra-escudos pelo Senado, em que se fizeram porcarias e indecências. (MARROCOS, 1816:330).

A arte do bem morrer na fé cristã preocupava-se em assegurar a vida eterna com uma boa partida, por meio de atitudes benevolentes ao pressentir a proximidade da morte. Os manuais de assistência aos agonizantes recomendavam atos piedosos de patrocínio às instituições e igrejas católicas, doações aos pobres e muitos senhores, para evitar “o fogo do inferno”, libertavam seus escravos na hora da morte.

Funerais suntuosos, como o de dona Maria I, também serviam como paradigma social a rivalizar os homens da corte. Padre Perereca registra que as homenagens à rainha excederam em pompa e ostentação nunca antes visto na história do reino do Brasil: “Antes, e depois destas Reaes Exéquias houverão outras muitas nesta Cidade do Rio de Janeiro, as quaes os

---

<sup>81</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos (padre Perereca). **Memórias para Servir...** Tomo II, *op. cit.*, 1825. p. 38-39.

feis Vassallos de Sua Magestade, de saudosa memoria, fizeram celebrar em diferentes Igrejas pelo eterno repouso da sua Alma”.<sup>82</sup>

O modelo funerário ibérico foi incorporado aos costumes brasileiros, mesclando-se às raízes africanas por assemelharem-se em dramaticidade ritualística, conta João José Reis. Em *A morte é uma festa*, o autor descreve a cultura funerária baiana do século XIX, marcada por *rituais de separação* entre vivos e mortos e *rituais de incorporação* entre o defunto e seu destino no além. Regras do bem viver e da boa morte que incluíam cerimônias de despedida e vigílias com solidários espectadores. Uma “morte bonita” não podia ser vivida na solidão, declara Reis.

O espetáculo fúnebre realmente distraía a dor dos familiares, ao mesmo tempo em que convidava os solidários participantes a partilhar a dor do outro, em um esforço coletivo para superar o medo da morte. Segundo o inglês Thomas Lindley, a morte era motivo de festa em todas as camadas sociais, afinal ela facilitava a comunicação entre o homem e o sobrenatural: “Entre os principais divertimentos dos cidadãos se contavam os ‘suntuosos funerais’ e as festas de semana santa, celebrados com grandes cerimônias, concerto completo e frequentes procissões, para os baianos morte e festa não se excluía”.<sup>83</sup>

Para o viajante estrangeiro, no entanto, adepto aos ritos protestantes mais econômicos, esses rituais de socialização da agonia não passavam de meras superstições papistas, comenta José Reis. (1991:101).

No mesmo ano da morte de sua rainha, um grave ataque de cabeça, provavelmente um acidente vascular cerebral, que paralisou todo o lado esquerdo, afastou o arquivista de suas funções, durante o período de maior agitação de insurgentes no Recife. Marrocos justifica a escassez de notícias à debilidade física e moral de sua enfermidade:

À vista do estado da minha moléstia, que não me deixava lembrar, senão da minha vida ou da minha morte (...) ainda não escrevi para ninguém, excepto, se bem me lembro, uma ao nosso Compadre Simões, e brevíssima, nas vésperas da minha partida para fora da terra, a continuar a minha convalescença. (MARROCOS, 1817:349-352).

<sup>82</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos (padre Perereca). **Memórias para Servir...** Tomo II, *op. cit.*, 1825. p. 61.

<sup>83</sup> REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 137. (Aspas do autor).

Em relação à revolta pernambucana, Marrocos faz uma única citação, um ano após o conflito: “*a Vossa Mercê será aí constante o Decreto de Perdão aos rebeldes de Pernambuco, além do Perdão geral por todo o Reino Unido; sem dúvida acção mui digna de um grande Rei, e com que principia a matizar o Seu feliz Reinado.*” (MARROCOS, 1818:383).

Embora as causas da rebelião não sejam apontadas nas cartas do bibliotecário, o desconforto do pai e sua resistência em aceitar a mercê do Hábito de Cristo podem revelar a insatisfação geral que atingia a todos. Maria Odila destaca essas manifestações de insubordinação das classes menos favorecidas como um conflito interno inerente à sociedade colonial visto pela classe dominante como nativismos facciosos ou forças regionalistas hostis umas às outras e, por vezes, à nova corte, como o caso do Nordeste na revolução de 1817.<sup>84</sup>

A autora aponta o recrudescimento dos processos de colonização nas demais províncias do Norte e Nordeste como resultado da continuidade da estrutura política e administrativa interiorizada na nova metrópole do Rio de Janeiro. Para as demais capitanias do Brasil “parecia a mesma coisa dirigirem-se para Lisboa ou para o Rio.”

A lusofobia registrada na imprensa por todo o século XIX viria confirmar a crescente hostilidade correspondida por portugueses como Santos Marrocos, que não perdia a chance de elogiar as tropas de “*portugueses valentes e não [de] Brasileiros cobardes.*” (MARROCOS, 1816:323).

Padre Perereca, em manifesta lealdade portuguesa, acusa Pernambuco de imprimir uma “*indelével nódoa de infidelidade*” no povo brasileiro, cometendo “*os mais horrorosos delictos contra a Authoridade Real, e a integridade da Nação, arvorando a bandeira da rebelião, e proclamando a decantada liberdade dos Jacobinos*”.<sup>85</sup> Mas, logo retoma a consciência eclesiástica, amenizando as duras palavras: “*o crime de poucos perversos não se póde, nem deve imputar-se a huma Nação inteira; e esta revolução de Pernambuco parece que fez sobresahir a fidelidade, e a honra do Brazil*”.<sup>86</sup>

Se a pedagogia da unidade nacional concorria com o sentimento antiportuguês, através da promoção de acontecimentos de natureza diversa unidos por sentimentos de honra, luto,

<sup>84</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole**. In: MOTTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 173-179.

<sup>85</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos (padre Perereca). **Memórias para Servir...** Tomo II, *op. cit.*, 1825. p. 117-118.

<sup>86</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos (padre Perereca). **Memórias para Servir...** Tomo II, *op. cit.*, 1825. p. 123-124.

defesa, homenagem e glória, também permitiram aprofundar e acelerar a diferenciação entre Brasil e Portugal. O fim formal da condição colonial, a morte da rainha d. Maria I, a conspiração pernambucana, o casamento do príncipe herdeiro d. Pedro com a arquiduquesa dona Leopoldina da Áustria e a aclamação de d. João VI refletiam cada vez menos a imagem portuguesa entre 1808 e 1821, concluem WEHLING & WEHLING.<sup>87</sup>

Após o forte ataque de paralisia que afetara parcialmente seu lado esquerdo, comprometendo ouvido e visão, Santos Marrocos recebe a tão sonhada promoção. A intercessão de padre Joaquim Dâmaso foi decisiva. O influente religioso tornou-se um grande amigo e conselheiro, a quem o arquivista aprendeu a respeitar e admirar, beneficiando-se do valor político do prefeito da Real Biblioteca para atingir seus propósitos. Em carta de julho de 1817, o sacerdote recomenda a Marrocos fazer uma visita de cortesia ao novo ministro de Estado Tomás Antônio Vila Nova Portugal. Dois meses depois, Marrocos recebe a mercê de oficial da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. (MARROCOS, 1817:361).

A jornada dupla nas Reais Bibliotecas e na Secretaria de Estado teve a aprovação do ministro e do próprio d. João, porém as intrigas de “*uma Personagem que tem doze Empregos, e não sei como pode servir algum deles,*” causava insegurança ao bibliotecário. (MARROCOS, 1817:365). Intrigas à parte, Santos Marrocos desfrutava da convivência dos burocratas do Estado, notificando a chegada de novos ministros para dividir com Tomás Antônio o excessivo trabalho “*que tem feito memorável esta presente época política*”:

Por dias se espera aqui o Conde dos Arcos, Governador e Capitão General da Baía, a quem foi render o Conde de Palma, para vir tomar conta, como Ministro de Estado da Repartição da Marinha e Domínios Ultramarinos; assim como o Conde de Palmela, para a Repartição dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. (MARROCOS, 1818:372).

A proximidade com a cúpula do estado e com os assuntos políticos deu a Santos Marrocos a exata percepção do momento de trazer sua família para o Brasil. Preocupado com a interrupção das cartas, em razão dos apresamentos de navios, ora por corsários franceses, ora por ingleses a pressionar o fim do tráfico de escravos, o arquivista escreve uma extensa carta em 1819 para seu pai, um ano antes de estourar a Revolução do Porto. A carta era um convite para a família superar os caprichos políticos e morar com ele e Ana no Rio de Janeiro.

---

<sup>87</sup> WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. **Um espelho que se distancia: a crescente diferenciação do Brasil no período joanino.** In: *Um novo mundo, um novo império: a corte portuguesa no Brasil (1808-1822)*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p. 35-39.

Após oito anos de completa aversão ao país, Santos Marrocos descreve com mais simpatia a cidade onde casou e prosperou, tecendo elogios e até amenizando adversidades:

O medo do mar é uma preocupação nascida da fraqueza do entendimento, a qual por si não merece atenção: assim como a antecipada aversão a este País, que desgraçadamente flagela o coração de algumas pessoas, fazendo que o Inferno vomite para aqui tudo o que tem de mau, é outro grande erro, de que há muito tempo me considero despedido. (MARROCOS, 1819:447).

Os argumentos encadeados na mais longa das cartas conduziram pai e filho para um desfecho decisivo em suas vidas. O recado valia para todos os portugueses e brasileiros: de que Portugal representava o antigo e decadente sistema colonial e o Brasil, o novo e próspero futuro. As razões deste inusitado convite escondiam mais que uma profunda saudade, *“além disso, concorrem muitas mais razões políticas, de comodidade e de interesse, que tomando cada vez maior força espero que façam desvanecer ideias funestas e desagradáveis do tempo antigo.”* (MARROCOS, 1819:433).

A irremediável falta de recursos absolutos em que viviam os portugueses nos últimos anos desapontou o bibliotecário: *“Esse País [Portugal] se vai tornando cada vez mais desgraçado em todos os seus ramos, havendo os maiores motivos de se julgarem desvanecidas as esperanças de elevar-se tão cedo ao seu estado antigo e florente”*.

Santos Marrocos apontava, ainda, para o futuro incerto dos servidores que habitavam as casas no Pátio da Ópera em Belém: *“o risco de ser delas expulso, a qualquer leve Ordem de arranjo, que se projecte, no edifício para o Real Serviço, como já tem sucedido a outros é iminente; além disso o atraso dos quartéis, a desvalorização da moeda e a inevitável suspensão dos pagamentos infringiam grandes humilhações e sofrimentos a toda a família.* (MARROCOS, 1819:442-449).

Marrocos enumera a fartura e a abundância de sua vida de burocrata, cercado de escravos cozinheiros, lavadeiras, costureiras, engomadeiras, amas-de-leite; em uma confortável casa, situada no melhor sítio da cidade, *“não só por ser lavado de ares, mas em uma rua mui larga e asseada, tendo no princípio um formoso Chafariz, e no fim o Passeio Público.”* (MARROCOS, 1819:444). Segundo Nizza da Silva, esta comodidade representava o “morar bem” de um funcionário público da época.<sup>88</sup>

<sup>88</sup> SILVA, Maria Nizza da. **Vida privada e cotidiano no Brasil...**, op. cit., 1993. p. 213.

Diante da costumeira resistência paterna, Santos Marrocos indaga se a hesitação seria por causa dos amigos ou da pátria, “*um frívolo pretexto de gente caduca, e cheia de preocupações; ela [a Pátria] tem sido muito ingrata a quem lhe há consagrado desde os primeiros anos o fruto de todos os seus estudos e aplicações.*” E, conclui:

**Meu Pai, é este o momento de decidir.** (...) Saia pois Vossa Mercê de um letargo tão desgraçado, em que há tantos anos tem vivido e gemido: deixe uma terra, que lhe não é próspera, e que o tem feito recuar na sua carreira: e venha gozar de dias mais descansados e mais alegres, desfrutando tudo quanto o seu gênio possa apetecer. (MARROCOS, 1819:448-449. Grifo nosso).

Após longa espera, Santos Marrocos recebeu a notícia da restituição de uma antiga mercê de seu pai à cadeira de Filosofia no bairro de Belém, decreto expedido em 1805, mas que, por caprichos de terceiros, ficara engavetado por catorze anos. É possível que este auxílio, unido ao ordenado da Livraria, tenha conformado ambos na promessa de pagamento dos atrasados. Além disso, fatalidades domésticas, como a morte da avó paterna, seguida de um provável litígio entre herdeiros, o agravamento de saúde de um grande amigo de seu pai e, por fim, a séria moléstia de sua mãe, são razões que podem ter adiado a decisão de mudança para o Brasil.

### O “Fico” de Marrocos

O ano de retorno do rei coincidiu com a intrigante interrupção das correspondências entre Santos Marrocos e sua família. Incansável em compartilhar suas venturas e fortunas, o bibliotecário não desistia da ideia de reunir todos no Brasil, por isso buscava sempre melhores qualificações para seu pai, porém sem sucesso. A escassez de cartas foi gerando um forte sentimento de abandono e tristeza. A última carta chega a Lisboa em março de 1821. Em seu desabafo, Marrocos declara:

Julgando-me por isso de todo abandonado da sua lembrança, sem saber a causa de tão extraordinário procedimento; **tenho suspenso por algum tempo a minha correspondência**, visto que se fazia inútil, por não ter merecido de Vossa Mercê a mais leve consideração para as suas respostas. (MARROCOS, 1821:499. Grifo nosso).

Apesar das frequentes queixas em não receber notícias com a mesma regularidade, Santos Marrocos sempre tentou multiplicar vias seguras de contato. Os evidentes extravios, responsáveis pelo desequilíbrio de ritmo e frequência na troca de mensagens, podem explicar em parte a interrupção temporária das correspondências. Por outro lado, o estranho silêncio de toda a família pode, ainda, ter sido motivado por forças imperiosas, seja por morte ou doença, seja por mudanças adversas à vontade dos correspondentes, oriundas da instável conjuntura política que obrigou o retorno de d. João VI a Portugal em 1821.

O fato de o acervo epistolar conter apenas as cartas recebidas pelo pai de Marrocos dificulta uma análise mais objetiva das mensagens, visto que só conhecemos o teor das respostas despachadas para o Brasil de forma indireta, ou seja, através dos comentários do próprio bibliotecário. Contudo, o pacto missivista em manter com assiduidade a troca de mensagens foi vigorosamente cumprido por Santos Marrocos, salvo raras exceções:

É uma regra para mim invariável = escrever para a nossa Casa em todos os Navios com a extensão possível = e não faltarei a ela, senão ou por moléstia improvisa, que me não deixe aproveitar de socorro alheio, ou por falta de tempo a suprir a inesperada saída de Navios. (MARROCOS, 1813: 233).

Por essa razão, refutamos os argumentos que aceitam a última carta como definitiva e irreconciliável por encontrar outras interpretações no próprio conjunto epistolar. Com efeito, Santos Marrocos oferece pistas que indicam o uso de portadores particulares como alternativa segura e econômica. Em outras ocasiões, relata o episódio de uma grave paralisia que o afastou da cidade por alguns meses, obrigando-o a diminuir a troca de mensagens, sendo retomado o ritmo normal após sua recuperação. Nem mesmo o casamento com uma brasileira, que provocou violenta reação de sua família em Lisboa, parece se sustentar ao analisarmos a carta em que a esposa do bibliotecário troca gentilezas com a cunhada:

Ana recebeu com muito prazer a tua Carta e a da Mãe, a que responderá na primeira ocasião, e entretanto agradece os parabéns, que lhe dás, pelo nosso aumento de família (...) recomendado-me também para que te peça **me mandes por algum portador seguro** uma porção de sementes de flores (...) para ela semear e dispor no jardim destas casas. (MARROCOS, 1818:412. Grifo nosso).

A carta não deixa dúvidas, ainda que as “metamorfoses” do bibliotecário tenham causado dissabores iniciais, o nascimento das filhas do casal amenizou antigas desavenças. O

próprio Laurentino Gomes, que atribui o estremecimento das relações familiares às mudanças de opinião e de comportamento do bibliotecário no Brasil, reconhece ser curioso o fato de seu pai manter intactas todas as cartas, mesmo depois da última datada em 1821.<sup>89</sup> Esta atitude paterna reforça a nossa ideia de que as epístolas encontradas na Biblioteca da Ajuda nada mais seriam do que cópias escritas por Marrocos, prática comum da regra epistolar.

Assim, consideramos inconsistente o rompimento familiar apenas em razão de uma derradeira carta. Ressaltamos, outrossim, o código de civilidade em que pai e filho foram gestados dentro de um processo civilizador socialmente aceitável.<sup>90</sup> O afastamento de função do Sr. Francisco José por agravamento de saúde ou mudanças no contexto político são, portanto, algumas das possibilidades que elucidamos com base na publicação da primeira edição das cartas, que informa o seu “desaparecimento” entre os anos de 1823 a 1825; dados confirmados na nota de rodapé da segunda edição, citando a mãe de Santos Marrocos como viúva em 1825.<sup>91</sup>

Se para muitos nobres da corte “a ocasião fazia o ladrão”, para o nosso ambicioso arquivista, no entanto, a ocasião fez o patrão. Promovido à oficial da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, Marrocos permaneceu como bibliotecário, acumulando dupla função e ordenado, graças ao apoio político do ministro de estado, Tomás António de Vila Nova Portugal.

Ao lado do conselheiro favorito do rei, Marrocos se tornou um dos homens de confiança de d. João, cujos ideais absolutistas advogavam a permanência do monarca no Brasil. Cioso do ministério anormal assumido por Tomás Antônio, o arquivista não economizava elogios à administração do ministro, que “*tão sobrecarregado se tem visto com o Expediente de todas as Secretarias de Estado, sendo todavia para espantar o progresso, que nele se há observado (...) como nenhum outro, se desvela.*” (MARROCOS, 1818:372). A chegada de novos conselheiros, o conde de Palmella e o conde dos Arcos, dividiram as responsabilidades e as opiniões políticas acerca da preservação da monarquia portuguesa e da separação de sua porção americana.

A iniciativa pragmática, herdada do governo pombalino, em filtrar o pensamento iluminista para reorganizar e modernizar o império português abriu uma brecha para as ideias

---

<sup>89</sup> GOMES, Laurentino. **1808...**, *op. cit.*, 2007. p. 337-338.

<sup>90</sup> Para saber mais, consultar: ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, v. I.

<sup>91</sup> ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de. **Uma longa despedida...**, *op. cit.*, 2008. p. 20.



revolucionárias, sobretudo, após a chegada da família real na nova sede tropical.<sup>92</sup> Esta espécie de monarquia híbrida, misto de absolutismo dos princípios e de democracia das maneiras, incentivou a dinamização da vida social e política, principalmente na sociedade fluminense.<sup>93</sup>

O resultado deste comportamento cosmopolita contribuiu para o surgimento de novos espaços de sociabilidade, terreno fértil para a constituição de uma esfera pública de crítica e debate das novas ideias que se alastravam por toda a Europa. Percebemos na troca de mensagens, que o pai de Marrocos guardava certa preocupação em relação às sociedades secretas, enquanto o filho, a pouco mais de dois anos na cidade, por inocência ou precaução, julgava “*coisa sem estrondo*” as reuniões que aconteciam em quase todas as casas:

Não tenho tido notícia da esplêndida ceia de José Joaquim Fragoso, quase meu vizinho aqui, e em que Vossa Mercê na sua me afirma; e por motivo da entrada dele na Seita Maçónica: julgo portanto ser falsa essa notícia. Eu sei que em sua Casa há assembleias ou partidas noturnas, mas é coisa sem estrondo, e isto é quase geral em todas as Casas, onde há algum par de patacas, por não haverem outros entretenimentos. (MARROCOS, 1813:234).

Depois dos movimentos contestatórios nos dois lados do Atlântico, estes “ajuntamentos” noturnos tornaram-se suspeitos de conspiração contra o império português. Em 30 de março de 1818, Santos Marrocos participa como redator do alvará régio que proibia as sociedades secretas, com o objetivo específico de conter o expansionismo maçônico:

Eu El-Rei faço saber aos que este Alvará com força de Lei virem, que tendo-se verificado pelos acontecimentos que são bem notorios, o excesso de abuso a que tem chegado as Sociedades secretas, (...) sou servido declarar por criminosas e prohibidas todas e quaesquer sociedades secretas de qualquer denominação que ellas sejam, ou com os nomes e fórmulas já conhecidas, ou debaixo de qualquer nome ou fórmula, que de novo se disponha ou imagine ; pois que todas e quaesquer deverão ser consideradas, de agora em diante, como feitas para conselho e confederação contra o Rei e

---

<sup>92</sup> Koselleck aponta para a crise do Estado absolutista como o resultado da crítica iluminista. “A necessidade de estabelecer a paz duradoura incita o Estado a conceder ao indivíduo um foro interior que afeta pouco a decisão soberana, mas que se torna indispensável. (...) O Estado criou uma nova ordem; historicamente, se tornaria uma vítima dela.” BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência (Brasil, 1790-1822)**. Tese de doutorado da UNICAMP, 2002. p. 31.

<sup>93</sup> LIMA, Manuel de Oliveira. **O movimento da independência (1821-1822)**. São Paulo: Melhoramentos, 1972. p. 16.

contra o Estado. Luiz Joaquim dos Santos Marrocos o fez.<sup>94</sup>

A Conspiração de Gomes Freire de Andrade em Portugal e a Revolução Pernambucana no Brasil alarmaram o conselho real contra os maçons, acusados de liderar um movimento a favor de um Brasil independente. A medida tornava crime de lesa majestade qualquer associação que se estruturasse sob a tríade: união, obediência e silêncio, elementos que colocavam em risco a soberania absolutista.<sup>95</sup>

Entretanto, a onda revolucionária que varreu o mundo luso-brasileiro ultrapassou em muito a política anti-maçônica, demonizada pela imprensa oficial portuguesa. Segundo Lúcia Neves, essa repulsa estava associada à cultura francesa, berço do pensamento iluminista, identificado como libertino, jacobino, afrancesado ou de pedreiros-livres, “que mais propriamente se deveriam denominar os tenebrosos, de cujas seitas se tem formado a pestilencial irmandade a que hoje se chama jacobinismo.”<sup>96</sup>

Esta violenta guerra literária evidenciou o desequilíbrio da ambivalente Ilustração ibérica em misturar reformismo moderado com pragmatismo exacerbado. Em outras palavras, a subordinação do desenvolvimento cultural aos interesses socioeconômicos e políticos do Estado expôs as contradições do Antigo Regime português, principalmente após a transferência da corte para o Brasil, em 1808. A inversão da metrópole tornou inconciliáveis os limites entre o absolutismo ilustrado e as sombrias *Luzes* do mundo luso-brasileiro.<sup>97</sup> Em 1821, d. João, sem saída, cedeu às pressões das cortes consultivas de Lisboa que pediam sua volta à velha sede da monarquia portuguesa.

Ao contrário do rei, não foi difícil para Marrocos mudar suas conveniências políticas; afinal, o simples arquivista tornou-se um alto funcionário do Império do Brasil. Ao lado do

<sup>94</sup> BRASIL. **Alvará de 30 de março de 1818**. In: *Collecção das leis do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p. 26. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/leis-do-imperio-1#content>. Acessado em 11 de jan.15.

<sup>95</sup> BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência...**, *op. cit.*, 2002. p. 194.

<sup>96</sup> Traduzida do francês por Luiz Gaspar Alves Martins, em 1821. Obra do Abade Barruel, publicada em 1791, cuja tese reitera a participação maçônica na Revolução Francesa. Esta produção serviu de interpretação contra-revolucionária para o movimento que eclodiu a independência do Brasil, em 1822. BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência**, *op. cit.*, 2002. p. 48; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. **Da repulsa ao triunfo**. In: *Edição alusiva a transferência da corte portuguesa para o Brasil (1808-1821)*. Anais do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro, 1999. Vol. 31. p. 35-54.

<sup>97</sup> Para saber mais sobre a trajetória da maçonaria no Brasil e sobre o reformismo ilustrado português, ver BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, sociabilidade ilustrada...**, *op. cit.*, 2002 e VILLALTA, Luiz Carlos. **O reformismo ilustrado português**. In: *Reformismo ilustrado, censura e prática de leitura: usos do livro na América portuguesa*. São Paulo: USP, tese de doutorado, 1999. p. 110-143, respectivamente.

imperador constitucional, d. Pedro I, Santos Marrocos entra para a História, assinando a redação da primeira Constituição brasileira, em 1824.<sup>98</sup> No governo da Regência é novamente promovido a oficial-maior, em 1831.<sup>99</sup> Seu nome aparece, ainda, na primeira lei de patentes<sup>100</sup>, em anúncios para admissão do Colégio Pedro II, para contratação de paquetes a vapor e até em uma lista dos cidadãos que obtiveram votos para senador na província de Goiás, cujo título de comendador consagrou sua ascensão na nobreza fluminense.<sup>101</sup>

Em pleno exercício como burocrata na cidade do Rio de Janeiro, aos 58 anos de idade, Santos Marrocos encerrou sua vida em 17 de dezembro de 1838.<sup>102</sup> Morria o homem que por obediência ao rei arriscou a própria vida para transportar o Real tesouro cultural para a “*bárbara colônia tropical, um país de gente inculta e cheia de vícios*”, onde aprendeu a conviver com as diferenças, envolveu-se com política, descobriu o amor e superou seus limites. Luís Joaquim dos Santos Marrocos, um legítimo representante das mudanças individuais e sociais ocorridas em dois séculos, dois continentes e dois países: Portugal e Brasil.

<sup>98</sup> BRASIL. **Constituição Política de 1824**. In: *Collecção das leis do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br>. Acessado em 11 de jan. 15.

<sup>99</sup> *O Republico* (1830 a 1855). **Nomeação para Oficial Maior da Secretaria de Estado**. Terça feira, 19 de abril de 1831. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acessado em 11 de jan. 15.

<sup>100</sup> BRASIL. **Lei de patentes em 28 de agosto de 1830**. In: *Collecção das leis do Brazil*. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br>. Acessado em 11 de jan. 15.

<sup>101</sup> *Correio Official* (1833 a 1841). **Lista de cidadãos para senadores de Goiaz**. Terça feira, 2 de janeiro de 1837. <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749443&PagFis=4132>. Acessado em 11 de jan. 15.

<sup>102</sup> Publicado no dia seguinte no *Jornal do Commercio*: “*Faleceu hontem o Sr. Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, official-maior da secretaria de estado dos negócios do império.*” GARCIA, Rodolfo. **Cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos**. Escritas do Rio de Janeiro à sua Família em Lisboa, de 1811 a 1821. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1939. p. 16. Sepultado na catacumba 85 da Igreja de São Francisco de Paula/ RJ. GOMES, Laurentino. **1808...**, *op. cit.*, 2007. p. 344.

## - II -

**Cartas políticas****A Guerra Peninsular**

A batalha inicial travada contra a inhospita *terra brasilis* e as intrigas da Corte finalmente alcançaram o triunfo esperado. Marrocos experimentara junto com a cidade do Rio de Janeiro uma grande “metamorfose” e, como a maioria dos portugueses que singraram o sonho de um Novo Mundo, criou raízes profundas na nova metrópole brasileira.

As reformas patrocinadas pelo erário régio e o intenso trabalho dos bibliotecários transformaram as Reais Bibliotecas num espaço de tradição e civilização européia nos trópicos, símbolo que ostentava e preservava o poder da coroa portuguesa, afirma Schwarcz.<sup>103</sup>

No início, a instituição destinava-se à consulta de um grupo seleto de fidalgos cultos e membros da Família Real que “*nos honra com freqüentes e quase diárias visitas.*” (MARROCOS, 1814:246). Mais tarde, franqueada ao público, em 1814, diz padre Perereca: “esta inexaurível fonte de conhecimentos” abria suas portas à cidade, “exceto aos domingos, dias santos, e feriados por motivos de anos das pessoas reais ou por alguma causa pública.”<sup>104</sup>

O ajudante português, sempre tão lamurioso em suas cartas, não escondia a satisfação e o orgulho de ver a Livraria Real chegar “*a um auge de esplendor, e grandeza, como talvez se não encontre em muitos Tribunais da primeira consideração do Reino.*” (MARROCOS, 1816:322). Passado o período de acomodação dos livros e manuscritos da Coroa, Santos Marrocos passou a dedicar-se mais ao exercício diário de beijar a mão do rei e cumprir diligências do Real Serviço “*em diversos sítios, ora em minha casa, ora na Secretaria de Estado, ora em casa do Oficial Maior, ora em casa do Intendente-Geral de Polícia*”, estabelecendo relações com oficiais importantes da cidade. (MARROCOS, 1814:261).

---

<sup>103</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **D. João VI e os livros no Brasil: o caso da Real Biblioteca.** Rio de Janeiro: Revista Convergência Lusíada, n. 24, 2007. p. 67-99

<sup>104</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos (padre Perereca). **Memórias para Servir...** Tomo II, *op. cit.*, 1825. p. 328.

Julgando sua função indispensável aos intentos da Coroa, Marrocos responde às intimações do pai para a volta a todo risco, avaliando as probabilidades de acompanhar ou não Sua Alteza Real no retorno a Lisboa:

Eu tenho Superiores, a quem obedecer, ora em uma Repartição, ora em outra: se as minhas diligências forem frustradas para ir na mesma monção com Sua Alteza Real; resistir a elas seria perder-me para nunca mais levantar a cabeça; e por isso estou conforme ao que Deus me deparar. (MARROCOS, 1814:261-262).

Essa atitude demonstra certa mudança em relação à ideia de permanência na cidade. Junto com o arquivista ficava não só os livros, mas também o rei, que parecia não querer mais voltar. Os tempos anunciavam uma memorável época política com a *“Pacificação geral da Europa, e da queda precipitada do Tirano.”* Mas, as forças aliadas levariam sete longos anos até a derrota final em Waterloo,<sup>105</sup> *“havendo-se dado fim a tantos males com a restituição dos legítimos Soberanos a seus Tronos.”* (MARROCOS, 1814:266).

A Guerra Peninsular travada entre 1807 e 1814, envolvendo a Península Ibérica e tropas francesas lideradas por Napoleão Bonaparte, representou um dos confrontos bélicos mais sangrentos do século XIX. O “imperador dos franceses”, um dos muitos adjetivos empregados à sua imagem, é apontado como o responsável pela transferência da Coroa portuguesa para o Brasil.

A invasão francesa impôs violenta repressão aos habitantes portugueses e espanhóis, que resistiram bravamente ao domínio francês. Um sexto da população pereceu de fome ou em combate, ou ainda, emigraram para outros países.<sup>106</sup> De Londres, o diplomata Domingos de Sousa Coutinho, escreve a d. João: "Tem vindo toda a qualidade de gente em número tal que eu não sei como lhe acudir, porque a maior parte vem faltos de tudo, quase nus".<sup>107</sup> O cronista da Corte joanina confirma o apoio do Príncipe Regente em acolher os refugiados na América:

Informado o Príncipe Regente Nosso Senhor de que se achavam no Brasil muitos dos seus leais vassalos, que pelas calamidades de Portugal se haviam refugiado neste Estado, destituídos de meios de subsistência, e

---

<sup>105</sup> Batalha de Waterloo, travada no dia 18 de junho de 1815 entre Napoleão Bonaparte e lord Wellington.

<sup>106</sup> GOMES, Laurentino. **1808...**, *op. cit.*, 2007. p. 308.

<sup>107</sup> SCHWARCZ, Lilia M. **A longa viagem da Biblioteca dos Reis...**, *op. cit.*, 2002. p. 223.

querendo acudir-lhes prontamente, ordenou que pela intendência geral de polícia se lhes prestassem os socorros convenientes.<sup>108</sup>

Graças à resistência obstinada de portugueses e espanhóis, a Inglaterra conseguiu furar o bloqueio continental imposto por Napoleão e iniciar uma série de campanhas vitoriosas para a destronização de Bonaparte. Cada notícia da derrota do exército francês era comemorada com fogos e luminárias na nova sede do império, aumentando as expectativas de retorno da Família Real para Portugal.

À princípio, depois de 1810, d. João não tinha razões para permanecer no Brasil. As últimas tropas francesas haviam sido expulsas pelos generais ingleses William Carr Beresford, na primeira fase da guerra, e sir Arthur Wellesley ou lord Wellington, auxiliado por um conglomerado de tropas britânicas, espanholas e portuguesas, que expulsaram José Bonaparte<sup>109</sup> e sua escolta francesa na gloriosa Batalha de Vitória, em 21 de junho de 1813. (MARROCOS, 1813:218).

Entretanto, Santos Marrocos participava ao pai que a volta somente se daria quando não apresentasse risco à segurança da monarquia portuguesa: “*Eu persuado-me que enquanto não se verificar a Sorte da Península, expelindo-se o inimigo para além dos Pirineus, e enquanto se não vir a decisão desta guerra da Rússia, não é prudente expor-se a Real Família a outro perigo*”. (MARROCOS, 1812:145).

O bibliotecário tinha razão. No inverno de 1812, Napoleão avançava sua fúria sobre a Rússia, mobilizando grandes exércitos e armas. Marrocos declara: “*todos desconfiam do Imperador da Rússia*”,<sup>110</sup> temendo que ele “*não tenha forças para resistir às ciladas de Napoleão*” e, ainda, demonstra certa vaidade lusitana, ao dizer que os russos não aproveitaram “*as lições alheias: agora, que ali é o tempo dos gelos e neves, é natural que o Exército Francês padeça*.” (MARROCOS, 1812:150).

Além das invasões napoleônicas, vários acontecimentos bélicos se estendiam da Europa até o continente americano, influenciados pela “*hidra do Bonapartismo*.” Ideias de

<sup>108</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos (padre Perereca). **Memórias para Servir...**, *op. cit.*, Tomo II, 1825. p. 273.

<sup>109</sup> Luís José Bonaparte, irmão do imperador Napoleão Bonaparte.

<sup>110</sup> Alexandre I, tsar do Império Russo, da dinastia Romanov, subiu ao trono em 1801.

liberdade e igualdade propagadas pelas revoluções americana e francesa funcionaram como “molas propulsoras da Revolução Atlântica,” observou Godechot.<sup>111</sup>

Na América espanhola crescia “*a revolução de Buenos Aires, que ultimamente declarou guerra a todo o Continente da América, menos o Inglês.*” (MARROCOS, 1812:109). Entre 1810 e 1814, os efeitos se espalharam em todos os vice-reinados, à exceção de Nova Espanha e Peru, disseminando as insurreições coloniais:

A fiel Montevideú, vendo-se sitiada pelos insurgentes de Buenos Aires, implorava o auxílio dos portugueses; era, portanto necessário irem estes com a espada na mão a atalhar o mal epidêmico, que, nascendo na América do Norte, passou a assolar a Europa, e voltava dali para consumir os seus horrores na América do Sul.<sup>112</sup>

Em contraste, o triunfo lusitano prometia pôr fim aos excessos da ideologia jacobina que ainda pairavam sobre o resto do mundo, deslocando grandes movimentos de tropas portuguesas e britânicas para as fronteiras do sul do Brasil, “*a fim de dar-se um golpe mortal na garganta do monstro da desordem*”. O horror da guerra e a falta de víveres forçaram imensas famílias francesas e colônias vizinhas a se refugiarem na Inglaterra e na América portuguesa, atraídos pela opulenta e próspera corte nos trópicos. (MARROCOS, 1812:129).

Se, de um lado, a presença de outras nações significava o reconhecimento da legitimidade real do Brasil, de outro, também exigia uma rigorosa vigilância do intendente Vianna, que, antevendo ameaças conspiratórias, intensificou o policiamento na cidade, expõe Schultz. Preocupado, Santos Marrocos adverte: “*aqui há muito velhaco encoberto, e na frase da moda, jacobinos*”; e julgando esse comentário arriscado, “*apesar da fertilidade de idéias que ele oferece,*” muda de assunto. (MARROCOS, 1815:291). Com efeito, o medo de que a revolução e “*as cenas de sangue, e devastação, que em nossos dias affligirão a desgraçada França*” se espalhassem nos domínios da monarquia portuguesa em breve se realizariam nas províncias do Nordeste.<sup>113</sup>

---

<sup>111</sup> MCFARLANE, Anthony. **Independências americanas na era das revoluções: conexões, contextos, comparações.** MALERBA, Jurandir (org.). In: *A independência brasileira: novas dimensões.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 390.

<sup>112</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos (padre Perereca). **Memórias para Servir...**, *op. cit.*, Tomo II, 1825. p. 284.

<sup>113</sup> SCHULTZ, Kirsten. **Versalhes Tropical: império, monarquia e a Corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821.** Tradução de Renato de Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 169-171.

As notícias imprecisas que ora contavam as vitórias do exército aliado, ora os conflitos que ressurgiam da ousadia do *Tirano francês* também causavam grande apreensão em todos, seja pela “*notória flexibilidade*” nos armistícios entre os imperadores da Rússia e Áustria com a França, seja pela “*nímia humanidade dos Soberanos Aliados*” no modo de punir o “*Usurpador Bonaparte; e desertor da Ilha de Elba*”; afinal, “*depois de tantos conflitos bélicos*” é notável que “*haja ainda uma escapadela para [este] indivíduo.*” (MARROCOS, 1813:219; 1815:288-297).

O ávido interesse dos exilados na América e demais países da Europa sobre os avanços de Napoleão Bonaparte estimulavam um grande volume de impressos nacionais e estrangeiros. As trocas assíduas entre Marrocos e seu pai reuniam notícias, artigos políticos, folhetos avulsos publicados em jornais, como *A Gazeta do Rio de Janeiro* (RJ, 1808), *Correio Braziliense* (Londres, 1808), *Investigador Português* (Londres, 1811), *Idade d’Ouro do Brazil* (Bahia, 1811); e exibiam a preocupação que compartilhavam portugueses e brasileiros: “*Agradeço a Vossa Mercê a remessa dos Papéis curiosos, impressos e manuscritos, de que vai a relação aqui adjunta, e sobre alguns deles farei para outra ocasião algumas reflexões. Remeto também as Gazetas notáveis daqui, que me pareceram dignas de Vossa Mercê as ler*”. (MARROCOS, 1816:317).

Por isso, o Reino do Brasil surgia como uma imensa “trincheira contra o alastramento de insurgências republicanas desde a vizinha América espanhola.”<sup>114</sup> Até as influências norte-americanas, que nas palavras de Santos Marrocos, já manifestavam sintomas herdados do expansionismo napoleônico: “*dizem que os Americanos se fizeram senhores da Flórida Espanhola no Golfo do México, e os expeliram dela.*” (MARROCOS, 1813:231).

A segunda e definitiva destronização de Napoleão Bonaparte acontecera em 1815, alimentando mais uma vez a crença “sebastianista”<sup>115</sup> no triunfante regresso do rei a Portugal, conforme manifesta Marrocos:

Devemos congratular-nos com tão visíveis benefícios da Providência, que de dia em dia vai abençoando as nossas fadigas, e vai aproximando o momento da nossa restituição, que segundo pode avançar o

<sup>114</sup> SCHULTZ, Kirsten. *A era das revoluções e a transferência da corte...*, op. cit., 2006, p. 132.

<sup>115</sup> Segundo o memorialista e economista Acúrsio das Neves, o *sebastianismo* definia-se “como uma seita composta de homens, grandes entusiastas, mas muito pacíficos, que esperam a vinda próxima de um rei que terminou sua carreira há mais de dois séculos com tanta certeza e tão grande entusiasmo como os judeus a do seu Messias.” Para ele, a entrada dos franceses em Portugal fez “metade de Lisboa sebastianista.” NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. *Portugal durante a ausência do rei*. São Paulo: USP, n. 79, set/ nov, 2008. p. 17.



meu Calculo se verificará para o ano de 1818, sem ser Satélite Sebastianista. (MARROCOS, 1813:234).

A historiadora Lúcia Neves destaca o ávido desejo do povo para expulsar o *ímpio invasor* e trazer de volta seu amado soberano. A crença sebastianista de um “*salvador*” prestes a chegar reacende o espírito combativo das camadas populares fiéis à monarquia e aos Braganças. A autora explica que a situação de Portugal entre 1808 e 1811 assemelhava-se, em muitos aspectos, ao momento trágico do desaparecimento de d. Sebastião, na batalha de Alcácer-Quibir, em 1578. A ausência física do rei, tão valorizada no imaginário absolutista, e as humilhações impostas pelos inimigos alimentavam a criatividade política de panfletos, jornais e revistas, que transformavam o conflito entre Portugal do Antigo Regime e a França revolucionária na luta entre as forças do bem contra o mal.<sup>116</sup>

Os traços dessa mentalidade fortemente arraigada aos valores e princípios religiosos estão presentes nas palavras de Santos Marrocos, dando a ideia de supremacia divina sobre a vitória da monarquia portuguesa. À medida que a paz era restaurada na Europa e d. João não retornava a Portugal, sua imagem de protetor e sucessor à coroa se desgastava. A brutalidade das invasões e a crise econômica despertariam em muitos o rompimento do pacto de fidelidade entre o rei e seus súditos.

### **O enraizamento da nova metrópole**

O ônus da guerra e os tratados ingleses aumentavam ainda mais o descontentamento dos comerciantes portugueses, que, prejudicados pela concorrência britânica e pelo favoritismo nas novas relações comerciais brasileiras, foram à falência. Os privilégios administrativos, as ostensivas cerimônias e as crescentes edificações feitas pelos principais homens de negócios da Corte carioca intensificaram velhos ressentimentos entre portugueses, ingleses e brasileiros.

Em contraste com a decadência de Portugal, o Brasil prosperava e civilizava-se. Padre Perereca assim descreve: “no Brasil a real presença do mesmo príncipe levantou a terra da

---

<sup>116</sup> NEVES, Lúcia M. B. Pereira. **Portugal durante a ausência do rei...**, *op. cit.*, 2008. p. 17-19.

objeção, e miséria, em que jazia, mudando a ordem das coisas, e dando à sua administração um novo sistema político.”<sup>117</sup>

Maria Odila aponta para as tensões internas decorrentes do processo de reconstrução e modernização de Portugal que exacerbaram as divergências de interesses com os portugueses da nova Corte, culminando na Revolução do Porto em 1820. Nas palavras da autora, a transformação da colônia em metrópole interiorizada seria:

A única solução aceitável para as classes dominantes em meio à insegurança que lhes inspiravam as contradições da sociedade colonial, agravadas pelas agitações do constitucionalismo português e pela fermentação mais generalizada do mundo inteiro na época, que a Santa Aliança e a ideologia da contra-revolução na Europa não chegavam a dominar.<sup>118</sup>

Assim, o enraizamento do estado português no Centro-Sul assegurava a centralidade política do império e a integração nacional do vasto território brasileiro. Para Maria Odila, a grande preocupação “*dos homens que forjaram a transição para o império*” era manter a continuidade da ordem monárquica já existente, nada tendo, portanto de revolucionário. Kirsten Schultz, no entanto, contesta certas narrativas que negligenciam o mundo luso-brasileiro, reduzindo-o a um mero conservadorismo. A historiadora americana defende que a transferência da corte por si só já representaria uma atitude revolucionária do sistema político, regenerando, pois, as bases do império português para um império americano independente.<sup>119</sup>

Maria Odila recorre às cartas de Santos Marrocos para comprovar sua tese, constatando o desânimo do português diante dos faustosos investimentos em obras públicas, edificações luxuosas e compras de terras feitos pelas principais fortunas da cidade.

Ainda que aqui se tem preparado uma grande parte das embarcações de guerra, ninguém por ora se lembra de nos transferirmos a Lisboa; antes pelo contrário há disposições de não ser tão cedo; não só porque crescem aqui as Obras de melhor acomodação futuras, mas há coisas particulares, e não sei se expressões de autoridade, que fazem recear uma mui prolongada permanência neste Clima. (MARROCOS, 1814:245).

---

<sup>117</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos (padre Perereca). **Memórias para Servir...**, *op. cit.*, Tomo II, 1825. p. 229.

<sup>118</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole...**, *op. cit.*, 1972. p. 171-172.

<sup>119</sup> SCHULTZ, Kirsten. **A era das revoluções e a transferência da corte...**, *op. cit.*, 2006. p. 126-127.

Marrocos descreve as várias edificações que “*por todas as Repartições Eclesiásticas, Civis e Militares*” evidenciavam intenções claras de permanência no país. José Joaquim de Azevedo, visconde e barão do Rio Seco, de mudança “*para o seu novo Palácio no Campo dos Ciganos*”<sup>120</sup>, *para onde há dias se tem transportado a sua preciosa mobília*”, já levantava outro no sítio de Mataporcos<sup>121</sup>, “*que virá a ser mais soberbo e estupendo.*” (MARROCOS, 1813:209; 1814:245; 1815:303).

Este nobre, aliás, concedera um empréstimo gratuito de 200 contos de réis ao Erário Régio, além das contribuições assíduas às listas que corriam na corte. Tanta generosidade foi devidamente recompensada com inúmeras distinções honoríficas e funções na burocracia do Estado. É muito difícil identificar se mais fez ele pelos títulos que recebeu ou se mais cresceu a sua fortuna pessoal ao longo de todo o seu ministério, considera Jurandir Malerba.<sup>122</sup>

Os investimentos particulares e mercantis ofereciam pistas sobre os interesses portugueses, sobretudo a compra de propriedades e o estabelecimento de negócios no Brasil. Luxuosas casas compradas pelo Conde da Barca por 45 mil cruzados e pelo Conde de Cavaleiros com a venda de sua chácara; grande fazenda no Rio Grande comprada por 63 mil cruzados em sociedade entre José Egídio Álvares de Almeida e Antônio de Araújo para abertura de uma fábrica de couros; além das lotarias e subscrições voluntárias destinadas a angariar fundos para muitas e muitas obras, de tal forma que “*os Pseudo-Brasileiros vulgo, Janeiristas, se servem para promover o boato de persistirmos aqui eternamente.*” (MARROCOS, 1814:280).

Desanimado, Marrocos afirma que em tudo há “*um letargo e silêncio profundo*” em relação à volta da Corte para Portugal e que este descanso combina com a lentidão da obra no Palácio da Ajuda. Enquanto isso, o Palácio de São Cristovão expandia suas alas “*para nele vir a assistir para o futuro em tempo de verão toda a Família Real*”; o mesmo trabalho era feito no Palácio de Santa Cruz e planos para um “*Palácio novo no Sítio chamado a Ponta do Caju*” era orçado em 17 milhões; diligências estudavam a possibilidade de transferência da corte para os bons ares da cidade de São Paulo e no sítio de Botafogo, onde residia dona Carlota Joaquina e suas jovens filhas, construía-se uma “*Casa de Ópera particular [para]*

<sup>120</sup> Desde 1890, praça Tiradentes.

<sup>121</sup> Atual rua Frei Caneca e largo do Estácio.

<sup>122</sup> MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio...**, *op. cit.*, 2000. p. 287.

*divertimento de Suas Altezas as Meninas, e das Fidalgas Suas Criadas*” até o término das obras no Palácio de Andrahy, “*para a Senhora Princesa Dona Carlota ir ali residir.*” (MARROCOS, 1813:221; 1814:258-276).

Ao final, o arquivista conclui que o povo anda às cegas vendo continuarem grandes obras e grandes despesas:

Uns dizem que a 17 de Dezembro é que vem a publicar-se a nossa retirada, e que esta se verifica para Março; outros que para todo o ano futuro; outros finalmente afirmam que esta se não efectua, enquanto for viva Sua Majestade, ou enquanto se não preencher o tempo deste último Tratado com Inglaterra. (MARROCOS, 1815:291).

E o povo pagava alto o preço para “*sustentar com decoro a majestade do trono.*” Nas memórias do padre Perereca, a décima, imposto cobrado sobre os prédios urbanos, foi recebida por todos com respeito e boa vontade, a fim de atender as necessidades do Estado, garantir “*a segurança, e esplendor da monarquia, como também para sustentar a independência nacional.*”<sup>123</sup> Marrocos, no entanto, reclama dos preços dos remédios, dos atrasos no pagamento, e principalmente da Décima. (MARROCOS, 1812:111). A boa vontade advinha mesmo era dos ricos e poderosos da nova corte, que socorriam os gastos da Coroa e seu enorme séquito com “voluntárias” doações em troca de títulos de nobreza, comendas e nomeações.

Santos Marrocos oferece vários exemplos da prática em trocar dinheiro por vantagens políticas. Ele também se beneficiava da nobre função em cuidar dos Manuscritos da Coroa em proveito próprio, mas sem deixar a cautela de lado, adverte ao pai:

Falando agora com a maior franqueza, e segundo o fraco conhecimento, que tenho alcançado do manejo destas coisas, devo prevenir a Vossa Mercê que esta qualidade dos Despachos está aqui tão difícil e estranha, quão fácil e trivial o foi ao princípio até antes da minha chegada em 1811. (MARROCOS, 1813:213).

Em suas cartas, o arquivista relata o esquema milionário para se obter títulos, através de altíssimas somas em dinheiro para o Erário Régio. Descreve certo figurão da Corte, “*daqueles que não metem prego sem estopa*”, como agente de um sujeito de representação na

---

<sup>123</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos (padre Perereca). **Memórias para Servir...**, *op. cit.*, Tomo II, 1825. p. 209.

cidade, que, “*querendo condecorar seu filho com o Hábito de Cristo, e passá-lo de Capitão de um Regimento de Angola para Capitão de um Regimento do Maranhão*”, presenteou-lhe com 1 152\$000 réis em ouro e duas escravas ladinas e perfeitas.<sup>124</sup> Outro negociante, acionista do Banco do Brasil, brindou o mesmo figurão com uma linda jóia de diamantes e brilhantes por ter alcançado a mercê do mesmo Hábito; assim como outros negociantes “*que aqui vejo condecorados por seus donativos de 40 000\$000 réis para cima.*” (MARROCOS, 1813:214).

Essa mentalidade própria de Antigo Regime estabelecia as vantagens sociais e os “bens de prestígio”, materializados em postos na administração e na arrecadação de impostos. O permanente conflito entre os súditos alimentava a importância da realeza e o poder do rei sobre seus vassalos. As distinções hierárquicas na sociedade de corte mediam a linhagem e os metais no bolso de cada súdito. De um lado, a aristocracia endividada que a coroa devia sustentar e, do outro lado, a elite brasileira composta hegemonicamente pelos “negociantes de grosso trato” do Rio de Janeiro que seguravam a bolsa do rei, conforme comprovado pela corrente do “enraizamento dos interesses da metrópole.”<sup>125</sup>

A prática fartamente utilizada pelo monarca em retribuir a fidelidade de seus vassalos com mercês, títulos, insígnias e distintivos superou seus antecessores, de tal sorte que “em Portugal, para fazer-se um conde se pediam quinhentos anos; no Brasil, quinhentos contos”, escreveu Pedro Calmon.<sup>126</sup> Na nova Corte, os títulos eram tantos que sobressaíam quem não os portava; ao todo, foram 4048 insígnias de cavaleiros, comendadores e grã-cruzes da Ordem de Cristo, 1422 comendas da Ordem de São Bento de Avis e 590 comendas da Ordem de São Tiago, calculou Sérgio Buarque de Holanda.<sup>127</sup>

A imagem paternal e dadivosa do rei sustentada pelos ritos simbólicos do beija-mão, do perdão aos réus condenados e das premiações aos filhos amados representou nas palavras do visconde de Cairu,<sup>128</sup> a medida certa do amor e veneração que os súditos nutriam pelo *pai*

<sup>124</sup> Escravos ladinos = negros aculturados que possuíam habilidade especial na realização das tarefas, entendiam e falavam o português.

<sup>125</sup> A tese de “enraizamento” dos interesses mercantis portugueses no Centro-Sul acentua a vinda da Família Real portuguesa para o Rio de Janeiro como um ponto de mutação fundamental para a transformação da colônia em metrópole interiorizada. Ensaio que marcou época foram desenvolvidos por Sérgio Buarque de Holanda, Maria Odila Leite da Silva Dias, Riva Gorenstein, Alcir Lenharo e Lenira Menezes. MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio...**, *op. cit.*, 2000. p.227.

<sup>126</sup> GOMES, Laurentino. **1808...**, *op. cit.*, 2007. p. 197.

<sup>127</sup> ALERBA, Jurandir. **A corte no exílio...**, *op. cit.*, 2000. p. 216.

<sup>128</sup> José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, foi um “dos principais cérebros da ambígua política econômica joanina, a qual continha muito das doutrinas protecionistas mercantilistas que rufam e algo da nova pauta liberal

*real*. Luís Joaquim dos Santos Marrocos, um legítimo cidadão de seu tempo, confirma: “*Todos os dias tenho a honra de beijar a Mão deste Senhor, antes de entrar para o meu trabalho, e tenho a satisfação e glória de estar na Sua lembrança e no Seu agrado.*”(MARROCOS, 1812:143).

Mas o tratamento diferenciado que recebiam os “homens bons” gerava grandes descontentamentos e atritos, às vezes incontornáveis. A lista de “subscrições voluntárias” estampava nas gazetas as fortunas dos vassallos fluminenses e portugueses que disputavam um lugar mais próximo do trono, além de aumentar as chances de comendas nas secretarias do reino.

A análise do historiador Jurandir Malerba, inspirado na metodologia “prosopográfica”<sup>129</sup> de Lawrence Stone, contabilizou uma lista de 1 mil a 1500 subscritores anunciados na Gazeta do Rio de Janeiro, que desembolsaram avultadas quantias, sendo metade deles traficantes de escravos.

Assim, d. Rodrigo de Souza Coutinho abriu as primeiras subscrições para socorrer as vítimas da Guerra Peninsular, como descreve padre Perereca:

A fidalguia residente nesta Corte do Brasil, os criados de Suas Altezas, os empregados públicos, os negociantes, os militares, os eclesiásticos, enfim todas as pessoas, que puderam, ofertaram uma contribuição gratuita a Sua Alteza Real, para com ela acudir às necessidades da Mãe Pátria, querendo todos ajudar com os seus bens, visto que o não podiam com os seus braços por causa da distância, a acelerar o total extermínio dos satélites de Napoleão[...] Sendo esta oferta muito da aprovação e do real agrado do Príncipe Regente Nosso Senhor, por mandado de Sua Alteza Real se fez público na Gazeta desta Corte os nomes, e as quantias dos contribuintes. (SANCTOS, 1825, t.II, p. 219).

Outra forma de angariar fundos na Corte joanina eram as lotarias, que atraíam as apostas da camada mais popular da cidade. Marrocos tentou a sorte algumas vezes:

Aqui entrei na 1ª. Lotaria do Teatro de São João desta Corte, comprando um Bilhete (8\$000 réis), e entrando em outro de Sociedade

---

que se impunha desde as potências européias.” MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio: civilização e [...]**, 2000. p. 215. Simpatizante da doutrina liberal moderna do escocês Adam Smith, o futuro visconde teria aconselhado d. João a liberar os portos para o comércio do Brasil às nações amigas durante a estadia do monarca em Salvador, em 1808. GOMES, Laurentino. **1808...**, *op. cit.*, 2007. p. 117.

<sup>129</sup> Método batizado por Lawrence Stone para o estudo da composição da aristocracia inglesa do século XVII. MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio...**, *op. cit.*, 2000. p. 231.

(4\$000 réis): O primeiro saiu em branco, o 2º. teve o prêmio de 12\$000 réis. [...] Concedeu Sua Alteza Real a este Teatro 7 Lotarias para ajuda das Obras do magnífico Teatro Novo de São João, que está a edificar-se, e que pretende abrir-se para os Anos futuros. (MARROCOS, 1811:96).

A Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro anunciou, em 7 de maio de 1811, a lotaria em prol do Real Teatro de São João, sob a gerência de venda e pagamento dos prêmios o tesoureiro comendador Fernando Carneiro Leão. A Gazeta assegurava a probidade do tesoureiro recomendando ao público que “conhecer os indivíduos que maneirão este objecto he a maior recommendação que se póde fazer.”<sup>130</sup> O plano das lotarias com os números dos bilhetes, valores dos prêmios e total de apostas foram publicadas em 9 de março de 1811.

Do outro lado da medalha, ao povo restavam os impostos; moradias frágeis que desabavam com as fortes chuvas da estação; violentas moléstias que acometiam principalmente escravos, mulheres e crianças; escassez de alimentos e prioridade dos recursos para suprir guerras e revoltas espalhadas por toda a Europa e fronteiras dos países vizinhos. Desiludido, Marrocos “*desmente toda a ideia, que dantes vagava, de se poder viver aqui com pouco, e bem, ou à farta.*” (MARROCOS, 1813:201).

### **O empobrecimento da mãe-Pátria**

Em sua terra natal, a família e seus compatriícios sofriam também com os atrasos de emolumentos, carestia de víveres e o abandono do rei. O “*estado deplorável*” da casa de Lisboa evidenciava o empobrecimento e a falta de protagonismo político e social da velha metrópole.

O fim da guerra peninsular aumentou as desconfianças dos portugueses pela demora de d. João em retornar ao Reino. A insatisfação era o resultado dos extraordinários sacrifícios em contraste com os faustosos privilégios concedidos a ingleses e brasileiros. Além disso, a nova Corte, dedicada à consolidação de um império no Brasil, não conseguiu cumprir a promessa de reconstrução do Velho Reino, causando grande revolta dos negociantes em Lisboa, aponta Maria Odila.

---

<sup>130</sup> Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro, terça-feira 7 de maio de 1811. N. 6. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_periodicos/gazeta\\_rj/gazeta\\_rj\\_1811/gazeta\\_rj\\_extra\\_1811\\_006.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta_rj_1811/gazeta_rj_extra_1811_006.pdf). Acessado em 20 de maio de 2012.

As tensões se avolumaram de tal modo que, em 1814, lord Strangford tentou aconselhar d. João a voltar para Portugal e, assim conter o clima de insatisfação já incontrolável dos reinóis. Marrocos acrescenta que o governo inglês teria sido censurado por algumas Cortes, “*por haver sido a causa do incómodo geral da Família Real Portuguesa, e de toda a Nação, pela separação repentina e tão amarga do seu Soberano para os Estados do Brasil.*” (MARROCOS, 1814:257).

Na carta enviada pelo príncipe regente da Inglaterra<sup>131</sup>, o governo britânico manifestava a satisfação por salvar o aliado e amigo das *garras francesas*, assegurava a paz permanente na península e, ainda, permitia ao monarca português escolher o almirante que mais lhe agradasse, visto que sir William Sidney Smith, almirante que transportara a Família Real em 1808, tornara-se aliado político de dona Carlota na luta pela regência das colônias espanholas, contra a vontade de d. João.<sup>132</sup> Marrocos ignora a resposta de d. João, mas julga que “*a menos que as coisas da França não estejam em estado de pacificação, Luiz 18º. e Fernando 7º. nos seus tronos, e Santo Padre na sua Cadeira, não se resolva Sua Alteza Real a recolher-se ao Reino.*” (MARROCOS, 1814:258).

No íntimo, o bibliotecário e seus compatriotas já sabiam, mas não queriam aceitar, que d. João estava convencido de que a ex-colônia representava “*uma poderosa fortaleza contra as ameaças à independência da Coroa portuguesa e um lugar onde o absolutismo ainda poderia triunfar de um modo que parecia não ser mais possível na Europa.*”<sup>133</sup> Por isso, nos quatro anos que se seguiram, a monarquia bragantina fincaria “*raízes profundas*” no solo brasileiro. A elevação do Brasil à Reino Unido de Portugal e Algarves, a aclamação de d. João VI e a nababesca recepção à dona Leopoldina, arquiduquesa da Áustria que se uniu ao herdeiro do trono príncipe d. Pedro de Alcântara, formariam a tríade comemorativa do triunfo monárquico português.

---

<sup>131</sup> George, depois George IV.

<sup>132</sup> GOMES, Laurentino. **1808...**, *op. cit.*, 2007. p. 184.

<sup>133</sup> SCHULTZ, Kirsten. **A era das revoluções e a transferência da corte...**, *op. cit.*, 2006. p. 130.



## Brasil coroado

Padre Perereca ilustra a felicidade dos brasileiros na alegórica descrição da passagem do estado de natureza para a maturidade absoluta do Brasil, igualando, enfim, “as partes ao todo.”<sup>134</sup>

Já o Índio Brasil havia deposto o cocar, e as plumas, com que se adornára até o dia 16 de dezembro de 1815, e recebido da Munificente Mão do Senhor D. João VI a brilhante Coroa, com que cinge hoje a sua fronte, e o Real Manto de purpura, com que cobre a sua antiga nudez.<sup>135</sup>

Nesta descrição, o memorialista remete à chegada de d. João e sua corte ao Novo Mundo, representado pela índia curvada perante o rei a oferecer-lhe as riquezas da terra. Após a elevação do Brasil à Reino de Portugal e Algarves, em 16 de dezembro de 1815, a índia recebe das mãos do monarca a coroa e o manto, representando a autonomia moral e política da colônia unida à Coroa como um Estado independente monárquico português. O ato não representava apenas uma homenagem do Príncipe Regente à terra que o recebera de braços abertos há sete anos, mas um contorno político, econômico e diplomático que desembaraçava o comércio e suas regras; respondia a uma parte das demandas inglesas e, de quebra, buscava evitar o destino da revolução, que se assistiu na América inglesa e nas vizinhas colônias espanholas, completa Schwarcz.<sup>136</sup>

As comemorações fluminenses suscitaram reações de júbilo para os brasileiros e de indignação para os portugueses. Os comentários de Luís Joaquim dos Santos Marrocos desperta dúvidas se era favorável ou não ao ato bicéfalo da monarquia bragantina:

Pela Gazeta, que ultimamente remeti a Vossa Mercê, lhe será constante o brado, que aqui se ouviu, pela elevação destes Estados a Reino, incorporando-se paralelamente aos de Portugal e Algarves; e as Funções que houveram por esse motivo. O Senado, que em tudo se quer distinguir, em tudo dá a conhecer que é Senado do Brasil; e por isso fez a Função mais porca, que eu não esperava ver. (MARROCOS, 1816:323).

<sup>134</sup> Termo postulado pelo ministro de estado d. Rodrigo de Souza Coutinho em 1797, para definir o projeto reformista de um novo império no Brasil como a unificação de “*um só e único Reino da monarquia portuguesa.*” SCHULTZ, Kirsten. **A era das revoluções e a transferência da corte...**, *op. cit.*, 2006. p. 131.

<sup>135</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos (padre Perereca). **Memórias para Servir...**, *op. cit.*, Tomo II, 1825. p. 211.

<sup>136</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Pagando caro e correndo atrás do prejuízo.** In: MALERBA, Jurandir (org.) *A independência brasileira: novas dimensões.* Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 272.

Entretanto, as tensões geradas pela ascendência da ex-colônia frente o empobrecimento da mãe-pátria seriam até certo ponto configuradas em favor do mundo português. A rigor, a representação do imaginário de lusos e brasileiros permitia ao rei governar em qualquer parte dos três reinos unificados. Os ritos litúrgicos que alimentavam o calendário festivo na Corte joanina evocavam os laços entre a monarquia e seu povo no além-mar; quaisquer contradições nesta trindade política eram neutralizadas na figura soberana do patriarca real, analisa Schultz.<sup>137</sup>

Em outras palavras, a preocupação em não deixar a Corte cair num grau de decadência ameaçador geriu todos os momentos de júbilo ou de tristeza vividos pelos Bragança, como guerras, vitórias, nascimentos, casamentos, falecimentos e outros eventos que o calendário pudesse incluir, funcionando assim como instrumentos de propaganda para a manutenção do poder real e controle psicológico dos súditos, completa Mary Del Priore.<sup>138</sup>

As memórias de Luís Gonçalves dos Santos, o padre Perereca, reforçam esta “fidelidade vassálica,” que, segundo Jurandir Malerba, não economizou em seu “discurso adulatório” hipérboles e superlativos típicos de súditos à cata de favores:<sup>139</sup>

Assim, esta memorável Carta de Lei de hum golpe desfez a anomalia política, e irregular systema do antigo regímen colonial. Já os Portuguezes da America não são inferiores em graduação, e direitos aos Portuguezes da Europa; já os filhos da Nova Lusitania tomão assento igual com os filhos da Antiga; e, posto que distantes huns dos outros pela sua situação geographica, são com tudo hum mesmo Povo, e huma mesma Nação identificada, não só pelos indissolúveis laços do sangue, pelo innato valor, lealdade ao Soberano, e identidade de Religião, mas também de hoje em diante pelos mesmos privilégios, honra, e graduação. Que louvor, que gloria a do Senhor D. João VI! Porém o Primeiro no Novo Mundo. Primeiro em o habitar; Primeiro em o felicitar; Primeiro em o engrandecer; Primeiro em fundar huma nova Monarchia, hum novo Reino, hum novo Império.<sup>140</sup>

O ato público de d. João logo após o 81º aniversário da rainha Maria I cumpria a função de naturalizar a nova realidade histórica do Brasil ao calendário único da dinastia bragançina. Esta hábil coincidência em marcar grandes acontecimentos políticos com datas

<sup>137</sup> SCHULTZ, Kirsten. **A era das revoluções e a transferência da corte...**, *op. cit.*, 2006. p. 131.

<sup>138</sup> PRIORE, Mary Del. **A casa de Bragança entre o público e o privado.** In: *Anais do Seminário Internacional: D. João VI um rei aclamado na América.* Rio de Janeiro, 1999. p. 296-297.

<sup>139</sup> MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio...**, *op. cit.*, 2000. p. 67.

<sup>140</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos (padre Perereca). **Memórias para Servir**, *op. cit.*, Tomo II, 1825. p. 11.

litúrgicas reforçava o poder político da coroa portuguesa perante as potências do Congresso de Viena e, ainda, promovia a integração entre os demais reinos.

O Rio de Janeiro, que já havia se transformado no grande entreposto brasileiro, passava a cumprir o mesmo papel da Lisboa de outrora, onde uma diversidade de produtos advindos de todos os continentes chegava e partia vertiginosamente:

Este porto vai-se fazendo muito vistoso pelas imensas embarcações que se vão amontoando, alegrando as nossas vistas, todas as que vêm da Costa do Norte, Russas, Holandesas, Suecas, dinamarquesas, Prussianas, Austríacas, e de todos os mais Reinos Principados, que têm seus portos naquele Continente, tudo felices conseqüências da aliança geral daquelas Potências conosco. (MARROCOS, 1814:260).

Segundo o padre cronista, antes da chegada do soberano ao Brasil, apenas uma ou outra embarcação estrangeira aportava para se refazer de avarias ou comércio ilegal. O quadro comparativo dos “*vasos mercantes*”, que afluíram no Brasil entre o período que antecede à abertura dos portos brasileiros até agosto de 1810 oferece uma boa análise do crescente aumento do comércio no Brasil joanino.<sup>141</sup>

<b>Ano</b>	<b>Estrangeiros</b>	<b>Portugueses</b>	<b>Total</b>
1805	-	810	810
1806	-	642	642
1807	-	777	777
1808	90	765	855
1809	83	822	905
1810	422	1214	1636

Essa transformação da ex-colônia em novo império português vai aos poucos contagiando o mal humorado bibliotecário, que, sem mais esperanças de retorno à Portugal, empreende várias atividades para firmar negócios na cidade e, assim ajudar sua família. Entre

<sup>141</sup> Dados extraídos da Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro, n. 3, de 25 de fevereiro de 1811, a saber: “Relação das embarcações que entrãrão neste Porto do Rio de Janeiro desde o anno de 1805 até Agosto de 1810. [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital](http://objdigital.bn.br/acervo_digital). Acessado em 20 de mai. 2012. Cf. SANTOS, Luís Gonçalves dos (padre Perereca). **Memórias para Servir...**, *op. cit.*, Tomo II, 1825, p. 348.

uma correspondência e outra para aliviar a saudade, Santos Marrocos também recebia grandes remessas de livros, artigos franceses para revenda, pedidos de despachos de mercês e pensões, além de intermediar produtos de exportação para seu pai aumentar a renda.

A cidade do Rio de Janeiro passou a centralizar o comércio português com as colônias africanas, a Índia e a China, fazendo reexportações para a Europa e o restante da América. Dentre os produtos de exportação brasileiros, o café e a quina<sup>142</sup> eram enviados por Marrocos com finalidades comerciais para o pai em Lisboa: *“Quando se ofereça outra ocasião favorável, hei-de remeter a Vossa Mercê uma porção de Quina miúda, finíssima e preciosa no último grau, para se conhecer quanto a Quina Brasileira é superior à Peruviana.”* (MARROCOS, 1820:475).

Do outro lado, Portugal amargava a concorrência britânica e o favoritismo brasileiro, enquanto as exportações despencavam ano a ano. No quadro citado acima, padre Perereca registra em suas memórias 1214 navios portugueses adentrando o porto do Rio de Janeiro; já em 1820 não passariam de 212, sendo que somente 57 vinham de Lisboa. A presença da Corte e o crescente movimento comercial nos portos americanos evidenciava o papel secundário da economia do Velho Reino, insuflando o sentimento de ser “colônia de uma colônia,” conforme observa Márcia Berbel.<sup>143</sup>

A pacificação geral assinada no dia 30 de maio de 1814 entre a França e as potências beligerantes no Congresso de Viena anunciava as futuras relações diplomáticas e comerciais que d. João logo oficializaria em decreto datado de 18 de novembro do mesmo ano:

Havendo os vigorosos, e unânimes esforços das Potencias Aliadas obtido felizmente com o favor da Divina Providencia os mais gloriosos, e extraordinários sucessos, que fizeram immediatamente cessar as hostilidades contra a França; e querendo Eu que os Meus fieis Vassallos possuão em consequencia gozar, quanto antes, do grande bem, e vantagens de huma franca comunicação com todas as Nações:Sou servido ordenar que nos Portos dos Meus Estados não se impeça mais,desde a data deste Meu Real Decreto, a entrada dos Navios de quaesquer Nações.<sup>144</sup>

<sup>142</sup> “Do gênero Cinchona, cuja pátria é o Alto Peru e a Bolívia, a “quina”, assim chamada no Brasil, é usada para o tratamento de febres intermitentes e outras moléstias de caráter periódico. Suas cascas são encontradas próximas à fronteira com o Peru, no Amazonas e Cuiabá. Segundo o Doutor de Martius, elas são tão eficazes quanto às famosas quinas peruvianas.” LANGGAARD, Theodoro J. H. **Diccionario de medicina domestica e popular**. Laemmert, 1865. V. 3. Disponível em: <https://books.google.com.br>. Acessado em: 20 de mai. 12.

<sup>143</sup> BERBEL, Márcia Regina. **Os apelos nacionais nas cortes constituintes de Lisboa (1821-22)**. In: *Anais do Seminário Internacional: D. João VI um rei aclamado na América*. Rio de Janeiro, 1999. p. 184.

<sup>144</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos (padre Perereca). **Memórias para Servir...**, *op. cit.*, tomo II, 1825. p. 327.

Para os soberanos aliados, a rendição do imperador Napoleão e a perda de todos seus direitos ao trono absolviam o povo e os exércitos franceses do juramento de fidelidade, promovia o reatamento “amigável” entre os dois países e franqueava o livre trânsito em Portugal e Brasil, territórios até então proibidos. O ministro Antônio de Araújo de Azevedo, o conde da Barca, sem dúvida, também exerceu grande influência durante todo o período em que atuou a favor das relações franco-brasileiras, responsável, entre outras coisas, pela vinda de mestres parisienses em 1816.

Considerada o berço da cultura e da civilização, a presença francesa representava a autonomia cultural brasileira, ou seja, um refinamento nos atrasados hábitos e costumes portugueses, não, é claro, sem grandes hesitações; afinal a França também era vista como o berço das revoluções. Mas, interesses de parte a parte, as trocas culturais, econômicas, científicas e comerciais aceleraram o desenvolvimento do novo império em todas as áreas.

Em contrapartida, os franceses atraídos não só pelas vantagens comerciais, mas também pelo desbravamento da terra edênica que tantos viajantes propagaram em séculos passados aceitaram o desafio da “*mais ‘exótica’ e a mais ‘civilizada’ das colônias americanas: uma monarquia cercada de repúblicas por todos os lados*”, escreve Schwarcz.<sup>145</sup>

Nas várias tentativas de ajudar sua família, Marrocos recomenda sua irmã Bernardina a aproveitar os bons ventos do comércio que sopravam na cidade, orientando quais encomendas agradavam às cariocas: “*A respeito das encomendas, que queres enviar-me para se venderem aqui, podes ficar na certeza de que cuidarei muito na sua extracção; pois tudo o que são enfeites de Senhoras têm aqui muita saída, pois há muito luxo*”. (MARROCOS, 1813:178). Dois anos depois do tratado de paz, o bibliotecário descreve a abundância de “quinquilharias francesas” que inundavam a cidade, concorrendo com as inglesas:

Este porto se vê coalhado de Navios Franceses, que só no mês passado entraram 29 carregados de bugiarias: porém creio que, para evitar esta enxurrada perniciosa, vão a levantar-se os Direitos de Alfândega de todas as mercadorias estrangeiras a 40 por cento do seu valor real. (MARROCOS, 1816:347).

---

<sup>145</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Espelhos de projeções: os franceses no Brasil de d. João**. São Paulo: Revista USP, n. 79, setembro/ novembro 2008. p. 56-69.

O religioso memorialista, contemporâneo de Santos Marrocos, confirma:

Os franceses, quem o diria, arvorando agora a bandeira branca, símbolo da paz, procuram os portos do Brasil, trazendo, em competência com os ingleses, os produtos das suas manufaturas, e indústria artificiosa, e levam em retorno os frutos dos nossos campos, e da nossa agricultura; e cedo começarão, a exemplo dos mesmos ingleses, e de outros de diversas nações, a virem estabelecer-se nesta terra da Promissão, e a concorrer com os seus braços, talentos, e indústria para a prosperidade do Brasil, que o melhor dos soberanos tanto deseja promover.<sup>146</sup>

A elite fluminense se adaptaria rapidamente aos “trastes” europeus. Nos inventários *post mortem* analisados pelo historiador Jurandir Malerba constata-se a presença de objetos do mobiliário próprios de França e Inglaterra, como mesas, cadeiras, camas e cômodas, geralmente de jacarandá, um pouco menos de mogno ou “gonçalo”, adaptados ao novo meio geográfico e social. Pratos, bandejas, castiçais, garfos, facas, colheres e escumadeiras, juntamente com trastes de ouro, jóias e pedrarias contam-se às dúzias, mas o autor declara que é difícil afirmar se as elites endinheiradas e ligadas ao comércio internacional sabiam fazer bom uso daquilo que adquiriam, podendo ser interpretados mais como signo de distinção do que como utensílios diários dessa “gente de bem.”<sup>147</sup>

Contudo, alguns migrados como Santos Marrocos ainda encararia com ressalvas a reconciliação com os franceses. O ódio proporcional aos danos causados pelo tirano francês e estendidos ao povo que o colocou no poder manifesta-se no desabafo do português: “Já vão aparecendo aqui muitos Franceses, que são conhecidos pelo tope branco; mas eu, não sei pelo que, ainda lhes conservo tal aversão, que não posso olhar direito para eles: e para mim ficou sendo Nação detestável.” (MARROCOS, 1815:283).

Os impressos espalhados durante os anos brasileiros de d. João potencializaram a imagem diabólica da fúria napoleônica versus a fibra heróica da resistência lusa. Em vários escritos, a caricatura física e moral buscava denegrir o imperador dos franceses com adjetivos depreciativos. A desmoralização da imagem de Napoleão Bonaparte pretendia incutir nos leitores portugueses e brasileiros a legitimidade da transferência da corte, construindo uma

<sup>146</sup> SANTOS, Luís Gonçalves dos (padre Perereca). **Memórias para Servir...**, *op. cit.*, tomo II, 1825. p. 328.

<sup>147</sup> Malerba explora o uso dos “trastes” que diariamente eram anunciados em jornais cariocas, em especial na Gazeta do Rio de Janeiro, considerando as limitações metodológicas de inventários em estado de degeneração irreparável ou não declarados em juízo. Entre outros argumentos, o historiador contabilizou da lista de 160 pessoas encontradas, apenas trinta inventários. MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio...**, *op. cit.*, 2000. p. 148-162.

espécie de “lenda negra” por meio de palavras, como: “o Corso”, “o Déspota e Tirano”, “a Besta de Sete Cabeças e Dez Cornos”, “o Nero dos nossos dias” e até um soneto que ensinava uma “Receita especial para fabricar Napoleões”:

Toma um punho de terra corrompida,/ Um quintal de mentira refinada,/ Um barril de impiedade alambicada,/ De audácia uma camada bem medida/ A cauda do Pavão toda estendida,/ Com a unha do Tigre ensangüentada,/ De Corso o coração, e a refalsada/ Cabeça de Raposa envelhecida;/ Tudo isto bem cozido em lento fogo/ De exterior fagueiro, meigo e brando, / Atrevida ambição lhes lances rogo:/ Deixa que se vá tudo incorporando,/ E assim mui presto espera; porque logo/ Sai um Napoleão dali voando.<sup>148</sup>

Lúcia Neves aponta que as gazetas do Rio de Janeiro e Lisboa divulgavam mensagens maniqueístas, que definiam a sociedade liberal como sinônimo do mal enquanto a sociedade aristocrática do Antigo Regime, predominante no império luso-brasileiro, o bem encarnado. Assim, as ofensas se estendiam ao povo francês, apresentados como “nação degenerada, coberta de vícios e de crimes”, “homens grosseiros e ignorantes; sem princípios, educação e religião”, enfim, a França era um país “coberto de ladrões, assassinos e algozes” que devia ser combatida pela espada e pela pena.<sup>149</sup>

Esses panfletos bélicos repletos de linguagem figurada combatiam um inimigo em comum: as ideias liberais; além de celebrar o heroísmo britânico e o patriotismo português. E, para essa tarefa a coroa tinha sua própria Impressão Régia, que graças às máquinas impressoras trazidas pelo conde da Barca nos porões do navio puderam inaugurar a imprensa no Brasil em 1808, moldar a opinião pública a seu favor e refutar os argumentos franceses de que a mudança para o Brasil nada mais era que um ato de covardia e renúncia do Rei de Portugal, completa Schultz.<sup>150</sup>

Não obstante os temores partilhados de parte a parte, não há dúvidas, porém, de que a relação de interdependência entre a corte migrada e as elites estrangeira e fluminense conformaram “índices de civilidade” em que nenhuma delas sairia incólume. A construção de

<sup>148</sup> SCHULTZ, Kirsten. **A era das revoluções e a transferência da corte...**, *op. cit.*, 2006. p. 137.

<sup>149</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. **O privado e o público nas relações culturais do Brasil com a França e Espanha no governo joanino (1808-1821)**. In: *Anais do Seminário Internacional: D. João VI um rei aclamado na América*. Rio de Janeiro, 1999. p. 189-200.

<sup>150</sup> SCHULTZ, Kirsten. **A era das revoluções e a transferência da corte...**, *op. cit.*, 2006. p. 125-151.

um novo ser social e político no Estado do Brasil seriam, portanto, forjados *nesse cadinho* que marcou as primeiras décadas do século XIX, conclui Malerba.<sup>151</sup>

### **Momentos decisivos**

O costume em triunfar sobre seus opositores talvez tenha relaxado demais a monarquia portuguesa que, entre o desembarque da princesa austríaca até o regresso forçado de d. João, viveu demonstrações diárias de realeza. De todos os ângulos descritos pelo historiador Jurandir Malerba, a chegada de dona Carolina Josefa Leopoldina em 08 de novembro de 1817, antes mesmo da coroação de d. João, comemorava mais uma derrota sobre os opositores da monarquia: os revoltosos pernambucanos.

“*Vista de cima,*” a recepção financiada mais uma vez pelos mercadores do Rio de Janeiro e organizada pela fidalguia migrada reiterava o apoio incondicional ao rei; “*vista por dentro*” a fiel descrição do cronista da corte remontava o faustoso acontecimento saudado com artilharias, repiques de sinos e aplausos da multidão; e “*vista de fora*” a esplendorosa cerimônia matrimonial entre a princesa Leopoldina e o futuro imperador Pedro I realizada por procuração em Viena reforçava o prestígio da monarquia portuguesa em território americano.<sup>152</sup>

A princesa Leopoldina logo se mostraria hábil e diplomática, apesar do espectro de sua tia Maria Antonieta, decapitada na Revolução Francesa. As qualidades listadas por Marrocos evidenciam o papel importante da princesa austríaca durante o processo de independência do Brasil:

A Sereníssima Senhora Dona Carolina tem agradado em extremo a todos: mui discreta, desembaraçada, e comunicável, fala, além da sua Língua pátria, o Francês, Inglês, e Italiano; alguns conhecimentos de Belas Letras, e não menos de Botânica, além daquelas prendas que são próprias em uma Senhora, em que na arte de agradar e fazer-se estimável; e para ser mais notável, até tem medo de trovoadas. (MARROCOS, 1817:367).

O prévio conhecimento do medo de trovoadas de seu futuro sogro e outras singularidades da família real seria, pois, uma perspicácia política dessa admirável mulher, meticulosamente observado pelo bibliotecário.

---

<sup>151</sup> MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio...**, *op. cit.*, 2000. p. 192-193.

<sup>152</sup> MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio...**, *op. cit.*, 2000. p. 60-75.



A feliz aclamação do rei, realizada no dia 06 de fevereiro de 1818, não contou com a presença do arquivista, em razão da responsabilidade em levar a mercê do Hábito da Torre e Espada ao conde Viana. Dias depois, o próprio Marrocos recebia, enfim, sua mercê do Hábito de Cristo. (MARROCOS, 1818:376).

A repressão implacável no Norte, que executou quatro líderes, cedeu lugar à anistia dos revoltosos restantes, num gesto de magnânima bondade do novo soberano. Apesar das dificuldades financeiras que os efeitos das rebeliões causaram ao reino, a nova temporada brasileira anunciava faustos dias de paz e prosperidade no Brasil. Ledo engano, dentro de dois anos inesperados acontecimentos nos dois lados do Atlântico mudariam definitivamente o destino do império português.

Sufocada a rebelião pernambucana, os protestos reacenderam em Portugal. A população não suportava mais o domínio inglês e a permanência do rei no Brasil. A conspiração pernambucana no Brasil e a militar, liderada pelo general Gomes Freire de Andrade em Lisboa, davam sinais para o conflito que viria anos mais tarde. Em 1820, eclodiu na cidade do Porto a revolução liberal e constitucionalista, derrubando o conselho de governadores e convocando as cortes portuguesas, ausentes desde 1697. Os ecos da rebelião do Porto chegaram ao Brasil e inflamaram os ânimos de militares e comerciantes portugueses interessados em restabelecer o antigo sistema colonial.

As sucessivas insurreições em Brasil e Portugal minaram a resistência da Coroa portuguesa, restando a d. João VI acatar as exigências das Cortes e assumir corajosamente seu papel de rei “indeciso e medroso” imposto pelo destino. Forçado a viver sempre na defensiva dos acontecimentos, no dia 25 de abril de 1821 “menos rei do que chegara” deixou para trás o “Brasil maior que o encontrara.”<sup>153</sup>

Controvérsias à parte, o rei possuía habilidades políticas que equilibraram as correlações de forças e, “apesar do período de convulsões sem paralelo em que reinou, d. João viveu e morreu como rei, enquanto a maioria das cabeças coroadas da Europa sucumbiu sob Napoleão”, conclui Jurandir Malerba.<sup>154</sup>

Aqui ficou seu filho, o regente d. Pedro, mas isso já é outra história...

<sup>153</sup> LIMA, Manuel de Oliveira. **D. João VI no Brasil...**, *op. cit.*, Tomo II, 1908. p. 1130.

<sup>154</sup> MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio...**, *op. cit.*, 2000. p. 204.

## Considerações finais: o anônimo mais famoso da história

“vivo na esperança de vir a ser algum dia mais do que sou.”

(MARROCOS, 1811:84)

As memórias do bibliotecário, embora não sejam fontes inéditas, pois há muito veem sendo usadas pela historiografia como um alternativo “lugar de memória”,<sup>155</sup> raramente são analisadas como fonte de observação da relação do indivíduo consigo mesmo e com os outros. Salvo a pesquisa de fôlego da historiadora Adriana Angelita da Conceição, que estuda o momento da escrita como uma manifestação das sensibilidades<sup>156</sup>, nosso trabalho buscou analisar não apenas o testemunho pessoal da condição histórica do arquivista, mas também historicizar os sentimentos e valores de gente simples, incorporando às múltiplas subjetividades os acontecimentos históricos do período joanino.

As cartas possibilitam conhecer a história dos homens e não dos nomes, propiciados pela espontânea intimidade de suas virtudes e de seus vícios. Entretanto, esta ilusão de verdade, em que supostamente reina a sinceridade do missivista, esconde múltiplos disfarces, tanto nos documentos pessoais quanto nos documentos históricos, afinal “o feitiço pode estar em toda parte”, declara Ângela de Castro Gomes.<sup>157</sup>

Se de um lado os acervos pessoais revelam a superfície social em que age cada indivíduo, do outro a espontânea intimidade pode esconder uma ilusão de verdade, capaz de seduzir o mais experiente dos historiadores. Assim, para não cair nas “malhas do feitiço”, seguimos o conselho de Ângela de Castro Gomes, municiando nossa pesquisa com todo o

<sup>155</sup> Definição de Pierre Nora para monumentos, bandeiras, medalhas, livros, cantos, museus, etc. Lugares de história onde se ancora o capital material, simbólico e funcional de nossa memória coletiva. NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. São Paulo, 1993, p. 21.

<sup>156</sup> Pensar as sensibilidades como objeto de estudo da História é fruto da proposta idealizada pelo pesquisador Lucien Febvre, na obra *La sensibilité et l'histoire: comment reconstituer la vie affective d'autrefois?*, publicada na primeira metade do século XX. Segundo Adriana da Conceição explorar o campo das sensibilidades do outro no tempo pode dizer muito do contexto individual e coletivo de uma determinada sociedade. Para saber mais: CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. **Um bibliotecário de coração melancólico...**, *op. cit.*, 2012.

<sup>157</sup> A escola dos Annales revolucionou o fazer histórico, rompendo com os limites da *histoire événementielle*, visão positivista da história como crônica de acontecimentos, abandonando as ortodoxias para incorporar novos objetos e metodologias. Esta significativa transformação do campo historiográfico diluiu as fronteiras rígidas entre social, político e cultural, tornando-as mais fluidas e móveis. GOMES, Ângela de Castro. **Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados**. Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais, Rio/São Paulo: CPDOC·FGV/ IEB·USP, novembro de 1997. p. 121-127.

rigor teórico-metodológico, a fim de degustar com prazer o prato cheio e quente dos arquivos privados, sem o risco de ter a boca queimada. Viciada confessa em arquivos privados e documentos pessoais, a renomada historiadora e coordenadora do Setor de História Oral do CPDOC, alerta “os documentos pessoais em nada diferem de todos os demais documentos históricos [...] havendo apenas alguns lugares mais perigosos que outros”.<sup>158</sup>

Dentro dessa perspectiva histórica e cultural, redefinida como o lugar em que se articulam práticas e representações, o gesto epistolar era um gesto privilegiado. Significa dizer que a prática epistolar se constitui como uma prática ordinária de uma nova maneira de pensar e de viver o lugar social. Segundo Jean Hébrard, “escrever uma carta [era] um gesto difícil.” No mundo das representações, o autor explica que aqueles que não sabiam escrever não sofriam apenas de uma incapacidade ortográfica em formular uma carta. O indivíduo também não conseguia produzir um texto que obedecesse às normas da escrita, ou seja, sequer sabia ditar uma carta.<sup>159</sup>

Contudo, estas normas não atingiam somente o contexto do analfabetismo. Os notáveis homens do Antigo Regime escreviam frequentemente através da pena de um secretário, indivíduos como Santos Marrocos, experientes no hábito da leitura e da escrita. Adriana Angelita da Conceição conta que, para lidar com a movimentação escrita da América, o marquês do Lavradio, quando não podia escrever de próprio punho, comunicava aos seus correspondentes que o fazia por meio da ajuda de secretários do governo ou de particulares para assuntos de foro íntimo.<sup>160</sup>

A leitura das cartas de Santos Marrocos expõe as normas de conduta de um bom missivista que sabia separar generalidades de assuntos mais sigilosos. Consideramos importante transcrever a longa citação para sustentar os argumentos que se seguem:

Não estou tão afastado da aplicação e do trato de pessoas inteligentes, que não deixe de saber a regra epistolar, por todos praticada, de não confundir objectos de confiança e segredo com coisas triviais e domésticas; não só para se dar o devido valor ao negócio, de que se trata,

<sup>158</sup> GOMES, Ângela de Castro. **Nas malhas do feitiço...**, *op. cit.*, 1997. p. 125-126.

<sup>159</sup> **No original:** “Écrire une lettre: un geste difficile. [...] Celui qui ne sait écrire ne souffre pas seulement d’une incapacité à former ses lettres et à orthographier. [...] Il ne peut donc, au sens strict du terme, dicter une lettre”. HÉBRARD, Jean. **La lettre représentée**. In: CHARTIER, Roger (Dir.). *La correspondance: les usages de la lettre au XIXe siècle*. France: Fayard, 1991. p. 289-293. (Trad. nossa).

<sup>160</sup> CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. **Sentir, escrever e governar: a prática...**, *op. cit.*, 2011. p. 136-137.

com a cautela, que ele exige; mas para se poder comunicar qualquer outro objecto a outra pessoa, sem se arriscar o segredo daquele; o que não poderia efectuar-se, se estivessem incluídos na mesma Carta: e daqui vem que quase se costumam formar 2<sup>as</sup> e 3<sup>as</sup> Vias, (...) estas mesmas circunstâncias tenho eu praticado muitas outras vezes, que se me têm oferecido, com Vossa Mercê e com outras pessoas com quem me correspondo; e é o que eu vejo praticar-se por alguns, que neste ponto me servem de modelos. (MARROCOS, 1815:311-312).

Este cuidadoso controle, partilhado por pai e filho, demonstra como a cultura escrita geriu as relações afetivas e sociais no oitocentos. Experientes secretários na arte de escrever, os bibliotecários orientavam-se por meio de manuais epistolares, destinados ao ensino de modelos, normas, diretrizes e códigos de civilidade, responsáveis pela constituição de uma sociabilidade cortesã.

Adriana Angelita da Conceição apresenta em sua tese de doutorado, *Sentir, escrever e governar: a prática epistolar e as cartas de D. Luís de Almeida, 2º marquês do Lavradio (1768-1779)*, uma minuciosa pesquisa sobre o compêndio do oratoriano Francisco José Freire, teórico também conhecido por Cândido Lusitano das missivas, que publicou a obra *O Secretário Português Compendiosamente Instruído no Modo de Escrever Cartas*, em 1745.

A obra foi reeditada muitas vezes ao longo do século XVIII e XIX, inspirando jovens secretários na produção intensa de cartas que atravessavam os oceanos para a manutenção burocrática dos governos coloniais. Em sua tese, Angelita da Conceição cita a historiadora Ana Cristina Araújo para explicar que “os manuais de civilidade estão para os comportamentos sociais como as gramáticas estão para os falantes da língua”.<sup>161</sup>

Conceição recorre aos manuais para esmiuçar o funcionamento da prática epistolar no modo de governar do 2º marquês do Lavradio, d. Luís de Almeida, enquanto viveu na América setecentista. Segundo a autora, para lidar com a grande movimentação de correspondências, o vice-rei contou com a escrita dos secretários para auxiliá-lo na trocas de cartas oficiais, demonstrando o importante uso desse instrumento como principal comunicação à distância na época.

De grande repercussão, esses manuais serviam a toda cultura letrada oitocentista, especialmente ao universo burocrático das cartas públicas, dos despachos, das cartas diplomáticas que atravessavam os oceanos, sem as quais seria impensável a manutenção dos governos monárquicos. Schwarcz ressalta que esse gênero literário ganhou força com o

<sup>161</sup> CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. *Sentir, escrever e governar: a prática...*, op. cit., 2011. p. 95.

aumento da alfabetização e crescimento da indústria editorial, cujo propósito final era estabelecer regras e modelos de sociabilidade.<sup>162</sup>

Mais uma vez, tais modelos partiram da França, sempre referência e alvo de ataques quando se tratava de ideias e modismos revolucionários. O *Código do bom-tom ou Regras da civilidade e de bem viver*, escrito pelo cômego J. I. Roquette, cruzou as fronteiras do mundo ocidental para normatizar o comportamento social, sobretudo, nos espaços públicos, atribuindo normas de conduta diferenciadas para homens e mulheres.

A ideia de que “a sociedade tem sua gramática,” escrita pelo cômego Roquette, referia-se às especificidades de cada local. No Brasil, a tropicalização dos costumes imprimiu certa releitura às regras de fora. “Aqui tudo se deu ao contrário, primeiro surgiu a forma e depois tratou-se de preenchê-la com conteúdo ao mesmo tempo comum e particular”, completa Schwarcz.<sup>163</sup>

Enfim, não havia atividade social que não fosse regulamentada por esses códigos de civilidade. Na arte de escrever, erros gramaticais não eram permitidos, assim como deixar uma carta sem resposta era uma gafe a se evitar. Variados modelos de cartas, dos mais formais aos mais intimistas, das missivas de negócio às notas pessoais, tratados de cortesia, manuais de *savoir-vivre*, guias de moral e de bom-tom; elementos que acenavam como essenciais no mundo cortês.

Em diversas cartas, Marrocos relata os inúmeros sacrifícios que faz na esperança de Sua Alteza agraciá-lo com suas comendas e não mede esforços em agenciar para si e para os seus benefícios que alcem sua tão sonhada promoção. Apadrinhamentos poderosos e *Cartinhas* de recomendação que pai e filho portavam de cada lado do Atlântico formavam uma grande rede de interdependências: “*Não tenho descansando um momento a granjear Amigos de honra e valimento, ajudando-me nesta empresa a boa metralha das Cartinhas.*” (MARROCOS, 1811:81).

No gabinete, d. João demonstrava interesse em saber se Marrocos tinha notícias da sua gente; informações que, naturalmente, o monarca procurava colher sobre as condições em que

---

<sup>162</sup> Para saber mais, consultar a publicação do livro *Código do bom-tom: regras da civilidade e de bem viver no século XIX*, de autoria de J. J. Roquette, organizada por Lilia M. Schwarcz, pela Companhia das Letras, em 1997. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Manuais de bons costumes: ou a arte de bem civilizar-se**. In: *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 197.

<sup>163</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Manuais de bons costumes...**, *op. cit.*, 1998. p. 204.

se encontrava Portugal naquele momento. Além disso, correspondências íntimas de um simples funcionário poderiam trazer detalhes que escapassem ao seu conhecimento. Para aumentar seu prestígio, Marrocos avisa ao pai: “*Faço tenção de mostrar a Sua Alteza Real todas as Cartas, que de Vossa Mercê for recebendo; portanto julgo deverem ser escritas com toda a circunspecção.*” (MARROCOS, 1811:94).

Orgulhoso do seu cargo de confiança, o bibliotecário se afasta da rotina da livraria e se aproxima de d. João, frequentando seus aposentos e a “*beijar-lhe a Mão todos os dias, quando se levanta da cama, pelas 7 horas da manhã.*” (MARROCOS, 1811:84). Marrocos demonstra satisfação em receber as “*Cartas Selectas*” do pai, matizadas com o artifício de atrair a atenção do Príncipe Regente:

Respondendo agora em particular às Cartas selectas para o fim, que Vossa Mercê sabe, as quais vêm matizadas com judicioso artifício: por manha deixei-as, como por acaso, sobre a mesa grande junto à escrivania, na Sala em que trabalho, e posso dizer-lhe que já se me perguntou se eu tinha tido notícias de Lisboa? (...) misture as notícias bélicas com algumas místicas, como alguma Função da Igreja, Procissão, etc. coisa que cheire a murmuração, nada: e pelo contrário, venha um ressaibo de erudição política nos seus vastos ramos; formando-se assim um lindo ramallete. (MARROCOS, 1812:137).

Esse comportamento recorrente produziu a gestão de uma teia clientelar de benefícios para si e terceiros, ocupando um lugar central nas atitudes do bibliotecário. Em uma década, o mero ajudante da biblioteca desempenhou atividades que aumentaram seus ganhos simbólicos, resultando na tão sonhada promoção. Em 1817, Marrocos alcançou o posto de oficial da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. (MARROCOS, 1817:361).

Assim, percebemos que as trocas epistolares do bibliotecário narram os acontecimentos vividos, mas, sobretudo, demonstram que a cultura escrita gerenciou toda a sociedade europeia do século XIX. Segundo Danièle Pouban, “negócios e afetos podem bem coabitar; as confidências não tem a exclusividade dos ‘bons sentimentos’, nem o comércio o monopólio do frio calculismo”.<sup>164</sup>

---

<sup>164</sup> **No original:** “Affaires et affection peuvent fort bien cohabiter; les épanchements privés n’ont pas l’exclusivité des ‘bons sentiments’, ni le commerce le monopole du froid calcul.” DAUPHIN, Cécile; LEBRUN-PEZERAT, Pierrette et POUBLAN, Danièle. **L’enquête postale de 1847**. In: CHARTIER, Roger. *La correspondance: les usages de la lettre au XIXe siècle*. France: Fayard, 1991. p. 96. (Trad. nossa).

Consciente das estratégias epistolares, Marrocos alertava a seus correspondentes para a falta de segurança e recomendava cautela absoluta nos assuntos de maior sigilo. Esta relativa privacidade que o próprio missivista estabelece em suas correspondências indica uma deliberada intenção em transmitir e receber informações políticas com o intuito de atrair a atenção para si, valendo-se da sua nobre função em organizar e catalogar os valiosos Manuscritos da Coroa. De acordo com o arquivista, as cartas, escritas em diversas vias, permitiam comunicar assuntos triviais, sem arriscar o segredo reservado à leitura apenas do destinatário. Marrocos recomendava ao pai para ter mais cautela nos assuntos de maior sigilo:

Lembro-me pedir a Vossa Mercê o favor de não mostrar as minhas Cartas a pessoa alguma, e ter nesse ponto a maior reserva, comunicando vocalmente apenas o que não for susceptível de sentidos sinistros; pois é cautela muito conveniente para nós ambos, pela facilidade de ficarmos comprometidos insensivelmente: e nisto não faça excepção. (MARROCOS, 1811:96).

Nesse sentido, apontamos algumas considerações a respeito do estatuto polêmico da carta como uma transcrição oral, ou ainda, uma conversação entre ausentes. Nas cartas, o próprio arquivista expressa esta ilusão de presença que parece afetar os missivistas: “*tenho vontade de desferrujar a língua; e porque me parece que quando lhe escrevo, estou em gostosa conversação com Vossa Mercê.*” (MARROCOS, 1811:88).

Mas ainda que haja lugar para expressões espontâneas e uma linguagem próxima da comunicação oral, sustentar a carta à serviço da conversação é lhe conferir muito e nada ao mesmo tempo. O erro está em atribuir um papel secundário à escrita como um simples prolongamento da fala, negando a distância cultural entre o discurso oral e escrito, fazendo crer que a ausência do outro é substituída pela materialidade epistolar.

É certo que os missivistas se afetavam mutuamente, seja pela forma e conteúdo, seja até pelo cheiro, sobretudo no século que normatizou a prática epistolar como o gesto de civilidade que encurtou as distâncias, estreitou as relações de amizade e de interesse, e ainda, se transformou em monumento de saudade após a morte.

No entanto, esta ilusão de presença do remetente aos sentidos do destinatário não transmitia a linguagem gestual e o retorno imediato da conversação, elementos que dão todo o colorido à fala. Por outro lado, a cultura escrita permitiu tratar de forma mais segura assuntos delicados ou negócios complicados que exigiam registros mais confiáveis do que meras palavras. Temos, portanto, um estatuto mais complexo e distanciado entre a escrita e a

oralidade, sem, contudo, reconhecer que ambas são fontes indispensáveis para a pesquisa histórica.

Assim, à luz das memórias do anônimo mais famoso da história, chegamos ao final desta longa viagem, navegando no mar revolto das emoções, vitórias e derrotas deste imigrante português, que atravessou o Atlântico, trazendo não só os livros da Biblioteca Real, mas também a esperança de ser algum dia mais do que era. Luís Joaquim dos Santos Marrocos, o homem que ajudou a construir neste país a história de um Brasil independente.

*“Algum dia Vossa Mercê será ciente de toda a minha história política neste país.”*

(MARROCOS, 1815:288).



## Referências bibliográficas

### Fontes

- ANTONIL, André João [João Antônio Andreoni]. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil). Disponível em: <http://www.culturatura.com.br/obras/Cultura%20e%20opul%C3%Aancia%20do%20Brasil.pdf>. Acessado em 11 jan.15.
- BRASIL. **Alvará de 30 de março de 1818**. In: *Collecção das leis do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p. 26. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/leis-do-imperio-1#content>. Acessado em 11 de jan.15.
- BRASIL. **Constituição Política de 1824**. In: *Collecção das leis do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/leis-do-imperio-1#content>. Acessado em 11 de jan.15.
- BRASIL. **Lei de patentes em 28 de agosto de 1830**. In: *Collecção das leis do Brazil*. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/leis-do-imperio-1#content>. Acessado em 11 de jan. 15.
- CORREIO OFFICIAL (1833 a 1841). **Lista de cidadãos para senadores de Goiaz**. Terça feira, 2 de janeiro de 1837. (PR\_SOR\_00265\_001\_749443). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749443&PagFis=4132>. Acessado em 11 de jan. 15.
- DEBRET, Jean-Baptiste. **Voyage pittoresque et historique au Brésil ou Séjour d'un artiste français au Brésil**. Tomo II. Paris: Firmin Didot Frères, Imprimeurs de l'Institut de France, 1835. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00624520#page/1/mode/1up>. Acessado em 11 jan.15.
- DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO (1821-1858). **Aluguel de escravos**. Domingo, 10 de junho de 1821, n. 10 (PR\_SPR\_00005\_094170). Rio de Janeiro: Typographia do Diário. Proprietário N. L. Vianna. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_01&PagFis=55](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_01&PagFis=55). Acessado em 20 mai.2012.
- GARCIA, Rodolfo. **Cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos**. Escritas do Rio de Janeiro à sua Família em Lisboa, de 1811 a 1821. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1939. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
- GAZETA EXTRAORDINÁRIA DO RIO DE JANEIRO. **Relação das embarcações no Porto do Rio de Janeiro**. Segunda feira 25 de fevereiro de 1811, n.3. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_periodicos/gazeta\\_rj/gazeta\\_rj\\_1811/gazeta\\_rj\\_extra\\_1811\\_006.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta_rj_1811/gazeta_rj_extra_1811_006.pdf). Acessado em 20 mai.12.
- MARROCOS, Luís Joaquim dos Santos. **Cartas do Rio de Janeiro 1811-1821**. Lisboa: BNP, 2008.

- O REPUBLICO (1830 a 1855). **Nomeação para Oficial Maior da Secretaria de Estado.** Terça feira, 19 de abril de 1831. Rio de Janeiro: PR\_SOR\_00026\_332704, Edição 00055. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=332704&PagFis=267>. Acessado em 11 jan. 15.
- SANTOS, Luís Gonçalves dos (padre Perereca). **Memórias para Servir à História do Reino do Brasil.** Tomo I e II. Lisboa: Imprensa Régia, 1825.

### **Bibliografia:**

- ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de. **Uma longa despedida: cartas familiares de Luís Joaquim dos Santos Marrocos.** In: MARROCOS, Luís Joaquim dos Santos: *Cartas do Rio de Janeiro (1811-1821)*. Lisboa: BNP, 2008. p.13-39.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: negro no imaginário das elites século XIX.** São Paulo: Annablume, 2004. Disponível em: <http://www.worldcat.org/title/onda-negra-medo-branco-o-negro-no-imaginario-das-elites-seculo-19/oclc/180490821/viewport>. Acessado em 20 mai.12.
- AZEVEDO, Francisca Lúcia Nogueira. **A outra face da princesa.** Rio de Janeiro: RHBN: Dossiê Carlota Joaquina, ano 8, nº 96, setembro, 2013. p. 16-34.
- BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência (Brasil, 1790-1822).** Tese de doutorado da UNICAMP, 2002. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?view=vtls000249890>. Acessado em 11 jan.15.
- \_\_\_\_\_. **Os maçons e o movimento republicano (1870-1910).** Locus, Revista de História. V. 1, n. 1, 1995. Disponível em: <http://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/2223>. Acessado em 11 jan.15.
- \_\_\_\_\_. **Nos traços do esquadro e do compasso: a sociabilidade maçônica no mundo luso-brasileiro (1790-1822).** In: Simpósio Nacional de História, 22, 2003, João Pessoa. *Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa*. João Pessoa: ANPUH, 2003. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.023.pdf>. Acessado em 11 jan.15.
- BERBEL, Márcia Regina. **Os apelos nacionais nas cortes constituintes de Lisboa (1821-22).** In: MALERBA, Jurandir (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 181-208.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CARDIM, Pedro. **“O Poder dos Afectos – Ordem Amorosa e Dinâmica Política no Portugal do Antigo Regime”** (Dissertação de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2000).
- CHARTIER, Roger (Org.). **La correspondance: les usages de la lettre au XIXe siècle.** France: Fayard, 1991.
- CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. **Um bibliotecário de coração melancólico: Luís Joaquim dos Santos Marrocos e a prática de escrita de cartas.** VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar. Universidade

Federal do Piauí 2012. Disponível em: <http://gthistoriacultural.com.br/VIsimposio/anais/Adriana%20Angelita%20da%20Conceicao.pdf>. Acessado em 01 jan.14.

\_\_\_\_\_. **"... vou nesta ocasião á presença de V. Ex.a...": A prática da escrita de cartas, entre Portugal e a América portuguesa, na segunda metade do século XVIII.** UFPR: CEDOPE, 2011. p. 68-78. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/vou-nesta-occaziao-Adriana-Angelita-da-Conceicao.pdf>. Acessado em 01 jan.14.

\_\_\_\_\_. **No vai e vem das cartas: a arte de governar da política colonial setecentista lusa através da epistolografia.** Florianópolis: Dissertação de mestrado da UFSC, 2006.

\_\_\_\_\_. **Lidas novamente. A escrita epistolar como prática do governo colonial.** Santa Catarina: Revista Esboços, n. 13. UFSC. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/279>. Acessado em 20 de maio de 2012. p. 127-140.

\_\_\_\_\_. **Sensibilidades da escrita nas cartas do 2º. Marquês de Lavradio e do bibliotecário Marrocos.** São Paulo: USP, 2008. p. 2-10.

\_\_\_\_\_. **Sentir, escrever e governar: a prática epistolar e as cartas de D. Luís de Almeida, 2º marquês do Lavradio (1768-1779).** São Paulo: Tese de pós-graduação da USP, 2011.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos.** 6ª. Ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

DAUPHIN, Cécile, LEBRUN-PEZERAT, Pierrette et POUBLAN, Danièle. **L'enquête postale de 1847.** In : *La correspondance: les usages de la lettre au XIXe siècle.* France: Fayard, 1991.

DEL PRIORE, Mary. **Conversas e histórias de mulher.** São Paulo: Planeta, 2013.

\_\_\_\_\_. **A casa de Bragança entre o público e o privado.** In: *Anais do Seminário Internacional: D. João VI um rei aclamado na América.* Rio de Janeiro, 1999. p. 290-300.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole.** In: MOTTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões.* São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 160-184.

FARIA, Sheila de Castro. **Identidade e comunidade escrava: um ensaio.** Rio de Janeiro: UFF/ Revista Tempo, vol. 11, núm. 22, 2007. p. 122-146. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_livres/v11n22a07.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/v11n22a07.pdf). Acessado em 11 jan.15.

FONSECA, Maria Rachel Fróes da. **O associativismo científico no Brasil (1771-1829) e a promoção das ciências e da felicidade da nação.** In: *Anais do Seminário Internacional: D. João VI um rei aclamado na América.* Rio de Janeiro, 1999. p. 123-139.

HÉBRARD, Jean. **La lettre représentée.** In: CHARTIER, Roger (Dir.). *La correspondance: les usages de la lettre au XIXe siècle.* France: Fayard, 1991. p. 279-365.

GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da História.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. **Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados.** Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais, Rio/São Paulo: CPDOC·FGV/

IEB·USP, novembro de 1997. p. 121-127. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2069/1208>. Acessado em 17 abr.14.

GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

IPANEMA, Cybele de. **A Imprensa no tempo de D. João**. In: *Anais do Seminário Internacional: D. João VI um rei aclamado na América*. Rio de Janeiro, 1999. p. 235-245.

LAHUERTA, Flora Medeiros. **Pelas ruas, janelas e pela praça: transformando o Rio de Janeiro colonial em capital do Império português**. São Paulo: USP, 2009. Disponível em <http://enhpgii.files.wordpress.com/2009/10/flora-lahuerta.pdf> . Acessado em 20 mai.12.

LARA, Silvia Hunold. **O castigo exemplar dos escravos no Brasil colonial**. In: Ribeiro, Renato Janine (org.). *Recordar Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 229-238.

LIMA, Manuel de Oliveira. **D. João VI no Brasil (1808-1821)**. Vol. I e II. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1908. Disponível em: <https://archive.org/details/domjoovinobrazi02limagoog>. Acessado em 20 mai.12.

\_\_\_\_\_. **O movimento da independência (1821-1822)**. São Paulo: Melhoramentos, 1972. Disponível em: <https://archive.org/details/omovimentodainde00lima>. Acessado em 11 jan. 15.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio: civilização e poder às vésperas da independência (1808-1821)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARQUES, Luís Alves. **O papel e as marcas de água**. In: MARROCOS, L. J. dos Santos. *Cartas do Rio de Janeiro 1811-1821*. Lisboa: BNP, 2008. p. 41-67.

MCFARLANE, Anthony. **Independências americanas na era das revoluções: conexões, contextos, comparações**. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 387-417.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. **O privado e o público nas relações culturais do Brasil com a França e Espanha no governo joanino (1808-1821)**. In: *Anais do Seminário Internacional: D. João VI um rei aclamado na América*. Rio de Janeiro, 1999. p. 189-200.

\_\_\_\_\_. **Portugal durante a ausência do rei**. São Paulo: USP, n. 79, set/ nov, 2008. p. 10-21. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/revusp/n79/03.pdf>. Acessado em 20 mai.12.

\_\_\_\_\_. **Da repulsa ao triunfo**. In: *Edição alusiva a transferência da corte portuguesa para o Brasil (1808-1821)*. Anais do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro, 1999. Vol. 31. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MHN&pasta=&pesq=da%20repulsa%20ao%20triunfo>. Acessado em 11 jan.15.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto de história: Revista do programa de estudos dos pós-graduados em história e do departamento de

história da PUC. São Paulo: PUC, n.10, dezembro, 1993. p. 7-28. Disponível em: <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>. Acessado em 20 mai.12.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. **A fundação de uma Europa possível**. In: *Anais do Seminário Internacional: D. João VI um rei aclamado na América*. Rio de Janeiro, 1999. p. 7-17.

\_\_\_\_\_. **A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

SCHULTZ, Kirsten. **A era das revoluções e a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro (1790-1821)**. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 125-151.

\_\_\_\_\_. **Versalhes Tropical: império, monarquia e a Corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **Pagando caro e correndo atrás do prejuízo**. In: MALERBA, Jurandir (org.) *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 269-302.

\_\_\_\_\_. **D. João VI e os livros no Brasil: o caso da Real Biblioteca**. Rio de Janeiro: Revista Convergência Lusíada, n. 24, 2007. p. 67-99. Disponível em: [http://www.realgabinete.com.br/coloquio/3\\_coloquio\\_outubro/paginas/14.htm](http://www.realgabinete.com.br/coloquio/3_coloquio_outubro/paginas/14.htm). Acessado em 20 mai.12.

\_\_\_\_\_. **Espelhos de projeções: os franceses no Brasil de D. João**. São Paulo: Revista USP, n. 79, setembro/ novembro 2008, p. 54-69. Disponível em: [http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=0103998920080004&lng=pt&nrm=iso](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0103998920080004&lng=pt&nrm=iso). Acessado em 20 mai.12.

\_\_\_\_\_. **Manuais de bons costumes: ou a arte de bem civilizar-se**. In: *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 195-205.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida privada e cotidiano no Brasil: na época de D. Maria I e D. João VI**. Lisboa: Ed. Estampa, 1993.

SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

TREVISAN, Anderson Ricardo. **A pintura da vida prosaica: pobreza e escravidão nas aquarelas de Debret**. Revista online do Grupo de Pesquisa e Estudos em Cinema e Literatura. UNESP, v.3, 2006. p. 196-213. Disponível em: [http://assoarbre.free.fr/index.php?option=com\\_content&view=article&id=122:anderson-trevisan&catid=42:membres&Itemid=64&lang=pt](http://assoarbre.free.fr/index.php?option=com_content&view=article&id=122:anderson-trevisan&catid=42:membres&Itemid=64&lang=pt). Acesso em 11 jan.15.

VAINFAS, Ronaldo. (org.) **Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

- VILLALTA, Luiz Carlos. **O reformismo ilustrado português.** In: *Reformismo ilustrado, censura e prática de leitura: usos do livro na América portuguesa.* (Tese de doutorado). São Paulo: USP, 1999. p. 110-143
- VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. **História administrativa do Brasil; Brasil sede da monarquia; Brasil Reino,** volume 8. Coord. de Vicente Tapajós. Brasília: Ed. Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Administração joanina no Brasil (1808-1821): O processo de criação de um Estado independente.** In: *Anais do Seminário Internacional: D. João VI um rei aclamado na América.* Rio de Janeiro, 1999. p. 348-360.
- WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. **Um espelho que se distancia: a crescente diferenciação do Brasil no período joanino.** In: *Um novo mundo, um novo império: a corte portuguesa no Brasil (1808-1822).* Curadora Vera Lúcia Bottrel Tostes. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p. 35-39. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MHN&pasta=Anais%20do%20Museu%20Historico%20Nacional&pesq=>. Acessado em 20 mai.12.
- WILCKEN, Patrick. **Império à deriva: a corte portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821).** Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
- ZUBARAN, Maria Angélica. **O eurocentrismo do testemunho: relatos de viagem no Rio Grande do Sul do século XIX.** UFRGS: Porto Alegre, n. 12, dezembro-1999. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/anos90/article/viewFile/6590/3911>. Acessado em 11 jan.15.